

**Nº 04 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 18 de fevereiro
de 2019. -----**

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram catorze horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de treze de fevereiro de dois mil e dezanove. ----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR ENG. VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, o Vereador do Partido Socialista, Senhora Eng. Victor Augusto Costa Santos, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, por se encontrar, em representação do Município, numa reunião de trabalho, no âmbito da Autoridade de Proteção Civil, a ter lugar, em Vila Real. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. NUNO VAZ RIBEIRO.

O Presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação pelos resultados obtidos pelo Karaté Clube do Alto Tâmega, no último fim de semana, no grande torneio de Vila das Aves, em Paredes. -----

Dever-se-á registar, no âmbito de tal torneio, a classificação alcançada, pelo atleta, Gonçalo Barreira, o qual conquistou o título de Vice-campeão nacional em Kumite sénior. -----

Destacaram-se, também, em 2º lugar, Ricardo Rua (Kumite júnior), Maria Barreira (Kumite júnior), Leandro Luzio (Kumite júnior) e Ricardo Dias no 3º lugar (Kumite Cadete). -----

O Município felicita todos os atletas participantes que uma vez mais dignificaram o nome do Clube e da Cidade. -----

b) Municípios do Alto Tâmega participam no "Xantar" - Salão Internacional de Turismo Gastronómico - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que os Municípios do Alto Tâmega estiveram juntos a promover a excelência dos produtos endógenos da

região, na 20ª edição da Feira Internacional de Turismo Gastronómico de Ourense. -----

O ato inaugural contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, tendo o mesmo destacado a qualidade e excelência dos produtos endógenos da região, desafiando todos os presentes para a visitarem. -----

O terceiro dia do "Xantar" foi dedicado ao Alto Tâmega, tendo estado em destaque a promoção e degustação de produtos regionais, muito concretamente, o pastel de Chaves, o folar, as compotas, os cogumelos e produtos inovadores à base do mel, vinho, cerveja e águas minerais naturais. -----

c) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação, pelos resultados obtidos, pela Escola de dança "Ent'Artes", no European Ballet Grand Prix, num dos mais prestigiosos concursos para jovens bailarinos na Europa, e que se realizou em Viena, Áustria. -----

As três flavienses, Ana Rui Magalhães, Iara Neto e Núbia Veiga, ficaram apuradas para a grande final do concurso. -----

d) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação, pela vitória obtida, pelo piloto flaviense, Rui Gonçalves, na primeira etapa do campeonato nacional de enduro. -----

e) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação, pela participação positiva de Maria Barreira, no Campeonato Europeu de Karaté, que decorreu na Dinamarca. -----

f) Circuito Mundial de Wrestling de Praia - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que a cidade de Chaves irá acolher o Circuito Mundial de Wrestling de Praia, nos próximos dias 29 e 30 de março. -----

Trata-se da primeira etapa da primeira edição do Beach Wrestling World series. -----

Esta prova é a primeira de duas que permitirá a qualificação para o World Beach Games, que se realizará, nos Estados Unidos, no corrente ano. -----

g) Seminário de Turismo de Saúde e Termalismo - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que a Escola Superior de Enfermagem, Dr. José Timóteo Montalvão Machado, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa e o Município de Chaves, está a organizar o Seminário de Turismo de Saúde e Termalismo, que decorrerá no Auditório do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, em Chaves, no próximo dia 09 de março. Neste contexto, dirigiu convite a todos os vereadores presentes, tendo em vista a sua participação, em tal evento. -----

h) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação, pelo feito do atleta flaviense, Ivo Tavares, que se sagrou vice-campeão absoluto de salto em comprimento, em pista coberta, no passado fim de semana, em Pombal. -

De seguida, concluindo a sua intervenção, no período antes da ordem do dia, o Presidente da Câmara, partindo da leitura e avaliação, da ata da última reunião de Câmara, na qual não pode estar presente, conforme justificação, oportunamente, apresentada, registou a sua discordância relativamente às posições, manifestamente, contraditórias, assumidas, em tal reunião, por parte da Vereadora do PSD, Dra, Maria Manuela Pereira Tender, defendendo, a mesma, neste Executivo, os interesses do Concelho e, na Assembleia da República, enquanto deputada, defendendo os interesses do seu Partido. -----

De facto, embora sendo deputada da Nação, a Vereadora do PSD deveria, em tal sede, ser coerente com as suas posições assumidas, neste Executivo, e relacionadas com a gestão da A24 e pagamentos de Portagens. -----

A posição da Vereadora do PSD, na Assembleia da República, sobre esta matéria, não foi coerente com a posição que assumiu, neste Executivo, sobre a mesma matéria, e exarada na ata da última reunião desta Câmara. O Município de Chaves repudia, veementemente, todas as políticas públicas que introduzem graves constrangimentos para a mobilidade, no interior do País, muito concretamente, no que concerne à A24, com o pagamento de portagens, solução que é, manifestamente, gravosa para o desenvolvimento da região do Alto Tâmega e para a sua população. ----

III - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo iniciado a sua intervenção, apresentando as suas saudações, a todo o Executivo Municipal, e, bem assim, a todas as pessoas que se encontram a assistir à presente reunião pública. -----

Seguidamente, manifestou a sua concordância com os votos de congratulação, anteriormente, apresentados, pelo Senhor Presidente da Câmara, enaltecendo os resultados positivos obtidos, pelos atletas flavienses, nas mais diversas modalidades desportivas e culturais objeto de congratulação, por parte deste Executivo. -----

Tais resultados estão, incontornavelmente, associados ao mérito, esforço e dedicação dos atletas flavienses e, também, a todo o trabalho meritório desenvolvido pelas associações e coletividades do Concelho.-

De seguida, em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Câmara relacionada com a cobrança de portagens, na "A24", a Vereadora do PSD, teceu, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1- O Senhor Presidente da Câmara não deve ter lido muito bem a ata da última reunião deste Órgão Executivo. -----

2 - A sua posição, sobre a matéria, nunca repousou no fim e/ou abolição das portagens, na "A24", mas sim, a sua progressiva redução. -----

3 - O Governo limitou-se, apenas, a reduzir o custo das portagens, na "A24", para as empresas transportadoras, dotadas do respetivo "CAE".

4 - Com essa redução, o Governo beneficiou, apenas, as grandes empresas, sendo certo que, tal medida, não atinge, favoravelmente, as empresas localizadas, em Chaves, e muito menos os Flavienses. -----

5 - O Governo prometeu uma redução do custo das portagens, mas essa promessa não foi cumprida, não abrangendo, à partida, as empresas da nossa região. -----

6 - Do ponto de vista histórico, a decisão quanto à introdução de portagens, na "A24", foi tomada, pelo Governo, então, liderado, pelo PS, sendo certo que, tal decisão, veio ser seguida, pelo PSD, continuando o seu Governo, a manter idênticas medidas políticas, sobre a matéria. -----

7 - A cobrança de portagens, na "A24", diga-se, sendo uma solução errada e prejudicial para o desenvolvimento do Alto Tâmega, é da responsabilidade dos dois partidos políticos, no caso, PS e PSD. ----

8 - O PSD nunca se mostrou favorável à abolição das portagens. -----

9 - Diferentemente, o PS prometeu, na última campanha eleitoral, a abolição das portagens cobradas, nas "ex" SCUT'S, fazendo, assim, todo

o sentido que cumprisse, no presente mandato governativo, essa promessa eleitoral. -----

10 - O Bloco de Esquerda, o PCP e partido Os Verdes, subscreveram uma proposta de resolução, apresentada na Assembleia da República, em vista a abolição das portagens, nas "ex" SCUT'S. -----

11 - Dever-se-á salientar que, com a abstenção do grupo parlamentar do PSD e do CDS, tal resolução veio a ser rejeitada, com os votos contra dos deputados do PS. -----

12 - Foi, assim, o PS que não quis aprovar, tal resolução, diga-se, favorável para os interesses da Região do Alto Tâmega. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Se a Senhora Vereadora do PSD estivesse atenta às considerações feitas, por mim, sobre a matéria, tinha percebido que os comentários produzidos dizem respeito ao Governo, não fazendo os mesmos qualquer referência a cores partidárias. -----

2 - O exercício do mandato, da Senhora Vereadora do PSD, vem sendo, manifestamente, incoerente, entre as suas posições assumidas, na Assembleia da República, e aquelas que, na mesma área de intervenção, vêm sendo assumidas, nesta Câmara Municipal, confundido, assim, de forma incoerente, o espaço de intervenção da Assembleia da República com o espaço de intervenção, por si, protagonizado, nesta Câmara Municipal, o qual, pela sua natureza, é de interesse local. -----

3 - O que se percebe, das suas intervenções, é que as mesmas têm sempre uma marca política reveladora de alguma insegurança, diga-se, geradora de inconstante incoerência, nas suas posições, as quais prejudicam os interesses dos flavienses. -----

4 - A retórica fácil e vazia não defende os interesses dos flavienses, retórica essa que, com maus resultados, a Senhora Vereadora do PSD assumiu, no âmbito do dossier relacionado com o mapa judiciário. ----

6 - O objetivo que prossegue, sobre a matéria, passa por defender a abolição das portagens na "A24", independentemente, dos taticismos políticos que, regra geral, vêm ao de cima, em época de eleições, nem que tal abolição seja feita de forma gradual. -----

7 - Tal estratégia passa por mobilizar todos os autarcas do Alto Tâmega, tendo em vista a abolição das portagens, na "A24". -----

8 - Todavia, antes de ser tomada qualquer iniciativa, sobre a matéria, irá ser solicitada uma audiência, junto do Senhor Ministro responsável, precisamente, para abordar a problemática relacionada com a eliminação das portagens, na "A24", sendo também ponderados todos aspetos gerais de mobilidade desta região do interior do País, diga-se, tão desfavorecida. -----

Usou, novamente, da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo, sobre a matéria, em apreciação, referido o seguinte: -----

1 - No que diz respeito à reorganização judiciária, o PS fez uma campanha tremenda contra esta reorganização e contra as soluções, nela, vertidas. -----

2 - O PS comprometeu-se, politicamente, durante o seu Governo, a reverter tudo aquilo que, sobre a matéria, o PSD fez, no âmbito da reorganização judiciária, e que, na sua ótica, estava errado. -----

3 - Na presente data, estando no último ano de mandato, do presente Governo, liderado pelo Partido Socialista, deveria, assim, o Senhor Presidente da Câmara, apurar que medidas, o atual Governo do País,

adotou, tendo em vista a reversão das valências, entretanto, retiradas ao Tribunal de Chaves. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Os autarcas do Alto Tâmega pugnam, no âmbito da reorganização do mapa judiciário, pela criação da Comarca do Alto Tâmega, solução essa que foi apresentada, em devido tempo, junto da tutela responsável. --

2 - A criação das comarcas, ajustadas às respetivas "CIM's", é uma solução que veio a ser apresentada, à senhora secretária de Estado da Justiça. -----

3 - Relativamente ao Tribunal de Chaves, era fundamental que o mesmo passasse a ter responsabilidades orgânicas, nas pendências e/ou ações judiciais, na área laboral. -----

4 - A tutela manifestou indisponibilidade para rever esta situação, durante a legislatura, em curso. -----

IV - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo começado por se associar aos votos de congratulação, anteriormente, apresentados, pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Solicitou, junto do Presidente da Câmara, informação relativa ao início dos trabalhos da empreitada de Requalificação da Rua Alferes João Batista e data da sua conclusão. -----

Solicitou, ainda, informação, sobre o prazo de execução da empreitada, em curso, na Avenida dos Aliados, e sua coordenação com a boa organização da Feira dos Santos. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A obra esta em condições de ser consignada. -----

2 - Todavia, a rede de abastecimento público de água, que serve tal artéria da cidade, está saturada, sendo necessário promover a sua substituição. -----

3 - A concretização de tais trabalhos de substituição veio a determinar algum atraso no início dos trabalhos da empreitada. -----

4 - No que concerne à empreitada, em curso, com projeção na Av. Dos Aliados, os respetivos trabalhos deverão estar concluídos, antes da data de realização da Feira dos Santos. -----

V - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR JOÃO CARLOS ALVES NEVES. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo começado por abordar a matéria relacionada com as portagens, na "A24". -----

A sua posição passa, também, pela abolição das portagens, na "A24", até porque, na nossa vizinha Espanha, tais portagens já foram eliminadas. -----

O Governo também deveria estar atento a esta realidade existente, na vizinha Espanha, nomeadamente, na "A52". -----

A desertificação do Alto Tâmega só pode ser combatida com medidas, desta natureza, embora a falta de expressão eleitoral da região do

Alto Tâmega, seja um factor desfavorável, em vista à mudança de atitude do Governo, sobre a matéria. -----
 O mesmo se poderá afirmar, relativamente à área da saúde e da educação, apontando o mesmo, a título de exemplo, a eventual construção da residência de estudantes, em Chaves, e, bem assim, a instalação de um Centro de Saúde, no edifício contíguo à sede da Junta de Freguesia da Madalena, beneficiando, assim, todos os munícipes da dita freguesia.-

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 1 - A residência de Estudantes pode ser importante para que Chaves possa garantir uma posição, de alguma centralidade, na região do Alto Tâmega, tanto mais que, na presente data, no Alto Tâmega, já há Concelhos que não têm ensino secundário. -----
 2 - Na área da saúde, a preocupação central do Concelho de Chaves, prende-se com os cuidados continuados e cuidados hospitalares. -----
 3 - No Concelho de Chaves, ao nível dos cuidados primários, os indicadores disponíveis são, nessa área de intervenção, bastante satisfatórios. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 04 de fevereiro de 2019. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

Não participou na votação deste assunto, o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, em virtude de não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - CPCJ - RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2018 MODELO DE RECOLHA DE DADOS 2018 - CARACTERIZAÇÃO PROCESSUAL. -----

Foi presente, para conhecimento, o relatório identificado em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.07. -----

Leve-se ao conhecimento dos Órgãos Municipais. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. - MINUTAS DE CONTRATOS DE GESTÃO. -----

Foi presente, para deliberação, as minutas de gestão identificadas em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. ---
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

Reencaminhe-se este assunto para a próxima reunião de Câmara para efeitos de apreciação de tais minutas de contratos de gestão, para efeitos de aprovação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS - LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO -; - EXERCÍCIO DO DIREITO DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NOS DOMÍNIOS DA PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS E NO DOMÍNIO DA CULTURA. PROPOSTA Nº8/GAP/2019. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. Considerando que, no pretérito dia 17/08/2018, de 16/08, entrou em vigor a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a qual veio estabelecer o quadro de transferências de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local; -----

2. Considerando que, nos termos do artigo 3º, do retrocitado diploma legal, a transferência das novas competências tem caráter universal, admitindo-se, contudo, que a mesma se possa fazer de forma gradual até 1 de janeiro de 2021; -----

3. Considerando que, de acordo com o artigo 4º, da retrocitada Lei, a transferência de competências é concretizada através de diplomas legais de âmbito setorial, relativos às diversas áreas a descentralizar e nos quais ficarão estabelecidas as disposições transitórias adequadas à respetiva gestão; -----

4. Considerando que alínea a), do n.º 2, do artigo 4º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, determina que as autarquias locais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019, deveriam ter comunicado tal facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, até ao dia 15 de setembro de 2018, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido, leia-se, assembleias municipais; -----

5. Considerando, contudo, que os diplomas setoriais, referidos no artigo 4º, da retrocitada Lei, não vieram a ser aprovados em tempo útil, ou seja, antes do dia 15 de setembro de 2018; -----

6. Considerando que, no pretérito dia 27/08/2018, e atendendo a tal circunstância, o Secretário de Estado das Autarquias Locais realizou a comunicação que a seguir se transcreve: -----

"A interpretação e aplicação do n.º 2, do art.º 4 da Lei n.º 50/2018 que fixa a data de 15/09, para deliberação dos órgãos do Município, terá de ser feita em conjugação com o art.º 44, n.º 1 do mesmo diploma, o qual impõe a necessidade de aprovação e publicação dos diplomas sectoriais e não se prevê estarem publicados antes da referida data.- Não sendo materialmente possível observar a data prevista na Lei, cada um dos diplomas sectoriais a aprovar em Conselho de Ministros, fixará o prazo para que as Câmaras e Assembleias Municipais deliberem sobre a eventual falta de condições para receber cada uma das competências a transferir. -----

Esclarecemos que a deliberação em referência poderá ser feita de forma individual, ou seja, o Município pode entender que não tem condições para imediatamente aceitar a competência a descentralizar numa determinada área, mas ter capacidade nas restantes matérias." -----

7. Considerando que, no dia 30 de janeiro de 2019, foram publicados, em Diário da República, um conjunto de mais quatro diplomas legais visando a concretização da transferência, diga-se, setorial, de competências para os órgãos municipais, muito concretamente, o Decreto-Lei n.º 20/2019, o Decreto-Lei n.º 21/2019, o Decreto-Lei n.º 22/2019 e o Decreto-Lei n.º 23/2019; -----

8. Considerando que os municípios que não pretendam a transferência das competências, no ano de 2019, e previstas no DL n.º 20/2019 e no DL n.º 22/2019, ambos de 30 de janeiro último, devem comunicar esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, no prazo de 60 dias após a entrada em vigor dos mesmos; -----

9. Considerando que após reflexão interna elaborada para o efeito, concluiu-se que a transferência, e consequente assunção, de algumas das competências a transferir para o Município de Chaves, nos termos previstos nos retromencionados diplomas legais, comportam um ónus, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista operacional, de muito difícil concretização, em face da realidade desta Autarquia Local, suscetível de comprometer o desenvolvimento e boa execução de tais competências; -----

10. Considerando que, como se viu, a não-aceitação das transferências carece de deliberação, nesse sentido, da assembleia municipal, bem como da respetiva comunicação à DGAL, tudo isto até 60 dias decorridos após a entrada em vigor de cada um dos diplomas legais setoriais, sob pena de, não o fazendo, as competências, em causa, se considerarem transferidas para o Município de Chaves. -----

II - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -

a) Agendamento do presente assunto para a próxima reunião da Câmara Municipal de Chaves, em vista a que tal órgão executivo tome deliberação consubstanciada na não aceitação da transferência, com efeitos a partir de janeiro de 2019, das seguintes competências, a saber: -----

- Domínio da proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos, DL n.º 20/2019, de 30 de janeiro; -----

- Domínio da cultura, DL n.º 22/2019, de 30 de janeiro. -----

b) Sequencialmente, e caso a presente proposta seja aprovada nos termos anteriormente sugeridos, deverá a mesma ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, conforme previsto nos diplomas legais concretizadores de tais transferências; -----

c) No estrito cumprimento do quadro legal aplicável, dever-se-á comunicar o teor de tais deliberações à DGAL, no prazo máximo de 60 dias, após a entrada em vigor de cada um dos diplomas legais setoriais anteriormente referidos, sob pena de, não o fazendo, as competências, referidas na anterior alínea a), se considerarem transferidas para o Município de Chaves; -----

d) Por último, dever-se-á proceder à publicitação da deliberação que vier a ser tomada pela Assembleia Municipal, nos termos previstos no artigo 56º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Chaves, 13 de fevereiro de 2019 -----
O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz) -----
Nota: Refira-se que, por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, em sua sessão extraordinária realizada no dia 30 de janeiro de 2019, veio a ser aprovada, por maioria, a Proposta nº 3/GAP/2019, de 15/01/2019, consubstanciada na não aceitação da transferência, com efeitos a partir de 2019, das seguintes competências de âmbito setorial, a saber: -----

- Domínio das vias de comunicação (DL nº 100/2018, de 28/11); -----
- Domínio da instalação e gestão de lojas do cidadão, espaços cidadão e gestão de gabinetes de apoio aos emigrantes e centros locais de apoio à integração de migrantes (DL nº 104/2018, de 29/11); -----
- Domínio da Justiça (DL nº 101/2018, de 29/11) -----

 Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do PSD, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo, sobre a matéria, questionado, o Presidente da Câmara, no sentido de apurar se o Governo, para além destas competências a transferir, para a autarquia, e que fazem parte do objeto da proposta, ora, em apreciação, não equaciona, a curto prazo, a transferência de outras competências para as Autarquias Locais. -----
 Em caso afirmativo, o Vereador interveniente questionou, o Presidente da Câmara, no sentido de saber se a Autarquia já tem uma posição, tecnicamente, fundamentada, sobre o assunto. -----

 Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 1 - Foram, recentemente, publicados quatro diplomas sectoriais, os quais dão concretização à Lei quadro de transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais. -----

2 - Tais diplomas têm por objeto as seguintes áreas de intervenção, a saber: saúde, educação, cultura e proteção de animais e segurança alimentar. -----

3 - A aceitação, por parte do Município de Chaves, de tais competências relacionadas, com a área da saúde e da educação, irá exigir uma ponderação mais intensa, sobre a matéria, tanto mais que o envelope financeiro associado ao exercício, de tais competências, pela Autarquia, ainda não está, na presente data, determinado. -----

4 - O mesmo se poderá dizer quanto à disponibilização, pela tutela, de todos os estudos e/ou projetos indispensáveis à tomada de decisão quanto à aceitação ou não, por parte da Autarquia, de tal novo quadro de competências. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----
 Para os devidos efeitos, à próxima Assembleia Municipal. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

**1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE QUEDA.
REQ: VÂNIA RAQUEL DOS SANTOS ROCHA INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 23/2019.**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. Através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 694, datado do pretérito dia 22/01/2019, Vânia Raquel dos Santos Rocha veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos sofridos, no dia 15/01/2019, na sequência de uma queda ocorrida na Rua Coronel Bento Roma, pelas 11h00.

2. Para o efeito, o requerente invoca que tropeçou "nuns ferros cravados no chão pertencentes a uma árvore de natal aí existente, a qual naquela noite tinha sido roubada por 4 indivíduos." -----

3. Mais refere, a peticionária, que existem gravações de vídeo, pertencentes à Óptica Mais, que comprovam os factos acima descritos.

4. Nestes termos, refere a peticionário que, da queda, resultou um dedo partido (dedo da mão direita, arrancamento inframilitétrico na base de F2 de D5), alias à impossibilidade de exercer a sua atividade.

5. A requerente juntou, ao processo, participação elaborada pela PSP, no dia 16/01/2019, fotografia dos ferros que provocaram a queda, relatório de episódio de urgência n.º 19007413, certificado de incapacidade temporária para o trabalho recibo, no valor de 16,65€, referente ao pagamento de taxas moderadoras, na sequência do episódio de urgência n.º 19007413. -----

6. Assim, sobre a matéria, cumpre informar o seguinte: -----

II - Do direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas encontra-se consagrada na Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro. -----

- Ora, para que se verifique responsabilidade civil administrativa é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo) no exercício de funções públicas ou por causa delas, -----

- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----

- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----

- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

2. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação ".

3. Sendo certo que a culpa não tem de ser avaliada segundo elevados padrões de competência técnica, de profissionalismo ou de eficiência, mas segundo o que seria normalmente exigível, nas circunstâncias do caso, para quem detém a qualidade de titular de órgão administrativo ou de funcionário, segundo o disposto no n.º 1, do artigo 10º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas. -----

4. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

5. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

6. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

7. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

8. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a petição afirma que a queda, que deu origem aos danos referidos pela mesma, foi provocada pela existência de ferros cravados no chão. -----

9. Contudo, e como é referido pela requerente, tais ferros destinavam-se a segurar uma árvore de natal, a qual foi furtada durante a madrugada do dia do acidente. -----

10. Ou seja, a queda ocorreu, não por causa de alguma conduta, ainda que omissiva, do Município de Chaves, mas sim por causa de um evento estranho a esta Autarquia Local, imprevisível e que estava fora do seu controlo, no caso, um furto. -----

11. Fator que impossibilitou, igualmente, que a autarquia pudesse, em tempo útil, sinalizar o obstáculo existente na via de trânsito. -

12. Na verdade, não é exigível, no atual patamar de evolução (técnica e económica) que o responsável pela conservação e manutenção das vias de trânsito e passeios, possa detetar e fiscalizar, sobre a hora, o estado das mesmas em toda a sua extensão, e bem assim que, mal se verifique qualquer evento que tal requeira, possa sinalizá-las em conformidade. -----

13. Assim sendo, se por um lado é verdade que impende sobre esta Autarquia Local o dever de manutenção e vigilância das vias de trânsito e passeios colocadas sob a sua jurisdição, também é verdade que a situação, em causa, se ficou a dever a circunstâncias extraordinárias e imprevisíveis, que não poderiam ser controladas pelo Município de Chaves. -----

14. Logo, não se vislumbra que haja sido omitido qualquer dever de cuidado por parte deste Município que permita à interessada fazer a imputação subjetiva do acidente. -----

15. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Da Proposta -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal¹, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão

¹ Considerando que a presente informação contém elementos suscetíveis de serem considerados dados pessoais e, como tal, protegidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais, não deverá, por razões de cautela, a presente informação ser reproduzida na ata que venha a ser elaborada na sequência da reunião do órgão do executivo, onde o presente assunto será objeto de apreciação e deliberação. -----

formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos sofridos; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 29 de janeiro de 2019 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 31/01/2019. -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.05. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: DOMINGOS MAIA BARBOSA. INFORMAÇÃO N.º. 30/DAF/19. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Na sequência do requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos competentes desta Autarquia, sob o n.º 1496/19, de 07/02/2019, Domingos Maia Barbosa, veio solicitar autorização do pagamento em 12 prestações de uma dívida relativa a taxas municipais devidas pela ocupação de lugar na feira semanal de Chaves, conforme documentos, cujo teor seguem em anexo ao correspondente processo. -----

2. Para o efeito, o requerente invoca, em síntese, não dispor de condições económicas que lhe permitam efetuar o pagamento integral da dívida, instruindo a sua pretensão com o Atestado (de insuficiência económica), emitido a 22/01/2019, pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Peso da Régua e Godim (Município de Peso da Régua), atestando em síntese, que Domingos Maia Barbosa "... não tem meios económicos suficientes para pagar na sua totalidade uma coima à Câmara

Municipal de Chaves, pelo que solicita o pagamento da mesma em pequenas prestações mensais.”-----

3. A dívida do requerente, em execução, à data da apresentação do requerimento, ascende a quantia de € 597,95, desagregada da seguinte forma, a saber: -----

- 420,00 €, referente ao valor em dívida; -----
- 31,70 €, relativo a juros de mora; -----
- 95,25 €, relativo a custas processuais; -----
- 51,00 €, referente à taxa de justiça. -----

4. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre informar o seguinte: --

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art.196.º, do C.P.P.T, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização**, nos termos do disposto no n.º5, do art.196.º, do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a € 102 euros**. -----

3. Refira-se, que a importância a dividir em prestações não compreende os encargos do processo executivo, nem os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento, conjuntamente, com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no correspondente processo, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, a dívida exequenda ascende a € 420,00, à qual acrescem juros de mora e custas processuais, associadas ao processo de execução fiscal². -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário não reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 12 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida exequenda, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

6. Contudo, atento o montante em dívida, será possível o pagamento faseado da mesma em quatro prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de € 105.00, ficando, nesta justa medida, o valor unitário de cada prestação acima do valor correspondente a uma unidade de conta.

7. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPPT, o requerente, enquanto pessoa singular, está dispensado de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5.000. -----

8. Refira-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato

² Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal os seu termos, por força do disposto no n.º4, do artigo 200.º, do CPPT. -----

9. Por último, de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do art.198.º, do CPPT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho

III - Propostas -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa, consubstanciada no deferimento do pagamento da quantia em dívida, em quatro prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de € 105,00, de acordo com o quadro legal aplicável, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende as custas processuais e os juros de mora, associados, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais e taxa de justiça; -----

d) Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, **o requerente está dispensado de prestar garantia;** -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado da presente informação, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

É tudo, de momento, o que tenho a informar sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 11 de fevereiro de 2019. -----
A Técnica Superior -----

(Ana Tomaz) -----

Em anexo: Os Autos de Execução Fiscal Administrativa n.ºs: 85/18, 86/18, 87/18, 88/18, 89/18, 90/18, 91/18, 92/18, 93/18, 94/18, 95/18, 96/18, 97/18, 98/18, 99/18, cujo executado consta o ora peticionário (Domingos Maia Barbosa). -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 11/02/2019. -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM HABITAÇÃO SITA NO N.º 69, DA RUA DONA MAFALDA, VILAR DE NANTES, CHAVES; - INUNDAÇÃO; - JOÃO BORGES MACHADO. INF. 35/DAF/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 13644, datado do pretérito dia 03/01/2019, João Borges Machado veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na sua habitação, sita no n.º 69, da Rua Dona Mafalda, Vilar de Nantes, Chaves, na sequência de uma inundação. -----

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, que a inundação, em causa, foi provocada pela rotura de água existente na via pública, no dia 23/12/2019, da qual resultaram alguns danos na cozinha, sala de estar, quarto, wc e garagem, em face da quantidade de água e terra que entraram para a habitação, em causa. -----

3. O requerente juntou ao processo a seguinte documentação: -----

- Orçamento produzido pela empresa "*Jorove Sociedade de Construções, Lda.*", no valor de 2530€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

- Registo fotográfico do local da rotura de água, bem como do interior e exterior da habitação, onde se verifica a presença de água e lama.

4. Sobre a matéria, a Divisão de Águas e Resíduos, produziu, no dia 19 de abril de 2016, a Informação n.º 28/2019, informando do seguinte:

"(...) No dia 23 de dezembro de 2018, a DAR foi alertada para a existência de rotura de água na conduta geral de abastecimento de água, no passeio em frente ao n.º 69 da Rua Dona Mafalda em Vilar de Nantes. -----

Prontamente foi enviada para o local a equipa das roturas de modo a proceder à reparação da mesma (OS n.º 19/266). -----

Chegada ao local, a equipa de roturas verificou-se que o grande volume de água escorria em direção ao interior da moradia, devido ao facto da mesma se encontrar a uma cota inferior em relação ao local da rotura (passeio), conforme se pode verificar pelas fotos. -----

Após a reparação da rotura e devido à escorrência de água e lama, o interior da moradia sofreu alguns danos ao nível do pavimento e paredes. -----

Assim, em face do descrito, confirma-se a inundação do interior da moradia devido à rotura de água, situação esta confirmada pelo encarregado do setor de águas da DAR." -----

5. Sendo certo que a retrocitada unidade orgânica juntou à referida informação registo fotográfico da intervenção realizada e do interior da moradia, onde é visível a presença de água. -----

II - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;
 - b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;
 - c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----
2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----
3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----
- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; -
 - Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
 - Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
 - Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----
4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação ". -----
5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----
6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----
7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. ----
8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----
- Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----
9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados na sequência de uma inundação, a qual foi provocada por uma rotura de água, na via pública. -----
10. Sendo certo que, conforme decorre da Informação n.º 28/2019, produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, os serviços municipais reconhecem que a inundação, em causa, teve como origem a rotura de água na conduta geral de abastecimento localizada no passeio, a qual se encontra sob a gestão do Município de Chaves. -----
11. Analisados os elementos do processo, rapidamente se consegue estabelecer um nexo causal entre a rotura verificada na conduta do abastecimento de água, o qual se encontra sob a gestão e responsabilidade do Município de Chaves, e os danos registados na habitação do requerente, situação, aliás, comprovada, in loco, pelos próprios serviços municipais. -----
12. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, considerando, desde logo, a conclusão inequívoca manifestada na Informação produzida

pela Divisão de Águas e Resíduos, e levando em linha de atenção os diversos registos fotográficos existentes no processo, alguns obtidos pelos serviços municipais no local e dia da ocorrência, parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, em vista à tomada de deliberação consubstanciada no deferimento da pretensão formulada pelo requerente, uma vez que decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento dos danos sofridos pelo peticionário; -----

b) Para efeitos de apuramento e pagamento do valor associado à indemnização pelos danos sofridos na habitação do peticionário, deverá o presente assunto ser encaminhado para a unidade responsável por assuntos desta natureza, no caso, a Unidade Flexível de 2º Grau de Gestão Financeira, em vista à ativação do seguro de responsabilidade civil junto da respetiva companhia seguradora; -----

c) No estrito cumprimento do disposto no art. 114º, do Código do Procedimento Administrativo, deverá a interessada ser notificada da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 12 de fevereiro de 2019. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 12/02/2019. -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. EXECUTADA: MARIA CÂNDIDA QUINTA VELOSO - EXECUTADA Nº 1159-. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. - DECISÃO DEFINITIVA. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A Executada acima identificada, NIF 193356821, veio, através do requerimento com o registo de entrada nos serviços de atendimento do Município, NIPG 15712/18, no dia 23/11/2018, requerer o pagamento em prestações de valor em dívida de água; -----

Tendo em consideração os documentos apresentados pela executada e a falta de condições económicas invocadas, que tornaram inviável a possibilidade de pagamento do valor em dívida em prestações, nos termos do disposto no n.º.5, art 196º do CPPT, veio tal requerimento a ser remetido à DRHAS, para análise à luz do Regulamento de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos; -----

O órgão executivo municipal em sua reunião ordinária, realizada no pretérito dia 27 de dezembro de 2018, veio a tomar deliberação, consubstanciada na intenção de indeferir o pedido, tendo por base a informação técnica da DRHAS n.º. 240/SHSDPC N.º.117/18; -----

Em 08 de janeiro de 2019, através do n/ofício 06/DAF/EX.FISC/19, foi notificada a executada para, em sede de audiência dos interessados, vir pronunciar-se sobre tal sentido de decisão; -----

Decorrido o prazo legal e consultado o programa de entrada de expediente no Município, verifica-se que não se registou, até à presente data, entrada de qualquer documento em nome da executada e sobre o processo em causa, pelo que se sugere que tal sentido de decisão se torne, agora, definitivo. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 12 de fevereiro de 2019 -----

A Escrivã dos Processos de Execução Fiscal -----
(Helena Fernandes) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 12/02/2019. -----

Visto. Concorde com a presente informação sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do Órgão Executivo, em vista à adoção de decisão definitiva consubstanciada no indeferimento do pedido em causa. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.13. -----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. RESOLUÇÃO CONTRATUAL. EXECUÇÃO COERCIVA DE DESPEJO. INFORMAÇÃO / PROPOSTA N.º20/SHSDPC/N.º09/2019. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2019.01.28-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e

regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2019.02.04. -----
 Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE DISPENSA DE PAGAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA-ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS - ALUNO JORGE GABRIEL TEIXEIRA GOMES. INFORMAÇÃO DDSC N°32/SE N°13/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

A encarregada de educação, Patrícia Raquel Teixeira Gomes, através do requerimento em anexo, vem solicitar a dispensa de pagamento das **Atividades de Animação e de Apoio à Família**", nas interrupções letivas, para os alunos com Necessidades Educativas do seu educando Jorge Gabriel Teixeira Gomes, que frequenta o 4º ano na Escola EB1 do Caneiro, por motivo de dificuldades económicas. -----

A retro mencionada encarregada de educação refere que "*o meu educando é portador de Multideficiência com graves limitações físicas. Pelo facto de ser a única pessoa a assumir os encargos financeiros relacionados com a sua vida diária, já que somos uma família monoparental e estou numa situação precária de emprego, sinto uma grande dificuldade económica para gerir as despesas do dia-a-dia. Pelo exposto solicito a possibilidade de não pagar as despesas do meu educando, nas atividades anteriormente referidas*". -----

II - Fundamentação -----

Através da **INFORMAÇÃO DDSC N°116/SE N°60/2018**, presente na reunião de Câmara de 12 de julho de 2018, foram aprovadas as normas de funcionamento das "Atividades de Animação e Apoio à Família" para vigorarem no ano letivo **2018/2019**, que incluem os valores da comparticipação familiar para as "**Atividades de Animação e Apoio à Família**", destinadas aos alunos com necessidades educativas, para os períodos das interrupções letivas: -----

Escalão	Valor semanal
A	€ 2.50
B	€ 5.00
C	€ 10.00

Considerando que o aluno *Jorge Gabriel Teixeira Gomes*, beneficia do escalão A, da ação social escolar e de acordo com as referidas normas aprovadas o encargo semanal é de 2,50€. -----

Considerando que a referida informação refere que "*sempre que, com base numa cuidada análise socioeconómica do agregado familiar, se conclua pela especial onerosidade do referido encargo, poderá ser dispensado o seu pagamento mediante deliberação de Câmara e tendo como fundamentação relatório técnico elaborado pelo setor de educação*". --

Considerando que de acordo com a alínea hh), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar. -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, caso esta proposta mereça concordância, por parte do Sr. Vereador da Educação, Dr. Francisco Melo, e em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que, de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33º, da Lei n. º75/2013 de 12 de setembro, autorize a dispensa de pagamento da comparticipação financeira familiar do aluno Jorge Gabriel Teixeira Gomes, pela frequência das **"Atividades de Animação e Apoio à Família"**, destinadas aos alunos com **necessidades educativas, para os períodos das interrupções letivas**, no presente ano letivo, 2018/2019, de acordo com o relatório técnico, em anexo. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 08 de fevereiro de 2019 -----

A Técnica Superior -----

(Lídia Pinto) -----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 11.02.2019. -----

Visto. Concordo. À Consideração do Sr. Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2019.02.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ALUNO NATANAEL PACHECO CONDE SANTOS - REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO TRAVÉS DO PAGAMENTO EM DUAS PRESTAÇÕES. INFORMAÇÃO DDSC Nº31/SE Nº12/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Através da Informação DDSC Nº 287/SE Nº121/2018, presente na reunião de Câmara de 07 de janeiro de 2019, foi autorizado que o **escalão B**, atribuído ao aluno **Natanael Pacheco Conde Santos** no ano letivo 2018/2019, tivesse eficácia retroativa ao ano letivo 2017/2018, passando o valor em dívida da encarregada de educação, Sr.^a *Adriana Isabel Trincheiras Pacheco*, a ser no valor total de **219,44€**. -----

II - Fundamentação -----

Considerando que a referida encarregada de educação, através do requerimento em anexo, vem solicitar o pagamento da dívida referente ao serviço de refeições e prolongamento de horário, no valor de **219,44€**, do seu educando *Natanael Pacheco Conde Santos*, que frequenta o Jardim de Infância de Chaves, em duas prestações, uma em fevereiro de 2019, no valor de 109,72€ e outra em março de 2019, de valor idêntico, 109,72€; -----

Considerando que a referida encarregada de educação, na entrega do requerimento no setor de educação, referiu que não dispunha de meios financeiros para o pagamento na íntegra do valor total; -----

Considerando que, também, apresentou o documento comprovativo da segurança Social como o seu educando, Natanael Pacheco Conde Santos, passou a integrar o 1º escalão do abono de família, anexando o respetivo documento comprovativo para efeitos de alteração do escalão, passando a partir de janeiro de 2019 a beneficiar do escalão A; -----
Considerando que de acordo com a alínea hh), do ponto I, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/22013, de 12 de setembro, compete à Câmara deliberar no domínio da ação social escolar. -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, caso esta proposta mereça concordância, por parte do Sr. Vereador da Educação, Dr. Francisco Melo, e em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que, de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, autorize que a Sr.ª *Adriana Isabel Trincheiras Pacheco*, efetue o pagamento do valor **219,44€**, referente às refeições consumidas e à frequência das Atividades de Animação e Apoio à Família, de março de 2018 a dezembro de 2018, em duas prestações: -----

- Até 28 de fevereiro de 2019 o valor de 109,72€; -----
- Até 20 de março de 2019 o valor de 109,72€. -----

Caso esta proposta seja aprovada, deve a mesma ser encaminhada para o Gabinete de Atendimento da Divisão de Administração e Fiscalização, para aceitação dos referidos valores, nos períodos mencionados. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 08 de fevereiro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Lídia Pinto) -----

Em anexo: Ofício da Encarregada de Educação e documento comprovativo da Segurança Social. -----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 11.02.2019. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Sr. Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2019.02.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. DESFILE DE CARNAVAL 2019 - COMPARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS. INFORMAÇÃO DDSC Nº24- SE Nº09/ANO 2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Introdução -----

O desfile de carnaval é uma atividade promovida pela Câmara Municipal em parceria com os **estabelecimentos de ensino da rede pública e privada do concelho**, que pretende marcar a data, com animação, folia e muita diversão, com enfoque nas crianças, desfilando com os seus trajes carnavalescos enquadrados no tema "Profissões de Antigamente"; -----
De acordo com as atividades previstas pelo Município de Chaves em articulação com a comunidade escolar, está previsto a realização do

Desfile de Carnaval, no próximo dia **01 de março**, sexta-feira, pelas 15h00. -----

Considerando que todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados do concelho (meio urbano e meio rural), foram convidados a participar no respetivo desfile, bem como IPSS com serviço educativo; Considerando que os estabelecimentos de ensino público do meio rural e de Vidago, irão realizar o desfile nas respetivas localidades, dando cumprimento à tradição e permitindo a envolvimento de cada comunidade. Considerando que a Câmara Municipal, à semelhança dos anos letivos anteriores, irá comparticipar com 2,5 €, cada aluno do ensino público e cada aluno integrado em estabelecimentos de educação em IPSS's, que integre o cortejo de Carnaval (na cidade, em Vidago e localidades do meio rural), com vista a minimizar os custos inerentes à realização deste desfile, nos termos da alínea u), do artigo 33º, da lei nº75/2013 de 12 de setembro (listagem em anexo); -----

Considerando que, o Município de Chaves também apoiará outras instituições de ensino privado e todas as instituições/entidades que participem no desfile, através da disponibilização de material de papelaria alusivo ao carnaval, para utilização no evento, com o valor máximo de €2,50/participante em material. -----

II - Fundamentação -----

Assim e de acordo com o interesse manifestado pelos estabelecimentos de ensino, após contato da autarquia, o quadro da atribuição da comparticipação por cada aluno participante a cada agrupamento de escolas e IPSS é o seguinte, considerando que os estabelecimentos do meio rural e de Vidago realizarão os seus desfiles nas localidades: -

Apoio/Comparticipação DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO/IPSS ⁽¹⁾		
Designação	Valor	Rubrica
Total da Comparticipação das despesas das escolas	3.642,50€	
- Agrupamento Dr. António Granjo	1.347,50 €	04.07.01.05
- Agrupamento Dr. Júlio Martins	1.430,00€	
- Agrupamento Fernão de Magalhães	257,50 €	
- IPSS	607,50 €	

1) Valor definido mediante o nº previsto/estimativo de alunos, de todos os estabelecimentos de ensino públicos e IPSS participantes; comparticipação com 2,5 € a cada aluno do ensino público e IPSS, que integre o cortejo de Carnaval (na cidade, em Vidago e localidades do meio rural), com vista a minimizar os custos inerentes à realização do desfile, de acordo alínea u), do artigo 33º, da Lei nº75/2013 de 12 de setembro. -----

III. PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO: -----

Assim face ao exposto, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal o seguinte: -----

- Que a presente informação seja encaminhada à próxima reunião de Câmara para deliberação; -----
- Que sejam atribuídas as verbas mencionadas no quadro supra, aos agrupamentos de escolas e IPSS, participantes nos desfiles de carnaval (cidade, Vidago e localidades rurais); -----
- Posteriormente o seu encaminhamento à Divisão de Gestão Financeira para os devidos efeitos; -----
- Que sejam notificadas os Agrupamentos escolares e IPSS do teor da mesma. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 08 de fevereiro de 2019 -----

A Técnica Superior, -----

(Zuleika Rodrigues) -----

OBS: Listagem dos participantes em anexo. -----

Comparticipação das escolas Desfile de Carnaval 2019 -----

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. ANTÓNIO GRANJO**Meio rural**

Escola 1º Ciclo/Jardim de Infância	Total alunos	Verba/aluno	Valor	Local Desfile
JI Nantes	11	2,50 €	27,50 €	Cidade
JI Outeiro Jusão	8	2,50 €	20,00 €	Localidade
JI Valdanta	6	2,50 €	15,00 €	Localidade
EB de Vilar de Nantes	23	2,5€	57,50€	Localidade
Total	25		120,00 €	

Meio Urbano

Escola 1º Ciclo/Jardim de Infância	Total alunos	Verba/aluno	Valor	Local Desfile
EB1 n.º 1 de Chaves (Santo Amaro)	192	2,50 €	480,00 €	Cidade
EB1 n.º 3 de Chaves (Caneiro)	94	2,50 €	235,00€	
EB1 n.º 5 de Chaves (Casas dos Montes)	86	2,50 €	215,00 €	
JI Caneiro	42	2,50 €	105,00 €	
JI Chaves	77	2,50 €	192,50 €	
Total	491		1.227,50 €	

Comparticipação das escolas Desfile de Carnaval 2019**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. JÚLIO MARTINS****Meio rural**

Escola 1º Ciclo/Jardim de Infância	Total alunos	Verba/aluno	Valor	Local Desfile
EB1/JI de Bustelo	23	2,50 €	57,50 €	Localidade
EB1/JI de Cimo de Vila	11	2,50 €	27,50 €	Localidade
EB1/JI de Mairos	25	2,50 €	62,50 €	Localidade
EB1/JI de Vila Verde da Raia	17	2,50 €	42,50 €	Localidade
EB1/JI de Sto. Estevão	36	2,50 €	90,00 €	Localidade
Total	112		280,00 €	

Meio Urbano

Escola 1º Ciclo/Jardim de Infância	Total alunos	Verba/aluno	Valor total	Local Desfile
EB Santa Cruz/Trindade	460	2,50 €	1.150,00 €	Cidade

Comparticipação das escolas Desfile de Carnaval 2019**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS Fernão de Magalhães****Vidago**

Escola 1º Ciclo/Jardim de Infância	Total alunos	Verba/aluno	Valor total	Local Desfile
EB1 e JI de Vidago	103	2,50 €	257,50 €	Vidago

Comparticipação das escolas Desfile de Carnaval 2019**IPSS**

Estabelecimento	Total crianças	Verba/aluno	Valor total	Local Desfile
JI Hugo e Vanessa/Santa Casa da Misericórdia	40	2,50 €	100,00 €	Cidade
Associação Flôr do Tâmega	20	2,50 €	50,00 €	
Centro Social e Paroquial de Chaves	183	2,50 €	457,50€	

Comparticipação em material de papelaria das escolas Desfile de Carnaval 2019**Ensino Privado/ Lares**

Estabelecimento	Total crianças	Local Desfile
Externato Quinta da Fraga	65	Cidade
Externato Disney	84	
Externato AEIOU	94	
Externato Pinguim	110	
Externato João de Deus	85	
Creche e JI S. Roque	77	
Lar Santa Casa da Misericórdia	20	
Lar de Stº. António de Monforte	10	
Lar Bom Caminho - Calvão	6	

DESPACHO DA DRA. LÍDIA PINTO, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 08.02.2019.

Visto. Concorde. À Consideração do Sr. Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DO TABOLADO. INFORMAÇÃO Nº33 /2019. -

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. Na sequência da deliberação tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 27 de Dezembro de 2018, veio a ser aprovado o Projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal do Tabolado, nos termos da informação nº184/DDSC-SJD, de 28 de novembro de 2018; -----

2. Na esteira da estratégia de atuação então delineada, o dito Projeto de Regulamento, no cumprimento do quadro legal aplicável, de acordo com o disposto no nº 1, do art. 101º do CPA veio a ser submetido a um período de discussão pública, durante o prazo de 30 dias (a contar da publicação, 7 de janeiro de 2019), garantindo-se a sua adequada divulgação através de Edital nº 3/2019, para o efeito, publicado na 2ª série do Diário da República no Boletim Municipal e na Internet, muito concretamente, no site do Município de Chaves; -----

3. Concluído o referido período de discussão pública, no passado dia 07 de Fevereiro de 2018, não deu entrada, durante o decurso de tal fase participativa, nenhuma sugestão e ou observação sobre as soluções nele contempladas, estando, assim, reunidos, do ponto de vista procedimental, todos os requisitos legalmente exigidos para a sua ulterior aprovação definitiva por parte do executivo camarário. -----

4. Considerando que de acordo com a alínea ee) do ponto 1) do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 compete à Câmara Municipal, "criar, construir e gerir instalações, equipamento, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"; -----

5. Considerando que, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e ulteriores alterações, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar regulamentos com eficácia externa do município; --

6. Considerando, por último, que é competência do órgão executivo municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município, conforme previsto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações. -----

II - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à aprovação, agora definitiva, do Projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal do Tabolado, o qual se anexa à presente informação; -----

b) Sequencialmente, e alcançado o desiderato referido na alínea anterior, deverá a Proposta de Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

c) Por último, que se proceda à publicação do referido Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal do Tabolado, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e no art. 139º do Código do Procedimento administrativo. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 11 de fevereiro de 2019 -----

O Técnico Superior, -----

(Maciel Duque) -----

Projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal do Tabolado -----

Preâmbulo -----

A Piscina Municipal do Tabolado, visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, servir os cidadãos ao nível de atividades lúdicas e desportivas, proporcionando igualmente atividades de ensino, de lazer e de ocupação de tempos livres. -----

De modo a que a sua gestão e manutenção se processe de uma forma eficiente e eficaz, torna-se essencial a existência de um conjunto de normas e princípios a que deve obedecer a correta e racional utilização. -----

Nos termos do disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a qual estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, os Municípios dispõem, entre outros domínios, de atribuições na área da promoção dos Tempos Livres e Desporto. -----

Dando execução a tal atribuição, de relevante interesse público para as populações locais, o Município de Chaves dispõe de uma infra-estrutura desportiva, no caso a Piscina Municipal do Tabolado, colocada à disposição da população em geral, e do concelho em particular, constituindo um espaço de lazer destinado à prática de atividades físicas e desportivas, garantindo-se, assim, a elevação da qualidade de vida dos cidadãos com a promoção dos seus tempos livres de forma salutar e agradável. -----

Para garantir o bom funcionamento da referida infra-estrutura torna-se imperiosa a criação e implementação de um conjunto de disposições normativas correlacionadas com a sua utilização, manutenção e conservação, aplicáveis a todos os utentes, tendo como objetivo uma

correta gestão e manutenção daquele equipamento municipal de interesse público, de forma a que a sua utilização se processe de uma forma correta e racional, com vista a atingir os propósitos para que foi edificado. -----

Sendo certo que os custos associados à utilização da Piscina Municipal do Tabolado estão diretamente relacionados com a sua utilização e manutenção. -----

Em contraposição aos custos supra referido, para além do pagamento dos preços previstos no presente regulamento, decorrerão claros benefícios para a população do Concelho de Chaves, em particular na área do desenvolvimento de práticas e educação desportiva, assumindo-se, assim, um custo/benefício proporcional, tendo em conta o fim que se pretende atingir. -----

Assim, ao abrigo das disposições previstas no artigo 241º, da Constituição da República Portuguesa, e ainda pelo determinado na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º e nas alíneas cc) e k), do n.º 1, do artigo 33º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, bem como no artigo 21º, da Lei nº 73/2013, de 03/09, é aprovado o Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal do Tabolado, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia Municipal em ____ de _____ de 2018, sob proposta da Câmara Municipal, sendo certo que o projeto de regulamento foi submetido a consulta pública, nos termos, e para os efeitos previstos, no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo -----

Artigo 1º -----

LEI HABILITANTE -----

O presente regulamento é elaborado nos termos das disposições previstas no artigo 241º, da Constituição da República Portuguesa, e ainda pelo determinado na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º e nas alíneas ee) e k), do n.º 1, do artigo 33º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, bem como no artigo 21º, da Lei nº 73/2013, de 03/09. -----

ARTIGO 2º -----

OBJETO -----

1. O presente Regulamento visa estabelecer um conjunto de normas relativas ao funcionamento e utilização da Piscina Municipal do Tabolado. -----

2. As instalações da Piscina Municipal do Tabolado situam-se no largo do Tabolado, na cidade de Chaves e são compostas por: -----

- a) Um tanque de aprendizagem de 12,50m x 8 m; -----
- b) Um tanque de competição de 25m x 12,50m. -----
- c) Hall de entrada; -----
- d) 2 Balneários; -----
- e) Chuveiros; -----
- f) Zona técnica; -----
- g) Gabinetes. -----

ARTIGO 3º -----

GESTÃO DAS INSTALAÇÕES -----

1. A Piscina Municipal do Tabolado é propriedade da Câmara Municipal de Chaves. Compete à Câmara a definição das normas de gestão, utilização e funcionamento, que consistem em: -----

- a) Receber, analisar e decidir sobre os pedidos de cedência das respetivas instalações; -----
- b) Cobrar as tarifas devidas pela utilização das instalações; ---

- c) Adotar as medidas necessárias à boa conservação das instalações e à manutenção das suas condições de utilização; -----
- d) Fazer prevalecer os Direitos e Deveres dos utentes; -----
- e) Estabelecer sanções em caso de incumprimento; -----
- f) Definir as normas que se julguem necessárias e pertinentes à gestão das instalações. -----

ARTIGO 4º -----**HORÁRIO E PERÍODO DE FUNCIONAMENTO** -----

1.A Piscina Municipal do Tabolado estará em funcionamento de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro. Excetuam-se os feriados municipais, nacionais e religiosos e sempre que a autarquia o julgue necessário para efetuar reparações na estrutura, desinfeções ou por outros motivos que impossibilitem a sua abertura ao público. -----

2.A utilização da Piscina Municipal do Tabolado obedecerá ao horário de funcionamento que anualmente for estabelecido pela autarquia, podendo o mesmo ser modificado. -----

3.Sem prejuízo do disposto no Artigo 3º, o período de funcionamento da piscina será o seguinte: -----

	Segunda a Sexta	Sábado
Manhã	08:20 - 13:00	09:30 - 12:30
Tarde	14:45 - 20:45	14:45 - 18:45

4.A venda de bilhetes ficará suspensa faltando 60 minutos para o encerramento. -----

5.Os utentes da Piscina deverão abandonar os tanques até à hora fixada como hora de fecho. Após esta terão 30 minutos para deixar a instalação. -----

ARTIGO 5º -----**UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES** -----

1. Em toda a instalação da Piscina Municipal do Tabolado serão adotadas as providências de ordem sanitária indicadas pela Direcção Geral de Saúde, e pelas demais entidades competentes. -----

2. A temperatura da água dos tanques não poderá ser inferior a 29°. Caso o mesmo não se verifique serão adotadas medidas conforme o descrito na alínea f) do artigo 3º. -----

3. A Piscina Municipal do Tabolado destina-se fundamentalmente à promoção da saúde pública através da prática de atividades aquáticas. Estas atividades podem ser praticadas de forma livre e individual ou através das entidades que estabeleçam protocolos com a autarquia e apresentem técnicos especializados e oficialmente acreditados para o fazer. -----

4. As instalações só podem ser utilizadas pelas entidades ou utentes para tal autorizados, não sendo permitida a sua transmissibilidade a favor de terceiros. -----

5. A utilização das instalações poderá destinar-se a uma utilização regular ou a uma utilização pontual. -----

6. Nos casos de utilização por entidades, a utilização das instalações depende da autorização do Presidente da Câmara, com faculdade de delegação no Vereador responsável da respetiva área de intervenção. -----

7. A afixação de quaisquer materiais publicitários, promocionais, cartazes, fotografias, filmagens e/ou outros, no interior e exterior das piscinas, fica dependente da prévia autorização do Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação no Vereador responsável da respetiva área de intervenção. -----

ARTIGO 6º -----

CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES A ENTIDADES -----

1. Para efeitos de planeamento e gestão da ocupação da Piscina, em cada ano letivo/época desportiva, deverão os pedidos de utilização ser apresentados por escrito e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, até dia 15 de Agosto e conter as seguintes especificações (preencher ficha de solicitação): -----

- a) Identificação da entidade requerente; -----
- b) Indicação do número de pessoa coletiva; -----
- c) Nome e número de telefone da pessoa responsável; -----
- d) Modalidades ou atividades a desenvolver; -----
- e) Número previsto de participantes e seu escalão etário; ---
- f) Horário pretendido/número de pistas; -----
- g) Identificação do responsável técnico/professor/treinador;
- h) No caso das Escolas deverão referir a Turma/Grupo, nº de alunos e professor responsável. -----

2. Os pedidos de utilização regular formulados justificadamente fora do prazo indicado no número 1, serão considerados de acordo com a sua especificidade, obedecendo sempre ao presente Regulamento. -----

3. Os pedidos pontuais deverão ser feitos com uma antecedência mínima de 8 dias relativamente à ocorrência do evento de acordo com o disposto no número 1 deste artigo. -----

4. Findo o período de utilização e/ ou final de cada trimestre, os utilizadores deverão já ter liquidado as tarifas, entretanto vencidas, até 31 de Julho, sob pena de não poderem solicitar novos pedidos de utilização. -----

5. Sempre que a autarquia pretenda utilizar pontualmente as piscinas para o desenvolvimento das suas atividades, colidindo tal período com reservas previamente deferidas, deverá esta comunicar tal facto aos respetivos utilizadores, com a antecedência mínima de 72 horas. -----

ARTIGO 7º -----**ORDEM DE PRIORIDADES NA CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES A ENTIDADES -----**

1. As instalações serão em primeiro lugar ocupadas pelas atividades promovidas pela Câmara Municipal. -----

2. A cedência das instalações previstas no presente Regulamento respeitará a seguinte ordem de prioridades: -----

- a) Escolas e Agrupamentos de Escolas do Concelho em período escolar, (8h20 - 18h00); -----
- b) Escolas/Associações de ensino/desporto especial/adaptado do Concelho; -----
- c) Clubes e Associações com treinos de formação/competição de Natação e outros desportos aquáticos (dar-se-á preferência aos escalões mais jovens e nível competitivo mais elevado); -----
- d) Outras Entidades/Associações/Clubos do Concelho e IPSS; -----
- e) Outras Instituições fora do Concelho; -----

3. Serão fatores de preferência a qualificação específica dos profissionais responsáveis pelas atividades a desenvolver, e o rácio de pessoal qualificado por praticante/aluno, em primeiro lugar, e, em caso de igualdade, a antiguidade de utilização contínua da instalação.

4. Ficará sempre reservada uma pista para utilização do publico em geral. -----

ARTIGO 8º -----**DESISTÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DA PISCINA -----**

1. No caso de se verificar a desistência da utilização regular das Piscinas, deverá o requerente utilizador, comunicar tal facto, por escrito, à Câmara Municipal, com a antecedência mínima de 8 dias. ---

2. A inobservância do prazo mencionado no número anterior implicará o pagamento das tarifas correspondentes à reserva de utilização inicialmente deferida. -----

ARTIGO 9º -----

REGRAS DE CONDUTA NA UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES -----

1. O acesso às instalações da Piscina municipal depende da aquisição previa de bilhete ou da apresentação de cartão magnético de utente válido. -----

2. O uso da Piscina Municipal é vedado aos utentes que apresentem sinais evidentes de doenças contagiosas, tais como doenças de pele, olhos, nariz ou ouvidos e apresentem feridas abertas. -----

3. Ao abrigo da legislação em vigor não é permitido nas instalações da Piscina Municipal: -----

a) Entrar no corredor interior de acesso ao cais, sem tomar duche completo nos balneários; -----

b) Entrar na cuba antes de passar pelo chuveiro; -----

c) A entrada de crianças até aos 3 anos sem o uso de fraldas próprias para banho; -----

d) Entrar nas piscinas sem touca e vestuário de banho; -----

e) O vestuário de banho a que se refere a alínea d) consiste em fato de banho adequado à prática da natação. -----

f) Deixar lixo fora dos recipientes reservados para o efeito; ---

g) Fumar dentro de todo o edifício da Piscina; -----

h) Comer ou beber dentro de todo o edifício da Piscina, exceto em provas oficiais, devidamente autorizado; -----

i) Levar para a zona envolvente situada após o lava-pés, qualquer recipiente ou utensílio em vidro (dos quais se destacam as garrafas, copos, perfumes, brincos, ou outros como relógios com mostrador em vidro). Estão excluídos desta proibição os óculos graduados, que no entanto não poderão ser levados para dentro dos tanques de banho; ---

j) Atirar propositadamente água da piscina para fora da mesma; --

k) Permanecer nas escadas de acesso aos tanques; -----

l) Adotar comportamentos que ponham em risco os demais utentes; -

m) Mergulhar em qualquer ponto do rebordo da piscina, exceto nas zonas expressamente reservadas para o efeito; -----

n) Utilizar bóias ou quaisquer outros objetos flutuantes que não sejam reconhecidos pelo pessoal auxiliar; -----

o) Desrespeitar as orientações dadas pelo pessoal de apoio; ----

p) A utilização das instalações reservadas a um sexo por indivíduos de sexo diferente; -----

q) Mudar ou depositar roupa fora dos recintos reservados para o efeito; -----

r) A entrada a indivíduos que não ofereçam condições de higiene e saúde ou que não se comportem de modo adequado, que provoquem distúrbios ou pratiquem atos de violência; -----

s) A utilização das instalações da Piscina Municipal do Tabolado, nomeadamente os balneários e os chuveiros, exclusivamente para higiene pessoal (Banho), sem autorização superior; -----

t) Indivíduos visivelmente alcoolizados ou com comportamento errante. -----

u) Desenvolver atividades comerciais ou administrativas próprias à sua atividade, no interior das instalações da Piscina; -----

v) A entrada de pessoas calçadas na zona vedada e exclusivamente destinada a banhistas, salvaguardando o uso de calçado próprio ou proteção para o pessoal em serviço e outro pessoal, a título excecional; -----

w) A entrada de cães e outros animais, em toda a instalação, salvaguardando as situações legalmente definidas; -----

x) O acesso e permanência de pessoas estranhas aos serviços nas áreas técnicas reservadas aos mesmos. -----

4. O não cumprimento do disposto no número anterior implica a expulsão das instalações. -----

5. A expulsão das instalações, nos termos do número antecedente, é da responsabilidade do encarregado das piscinas, ou em caso de ausência deste, pelo trabalhador ou técnico da receção, com eventual recurso às forças de ordem pública. -----

6. Deverão os utentes comunicar qualquer desrespeito destas normas ao pessoal auxiliar para que seja imposta a ordem e se garanta uma melhor utilização destas instalações. -----

7. Qualquer utente que seja reincidente em comportamentos que violem o presente Regulamento, será impedido de entrar nas instalações, por prazo a estabelecer pela Câmara Municipal. -----

ARTIGO 10º -----

ESCOLAS DE NATACÃO -----

1. A Câmara Municipal de Chaves poderá criar escolas de Natação ou outras Escolas, relacionadas com atividades desportivas a desenvolver nas instalações da Piscina Municipal com orientação por professores devidamente habilitados. -----

ARTIGO 11º -----

CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL -----

1. As autorizações concedidas para utilização da Piscina serão canceladas sempre que se verifique a prática, pelos utilizadores, de um ou mais dos seguintes factos: -----

a) Não pagamento dos preços de utilização devidas; -----

b) Adoção de comportamentos incorretos que perturbem o normal desenvolvimento das atividades que estejam a decorrer na Piscina; ---

c) Incumprimento das instruções e recomendações do funcionário de serviço na Piscina; -----

d) Produção de danos nas instalações ou no equipamento nelas integrado ou localizado no decurso do período de utilização; -----

e) Utilização insuficiente e falta de assiduidade; -----

f) Utilização das instalações por entidades ou pessoas estranhas àquelas que foram autorizadas a fazê-lo ou para fins diversos dos requeridos; -----

g) Utilização fora do horário autorizado; -----

h) Ausência de identificação dos utentes quando a utilização é feita por entidades. -----

2. Violação do presente Regulamento. -----

ARTIGO 12º -----

DANOS NAS INSTALAÇÕES -----

No caso de produção de danos nas instalações ou no equipamento por parte dos utilizadores, caberá às pessoas ou entidade que beneficie do direito de utilização, o pagamento imediato da indemnização que for devida ou a substituição do material danificado. -----

ARTIGO 13º -----

EQUIPAMENTOS DAS INSTALAÇÕES DA PISCINA MUNICIPAL -----

1. O equipamento fixo e móvel da Piscina é propriedade do Município de Chaves e constará do respetivo inventário, cuja elaboração e atualização cabe ao funcionário responsável pelas mesmas. -----

2. Poderão os utilizadores usar, nas suas atividades, equipamento de que sejam detentores ou proprietários, desde que o seu uso se mostre compatível com as respetivas instalações. -----

3. A autarquia não será responsável pela guarda, pelo extravio ou danificação do material propriedade das instituições concessionárias.

4. O equipamento da Piscina deverá ser utilizado de forma racional e adequada, visando assegurar a sua boa conservação. -----

5. O material móvel do Município é para uso exclusivo das suas atividades. -----

6. Os detentores/proprietários de equipamento móvel, guardado na arrecadação da instalação, conforme disponibilidade, deverão requisitá-lo ao funcionário e devolve-lo no final da atividade. -----

Os detentores/proprietários dos armários/caixas específicas para arrumação de material, serão responsáveis do conteúdo e pela utilização do mesmo, de acordo com o ponto 2. -----

ARTIGO 14º -----

ADMISSÃO ÀS INSTALAÇÕES DA PISCINA MUNICIPAL -----

1. Os tipos de admissão assim como os respetivos preços, são as constantes na tabela seguinte: -----

PREÇOS DE UTILIZAÇÃO POR HORA -----

TIPO DE ADMISSÃO		PREÇOS	
INDIVIDUAL		Entrada Geral	Portadores do Cartão Eurocidadão
Crianças com idade inferior a 5 anos; Utentes possuidores do cartão municipal de famílias numerosas;		Isentos	
Utentes possuidoras do cartão municipal de pessoa com deficiência		0,80€/hora	
Crianças dos 6 aos 17 anos; Portadores de Cartão Jovem; Pessoas com idade igual ou superior a 65 anos;		0.75 €/hora	0.40 €/hora
a) Adultos não integrados na alínea anterior;		2.00€/hora	1.00€/hora
COLETIVO			
1. 1. Escola Profissional de Chaves 2. Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da CMC (máximo de 2 horas/pista semanais) 3. Guarda Nacional Republicana e Policia de Segurança Pública (máximo de 2 horas/pista semanais) 4. Regimento de Infantaria nº 19 (máximo de 2 horas/pista semanais) 5. Associações dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Chaves (máximo 3horas/semana/corporação) 6. Horas de recuperação devidamente autorizadas		Isentos	
2. 7. Escolas/Associações de ensino/desporto especial/adaptado do Concelho 8. Instituições Particulares de Solidariedade Social 9. Clubes e Associações com treinos de formação/competição de Natação e outros desportos aquáticos		2.00€/pista/hora (A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor)	
10. Escolas ou Agrupamentos de Escolas de ensino não superior do Concelho 11. Outras Entidades/Associações/Clubos		10.00€/pista/hora (A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor)	

2. Poderá, ainda, haver lugar à isenção ou redução de preços a todas as entidades que desenvolvam atividades e/ou eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara

Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do respetivo Setor do Desporto. -----

3. Cada pista não poderá exceder 15 utentes em simultâneo e menos de 4; -----

4. As crianças com menos de 12 anos não poderão entrar ou permanecer na piscina sem o acompanhamento a tempo inteiro de um adulto responsável (pais, encarregado de educação ou outro), devidamente habilitado. -----

5. No que concerne às aulas do ensino oficial publico e privado no âmbito dos programas curriculares em vigor, dever-se-ão observar as seguintes regras: -----

a) A entrada nas instalações está condicionada à presença do respetivo professor/técnico. -----

b) Aplica-se para efeitos de seguro obrigatório o seguro escolar.-

c) O professor deve zelar pela boa utilização dos equipamentos e não poderá ausentar-se das instalações durante o período de aula e até o último aluno abandonar as instalações. -----

d) Sempre que se verifique incumprimento do disposto nas alíneas anteriores será obrigatoriamente comunicado por escrito à Direção do estabelecimento escolar. -----

6. As entidades concessionárias de pistas deverão cumprir as seguintes regras: -----

a) A entrada das pessoas inscritas em aulas de natação dadas por entidades que concessionem pistas está condicionada à apresentação de documento que o identifique; -----

b) Caso o documento referido na alínea anterior não tenha fotografia, poderá ser solicitada, pelo funcionário de receção, a apresentação de Bilhete de Identidade/Cartão Cidadão. -----

c) A reserva de espaço na Piscina Municipal do Tabolado por parte das várias entidades está condicionada ao volume de frequência; -----

7. A autarquia reserva-se o direito de revogar as autorizações concedidas por falta de assiduidade. -----

8. Os Clubes/Associações Desportivas são obrigados a celebrar um adequado contrato de seguro de responsabilidade civil destinado a segurar os participantes nas iniciativas contra quaisquer acidentes que possam ocorrer durante a atividade e fazer prova disso, e entregar cópia na Câmara Municipal de Chaves. -----

ARTIGO 15º -----

OBRIGAÇÕES DO PESSOAL EM SERVIÇO -----

1. São obrigações dos trabalhadores deste equipamento: -----

a) Apresentarem-se e permanecerem devidamente identificados; -----

b) Atender com máxima atenção e dedicação todos os utentes deste equipamento sem qualquer preferência/discriminação; -----

c) Zelar pelo bem-estar dos utentes; -----

d) Esclarecer os utentes de qualquer dúvida existente no que concerne a regras, tarifas e outros assuntos relacionados com o funcionamento deste equipamento e outros da responsabilidade da autarquia; -----

e) Apresentar-se ao serviço de acordo com os horários estabelecidos e ratificados superiormente; -----

f) Cumprir as diretivas superiores com zelo, disciplina e em tempo útil; -----

g) Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas para a utilização das piscinas; -----

- h) Informar prontamente o seu superior hierárquico sempre que se depare com situações para as quais não tenha competência para resolver;
- i) Manter a qualidade da água dos tanques de banho no que concerne, entre outros parâmetros, à transparência, temperatura, pH e índices de cloro, utilizando para esse efeito os equipamentos de segurança existentes que, caso não estejam disponíveis, deverá solicitá-los; --
- j) Não consumir qualquer bebida alcoólica ou produtos psicotrópicos, durante o período de trabalho. -----
2. Para além destas serão aplicadas as obrigações e os direitos previstos na Legislação Geral de Trabalho. -----
3. São obrigações específicas de cada posto de trabalho, as seguintes:
- 3.1 - Limpeza e higienização: -----
- Efetuar as limpezas e higienizações sistemáticas previstas em plano aprovado e ratificado pelo Diretor Técnico de Instalações Desportivas;
- a) Comunicar ao seu superior qualquer anomalia existente em qualquer ponto da estrutura; -----
- b) Observar comportamentos e comunicar qualquer desvio ao seu superior; -----
- c) Respeitar as orientações dadas pelo superior no que concerne a limpezas extraordinárias; -----
- d) Comunicar ao seu superior a falta de qualquer material de trabalho em tempo útil. -----
- 3.2 - Receção: -----
- a) Atender com máxima atenção e dedicação todos os utentes deste equipamento sem qualquer preferência/discriminação; -----
- b) Anotar todas as entradas em impressos fornecidos; -----
- c) Comunicar ao seu superior a falta de qualquer material de trabalho em tempo útil; -----
- d) Receber as tarifas de ingresso e registá-las de acordo a tipologia correspondente; -----
- e) Fechar as contas da caixa no final de cada turno; -----
- f) Entregar a totalidade da receita ao seu superior hierárquico; -
- g) Proceder à verificação das entradas de utentes, nomeadamente se estão munidos do título de pagamento da tarifa.-----
- 3.3 - Assistente operacional -----
- a) Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento; -----
- b) Proceder à expulsão de qualquer utilizador das piscinas quando não acatar de forma reincidente as suas diretivas insistindo em, voluntariamente, desrespeitar as presentes normas regulamentares; --
- c) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico aquando de qualquer eventual expulsão. Seguidamente deverá elaborar um relatório a explicar o sucedido; -----
- d) Coordenar as ações da equipa de limpeza e receção; -----
- e) Verificar a limpeza e higienização dos balneários periodicamente;
- f) Assegurar a qualidade da água dos tanques de banho no que concerne, entre outros parâmetros, à transparência, temperatura, pH e índices de cloro, utilizando para esse efeito os equipamentos de segurança existentes, que caso não estejam disponíveis, deverá solicitá-los; -----
- g) Sugerir ao Diretor Técnico de Instalações Desportivas qualquer alteração que vise a melhoria dos serviços prestados, -----

h) Recolher as receitas inerentes ao exercício diário e entregá-las na Tesouraria da Câmara Municipal de Chaves; -----

i) Proceder à verificação das entradas de utentes, nomeadamente se estão munidos do título de pagamento da tarifa. -----

ARTIGO 16º -----

DISPOSIÇÕES FINAIS -----

1- A Autarquia não se responsabiliza por qualquer acidente provocado pela utilização indevida da instalação ou não cumprimento deste Regulamento. -----

2- A Autarquia não se responsabiliza pelos danos ou extravios de bens deixados no interior da Piscina Municipal do Tabolado. -----

3- Os utentes encontram-se cobertos pelo seguro de responsabilidade civil geral da autarquia. -----

4- Às instalações das Piscinas aplicam-se as normas legais em vigor sobre a proibição de fumar em recintos desportivos fechados. -----

5- A resolução de dúvidas ou casos omissos no presente Regulamento, compete ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves ou a quem este delegar funções. -----

6- Às entidades com dívidas acumuladas por não pagamento das tarifas de utilização, serão excluídas da utilização da mesma. As referidas entidades poderão solicitar nova utilização desde que, para o efeito, apresentem, em anexo ao pedido, e extraordinariamente, um plano de regularização da dívida, devidamente aprovado pelos órgãos competentes da Câmara Municipal de Chaves. -----

7- As entidades declaram conhecer as condições das instalações e dos bens de conforto das mesmas na altura do requerimento da utilização. -----

ARTIGO 17º -----

ENTRADA EM VIGOR -----

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação, nos termos legais. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----

(Nuno Vaz) -----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 11.02.2019. -----

Visto. Concordo. À consideração do Sr. Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do PSD, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo referido que, aquando da apresentação deste projeto de regulamento, a posição dos Vereadores do PSD foi de abstenção. -----

Durante a discussão pública do mesmo, não foi apresentado qualquer contributo digno de registo. -----

Neste contexto, após a devida ponderação do mérito do regulamento, em apreciação, o voto do PSD é favorável à aprovação do mesmo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS BANDAS MUSICAIS, SEDEADAS NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 7/GAP/19. -----

Foi presente a proposta, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

Através dos ofícios que se anexam, devidamente registados na Secção de Expediente Geral desta Câmara Municipal nos dias 20 de novembro de 2018, as entidades que abaixo se enumeram, solicitam comparticipação financeira da autarquia, tendo em vista o pagamento das propinas, dos membros que integram as bandas musicais e concomitantemente estão matriculados no Ensino Especializado da Academia das Artes de Chaves;

- Banda Municipal Flaviense "Os Pardais"; -----
- Banda Musical de Loivos; -----
- Banda Musical da Outeiro Seco; -----
- Banda Musical de Rebordondo; -----
- Banda Musical da Torre de Ervededo; -----
- Banda Musical de Vila Verde da Raia; -----
- Associação Cultural Flaviense. -----

Considerando que as entidades acima identificadas celebraram um Protocolo com a Academia de Artes de Chaves, mediante o qual, esta se compromete a promover a formação e desenvolvimento musical dos membros das Bandas mediante uma contrapartida financeira; -----

Considerando que este protocolo visa apoiar os alunos com mais carências financeiras, permitindo-lhes frequentar o Ensino Artístico Especializado e, por este meio, obter o reconhecimento oficial dos seus estudos; -----

Considerando o comprovado desenvolvimento técnico e musical dos alunos abrangidos por este programa; -----

Considerando que com este compromisso se ambiciona aumentar a qualidade da instituição/banda musical que cada aluno representa; ---

Considerando que a conceituada "Orquestra de Sopros da AAC" surgiu da necessidade de agregar os alunos das bandas filarmónicas num grupo que lhes permitisse evoluir tanto ao nível das competências específicas para a música de conjunto como da evolução das coletividades em que se integram; -----

Considerando o valor total da propina mensal por aluno é de: -----

- | | | |
|------------------------------------|----------|-------|
| - Curso de Iniciação | 75,00 € | ----- |
| - Curso Básico de Música | 145,00 € | ----- |
| - Curso Secundário de Música | 240,00 € | ----- |

A propina é paga por três entidades, conforme se indica: -----

A Câmara Municipal paga às Bandas por conta das propinas: -----

- | | | |
|------------------------------------|---------|-------|
| - Curso de Iniciação | 60,00 € | ----- |
| - Curso Básico de Música | 75,00 € | ----- |
| - Curso Secundário de Música | 90,00 € | ----- |

As Bandas Musicais pagam à AAC por conta das propinas: -----

- | | | |
|--------------------------------|---------|-------|
| - Curso de Iniciação | 15,00 € | ----- |
| - Curso Básico de Música | 15,00 € | ----- |

- Curso Secundário de Música 20,00 € -----
A Academia de Artes Chaves paga por conta das propinas: -----

- Curso de Iniciação 00,00 € -----
 - Curso Básico de Música 20,00 € -----
 - Curso Secundário de Música 15,00 € -----

Os Encarregados de Educação pagam à AAC por conta das propinas: -----

- Curso de Iniciação 00,00 € -----
 - Curso Básico de Música 35,00 € -----
 - Curso Secundário de Música 115,00 € -----

Exclui-se financiamento no mesmo aluno por outros meios, sejam fundos do POPH, ou outra entidade pública que resulte em ganhos para o aluno. As Bandas devem guardar prova da necessidade económico/social dos alunos. -----

A Academia de Artes de Chaves deve entregar relatório de aproveitamento da aprendizagem e assiduidade. -----

Considerando o reconhecido interesse público das bandas musicais, as quais representam uma mais-valia cultural e educacional, dinamizando consequentemente a elevação da qualidade de vida da população; -----
 Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

a) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado, o qual varia de acordo com o número de alunos inscrito na Academia de Artes e o nível de ensino que frequentam (Iniciação, Básico ou Secundário); -----

b) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às entidades participadas; -----

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário dever-se-á promover a devida publicação em jornal local e em boletim municipal; -----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04 07 01 01 -----

f) Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 29 de janeiro de 2019 -----

O Presidente da Câmara, -----
 (Nuno Vaz) -----

QUADRO SINÓTICO À PROPOSTA N.º 7/GAP/2019

Entidades	Apoio Financeiro	Tipo de Ensino	Nº de Alunos	Cálculo do Valor
Banda Municipal Flaviense "Os Pardais"	1.650,00 €	Iniciação	0	-----
		Básico	2	11 meses x 75,00€ x 2 alunos
		Secundário	0	-----
Banda Musical de Loivos	10.065,00 €	Iniciação	9	11 meses x 60,00 € x 9 alunos
		Básico	5	11 meses x 75,00 € x 5 alunos
		Secundário	0	-----

Banda de Outeiro Seco	3.960,00 €	Iniciação	2	11 meses x 60,00 € x 2 alunos
		Básico	2	11 meses x 75,00 € x 2 alunos
		Secundário	1	11 meses x 90,00 € x 1 alunos
Banda de Rebordondo	825,00 €	Iniciação	0	-----
		Básico	1	11 meses x 75,00 € x 1 alunos
		Secundário	0	-----
Banda de Torre de Ervededo	4.950,00 €	Iniciação	6	11 meses x 75,00 € x 6 alunos
		Básico	0	-----
		Secundário	1	11 meses x 90,00 € x 1 alunos
Banda de Vila Verde da Raia	3.795,00 €	Iniciação	3	11 meses x 60,00 € x 3 alunos
		Básico	1	11 meses x 75,00 € x 1 alunos
		Secundário	1	11 meses x 90,00 € x 1 alunos
Associação Cultural Flaviense	2.640,00 €	Iniciação	0	-----
		Básico	2	11 meses x 75,00 € x 2 alunos
		Secundário	1	11 meses x 75,00 € x 1 alunos

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. PASSAGEM DE CABO DE FIBRA ÓTICA EM INFRAESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS EXISTENTES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA – PROCESSO N.º 89/19 – VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES, S.A. – VÁRIOS ARRUAMENTOS NAS FREGUESIAS DE SANTA MARIA MAIOR E VALE DE ANTA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 01.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I – Pretensão-----

A Vodafone Portugal, Comunicações, S.A., apresenta sob requerimento n.º231/19., na qualidade de requerente e representada pelo Sr. Eurico Ferreira³, vem solicitar a obtenção da autorização de ocupação de espaço público, com a realização de trabalhos na via pública, designadamente a passagem de cabo de fibra optica em infraestruturas subterrâneas existentes, e ocupação da via publica para execução dos mesmos. A previsão para a realização dos trabalhos é de 5 dias.----- Assim, comunica a esta edilidade que pretende efetuar a realização dos trabalhos acima referidos, nas seguintes vias de acesso da cidade de Chaves:

Freguesias	Localização/Arruamentos	Cabo de fibra optica Extensão (ml)	CVP (unidades)
Santa Maria Maior	Rua D. Maria do Carmo- Conduta	207	3
Santa Maria Maior	Rua Fonte do Leite Av. da Republica - Conduta	804	11
Valdanta	Lugar do Vale do Gato - Conduta	978	9
Valdanta	Rua sem nome (Av. Marechal Costa Gomes ,Praça dos Povos e Av. Julio Montalvão Machado)- Conduta	797	47

II-Enquadramento da pretensão-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31/7.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31/7.-----

³ Representante da PROEF GROUP-----

4 Artigo 3.º. Licença Municipal-----

1. A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com excepção do disposto no artigo 13.º. do presente Regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2. A instalação e funcionamento das infra-estruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35.º e 36.º, do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, com as devidas adaptações.--

III - Considerações da proposta de decisão-----

Para cumprimento do solicitado e da análise efetuada, verifica-se que a intervenção consiste na passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas subterrâneas existentes.-----

A realização dos trabalhos solicitados deve observar as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição e as normas técnicas de construção.-----

De modo a garantir a reposição das condições existentes, e reparação de eventuais danos causados na sequência dos trabalhos propostos, foi estimado o valor de 1000,00€ (mil euros), não incluindo o IVA, para apresentação de caução por parte do requerente, conforme o previsto no n.º 2 do artigo 5.º⁵ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

Serviu como base, para cálculo da respetiva caução, a natureza dos trabalhos, a especificidade dos mesmos e ainda a fórmula e critérios que se utilizam em pedidos com obras similares.-----

O processo n.º 89/19 está devidamente instruído, face ao disposto no artigo 4º⁶ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

Considerando que a execução dos trabalhos - a passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas subterrâneas existentes-, é proibida a interferência nas redes existentes, conforme o preceituado no n.1 do artigo 15.7º Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

⁵ Artigo 5º. Deliberação-----

2. Com o deferimento do pedido de licenciamento a Câmara Municipal de Chaves fixa as condições técnicas que entenda necessárias observar para a execução da obra ou trabalhos, o prazo para a sua conclusão e o montante da caução a prestar.-----

⁶ Artigo 4º Instrução do pedido de licenciamento-----

1. O pedido de licenciamento é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves, sob a forma de requerimento e é instruído com os seguintes elementos:-----

- a) Planta de localização;-----
- b) Projecto da obra a efectuar, apresentado em quadruplicado;-----
- c) Declaração e termo de responsabilidade dos técnicos autores dos projectos; -----
- d) Plano de segurança da obra que incluirá, sempre que necessário, plano de alteração da circulação rodoviária;-----
- e) Orçamento correspondente ao valor da obra a efectuar.-----

2. No requerimento previsto no número anterior deverão obrigatoriamente constar:-----

- a) O prazo previsto para a execução dos trabalhos;-----
- b) O faseamento dos trabalhos, quando se justifique;-----
- c) A data do início e conclusão da obra.-----
- b) Tubagens: diâmetro e extensão;-----
- c) Armários: área e número de meses da ocupação. -----

3. No caso em que seja exigível o prévio pagamento de taxas, o pedido de licenciamento deve ainda ser acompanhado das seguintes indicações:-

- a) Pavimentos afectados: dimensões (comprimento e largura) e número de dias;-----

⁷ Artigo 15º Proibição de interferência em outras redes-----

1. Na execução dos trabalhos não é permitida qualquer interferência nas redes sob a responsabilidade de terceiras entidades, sem a prévia autorização destas.-----

Informa-se que quaisquer danos provocados durante a execução dos trabalhos, deverão ser substituídos ou reparados com a maior brevidade possível.-----

Face ao exposto, salvo melhor opinião, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do presente pedido de autorização/licença, propondo-se o seguinte:-----

- i) - O Requerente deve apresentar uma caução no valor de 1000,00€, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 5º e artigo 11º do "Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal";-----
- ii) - Deve ser previamente informada a Divisão de Obras Públicas da data de início e da planificação dos trabalhos propostos. -----
- iii) - Deverá proceder ao pagamento de taxas correspondentes.-----

IV - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e demais legislação supra referida, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

4.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas subterrâneas existentes, conforme o solicitado no requerimento nº 231/19;-----

4.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público, o alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas e à prestação da caução.-----

V - Das Taxas Devidas pela Ocupação de espaço Público-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 68 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

OCUPAÇÃO DE SOLO				
	Descrição	Un./ML	Taxa	Valor
Capítulo I	Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos			
Secção I	Ocupação do Espaço Aéreo, solo e Subsolo de Domínio Público e Privado Municipal			
ARTIGO 17º	Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público	1,00	54,00 €	54,00 €
Subsecção III	Ocupação do Solo e Subsolo			
ARTIGO 21º	Ocupação da Via Pública por motivos de obras			
Alínea a)	Por cada período de 30 dias	1,00	3,20 €	3,20 €
	TOTAL			57,20 €

VI - Considerações após a emissão do título-----

Dê-se conhecimento da presente informação à Divisão de Obras Públicas dos trabalhos a levar a efeito pela Vodafone Portugal, Comunicações, S.A., para fiscalização da obra.-----

Deverá ainda, dar-se conhecimento à Polícia de Segurança Pública das vias que vão ser intervencionadas com a passagem de cabo de fibra

otica, e que a empresa dará conhecimento do início e prazo para a sua execução. -----

Comunique-se à empresa A Vodafone Portugal, Comunicações, S.A., que no fim de cada ano civil, deverá apresentar em suporte informático devidamente georreferenciados ao Datum ETRS 89, nos termos do n.º 3 do artigo 13º do RMUE, a fim de ser remetido ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respetiva renda anual a ser paga pela empresa, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 13.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de ocupação de espaço do domínio público, com vista à passagem de cabos de fibra óptica em infraestruturas de telecomunicações existentes nas artérias da cidade de Chaves e na aldeia de Valdanta, mencionadas neste documento, nos termos e para os efeitos expressos nos itens III, IV e V, do mesmo.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

⁶ – Os elementos indicados no número anterior (peças escritas e desenhadas) deverão também ser apresentados em suporte digital-----

– CD – nos seguintes termos:-----

c) O levantamento topográfico e a planta de implantação (obras de edificação) ou a planta de síntese (operações de loteamento e obras de urbanização) também deverão ser apresentadas no formato DWG (extensão dos arquivos da Autodesk), gravados na versão de AUTOCAD 2000, de forma a compatibilizar -se com os principais aplicativos em uso na autarquia, incluindo software livre (Opensource), ou de código aberto, devendo ainda estar georreferenciados, com ligação à rede geodésica nacional, recorrendo ao Sistema de referência PT - TM06/ETRS89, de acordo os parâmetros de projeção disponibilizados pela DGT no seu site na Web:

http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/geodesia/sistemas_de_referencia/portugal_continental/pt_tm06_etrs89_european_terrestrial_reference_system_1989_2;-----

d) As plantas de Implantação/Síntese deverão ser elaboradas sobre levantamento topográfico, contendo ainda informação sobre a área envolvente da parcela, representando elementos físicos identificáveis no local e/ou edificações que permitam definir os parâmetros de edificabilidade;-----

SIG – Levantamento topográfico e planta de implantação ou a planta de síntese (formato DWG);-----

3.4. PASSAGEM DE CABO DE FIBRA ÓTICA EM INFRAESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS EXISTENTES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA – PROCESSO N.º 90/19 – VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES, S.A. – VÁRIOS ARRUAMENTOS NA FREGUESIAS DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 01.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I – Pretensão-----

A Vodafone Portugal, Comunicações, S.A., apresenta sob requerimento n.º233/19., na qualidade de requerente e representada pelo Sr. Eurico Ferreira⁹, vem solicitar a obtenção da autorização de ocupação de espaço público, com a realização de trabalhos na via pública, designadamente a passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas subterrâneas existentes, e ocupação da via pública para execução dos mesmos. A previsão para a realização dos trabalhos é de 5 dias.----- Assim, comunica a esta edilidade que pretende efetuar a realização dos trabalhos acima referidos, nas seguintes vias de acesso da cidade de Chaves:-----

Freguesias	Localização/Arruamentos	Cabo de fibra ótica Extensão (ml)	CVP (unidades)
Santa Maria Maior	Av. Heróis de Chaves- Conduta	63	1
Santa Maria Maior	Rua Comendador Pereira da Silva- Conduta	267	3
Santa Maria Maior	Rua da Paz- Conduta	1057	8
Santa Maria Maior	Rua sem nome (av. que liga o casino à rua da paz)- Conduta	1297	31

II-Enquadramento da pretensão-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3^{10º} do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4º do RJUE.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31/7.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13º do Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31/7.-----

III – Considerações da proposta de decisão-----

⁹ Representante da PROEF GROUP-----

¹⁰ **Artigo 3º. Licença Municipal**-----

1. A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com excepção do disposto no artigo 13º. do presente Regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2. A instalação e funcionamento das infra-estruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, com as devidas adaptações.--

Para cumprimento do solicitado e da análise efetuada, verifica-se que a intervenção consiste na passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas subterrâneas existentes.-----
 A realização dos trabalhos solicitados deve observar as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição e as normas técnicas de construção.-----
 De modo a garantir a reposição das condições existentes, e reparação de eventuais danos causados na sequência dos trabalhos propostos, foi estimado o valor de 1000,00€ (mil euros), não incluindo o IVA, para apresentação de caução por parte do requerente, conforme o previsto no n.º 2 do artigo 5.º¹¹ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----
 Serviu como base, para cálculo da respetiva caução, a natureza dos trabalhos, a especificidade dos mesmos e ainda a fórmula e critérios que se utilizam em pedidos com obras similares. -----
 O processo n.º 90/19 está devidamente instruído, face ao disposto no artigo 4º¹² do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----
 Considerando que a execução dos trabalhos - a passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas subterrâneas existentes-, é proibida a interferência nas redes existentes, conforme o preceituado no n.1 do artigo 15.^{13º} Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

¹¹ **Artigo 5º. Deliberação**-----
 2. Com o deferimento do pedido de licenciamento a Câmara Municipal de Chaves fixa as condições técnicas que entenda necessárias observar para a execução da obra ou trabalhos, o prazo para a sua conclusão e o montante da caução a prestar.-----

¹² **Artigo 4º Instrução do pedido de licenciamento**-----
 1. O pedido de licenciamento é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves, sob a forma de requerimento e é instruído com os seguintes elementos:-----
 a) Planta de localização;-----
 b) Projecto da obra a efectuar, apresentado em quadruplicado;-----
 c) Declaração e termo de responsabilidade dos técnicos autores dos projectos;-----
 d) Plano de segurança da obra que incluirá, sempre que necessário, plano de alteração da circulação rodoviária;-----
 e) Orçamento correspondente ao valor da obra a efectuar.-----
 2. No requerimento previsto no número anterior deverão obrigatoriamente constar:-----
 a) O prazo previsto para a execução dos trabalhos;-----
 b) O faseamento dos trabalhos, quando se justifique;-----
 c) A data do início e conclusão da obra.-----
 b) Tubagens: diâmetro e extensão;-----
 c) Armários: área e número de meses da ocupação. -----
 3. No caso em que seja exigível o prévio pagamento de taxas, o pedido de licenciamento deve ainda ser acompanhado das seguintes indicações:
 a) Pavimentos afectados: dimensões (comprimento e largura) e número de dias;-----

¹³ **Artigo 15º Proibição de interferência em outras redes**-----
 1. Na execução dos trabalhos não é permitida qualquer interferência nas redes sob a responsabilidade de terceiras entidades, sem a prévia autorização destas. -----

Informa-se que quaisquer danos provocados durante a execução dos trabalhos, deverão ser substituídos ou reparados com a maior brevidade possível.-----

Face ao exposto, salvo melhor opinião, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do presente pedido de autorização/licença, propondo-se o seguinte:-----

- i) - O Requerente deve apresentar uma caução no valor de 1000,00€, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 5º e artigo 11º do "Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal";-----
- ii) - Deve ser previamente informada a Divisão de Obras Públicas da data de início e da planificação dos trabalhos propostos. -----
- iii) - Deverá proceder ao pagamento de taxas correspondentes.-----

IV - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e demais legislação supra referida, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

4.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas subterrâneas existentes, conforme o solicitado no requerimento nº 233/19;-----

4.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público, o alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas e à prestação da caução.-----

V - Das Taxas Devidas pela Ocupação de espaço Público-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 68 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

OCUPAÇÃO DE SOLO				
	Descrição	Un./ML	Taxa	Valor
Capítulo I	Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos			
Secção I	Ocupação do Espaço Aéreo, solo e Subsolo de Domínio Público e Privado Municipal			
ARTIGO 17º	Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público	1,00	54,00 €	54,00 €
Subsecção III	Ocupação do Solo e Subsolo			
ARTIGO 21º	Ocupação da Via Pública por motivos de obras			
Alínea a)	Por cada período de 30 dias	1,00	3,20 €	3,20 €
	TOTAL			57,20 €

VI - Considerações após a emissão do título-----

Dê-se conhecimento da presente informação à Divisão de Obras Públicas dos trabalhos a levar a efeito pela Vodafone Portugal, Comunicações, S.A., para fiscalização da obra.-----

Deverá ainda, dar-se conhecimento à Polícia de Segurança Pública das vias que vão ser intervencionadas com a passagem de cabo de fibra ótica, e que a empresa dará conhecimento do início e prazo para a sua execução. -----

Comunique-se à empresa Vodafone Portugal, Comunicações, S.A., que no fim de cada ano civil, deverá apresentar em suporte informático devidamente georreferenciados ao Datum ETRS 89, nos termos do n.º 3 do artigo 13^{14º} do RMUE, a fim de ser remetido ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respetiva renda anual a ser paga pela empresa, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 13.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de ocupação de espaço do domínio público, com vista à passagem de cabos de fibra óptica em infraestruturas de telecomunicações existentes nas artérias da cidade de Chaves mencionadas neste documento, nos termos e para os efeitos expressos nos itens III, IV e V, do mesmo.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

14 – Os elementos indicados no número anterior (peças escritas e desenhadas) deverão também ser apresentados em suporte digital-----

– CD – nos seguintes termos:-----

c) O levantamento topográfico e a planta de implantação (obras de edificação) ou a planta de síntese (operações de loteamento e obras de urbanização) também deverão ser apresentadas no formato DWG (extensão dos arquivos da Autodesk), gravados na versão de AUTOCAD 2000, de forma a compatibilizar -se com os principais aplicativos em uso na autarquia, incluindo software livre (OpenSource), ou de código aberto, devendo ainda estar georreferenciados, com ligação à rede geodésica nacional, recorrendo ao Sistema de referência PT - TM06/ETRS89, de acordo os parâmetros de projeção disponibilizados pela DGT no seu site na Web:

http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/geodesia/sistemas_de_referencia/portugal_continental/pt_tm06_etr89_european_terrestrial_reference_system_1989_2;-----

d) As plantas de Implantação/Síntese deverão ser elaboradas sobre levantamento topográfico, contendo ainda informação sobre a área envolvente da parcela, representando elementos físicos identificáveis no local e/ou edificações que permitam definir os parâmetros de edificabilidade;-----

SIG – Levantamento topográfico e planta de implantação ou a planta de síntese (formato DWG);-----

3.5. EMISSÃO DE ALVARÁ DE LOTEAMENTO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N° 4 DO ARTIGO 84° DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO, OFICIOSAMENTE, O QUAL IRÁ RESSUSCITAR A DISCIPLINA URBANÍSTICA PLASMADA NA 4ª ALTERAÇÃO À LICENÇA TITULADA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N° 28/86. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO -----

A presente informação técnica surge pela necessidade de dar cumprimento ao acordo¹⁵ celebrado sobre a forma de "TRANSAÇÃO", entre o Município de Chaves e o gerente da sociedade por quotas, Sr° José da Silva e Sá, com vista a por termo ao Processo n° 295/05.3BEMDL, que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.-----
Pretende-se ainda neste parecer técnico, identificar as especificações mencionadas na alínea e) do n° 1 do artigo 77° do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, com posteriores alterações, para cada lote (Área do Lote, Área de Implantação, Área de Construção, N° de Pisos, N° de Fogos e Finalidade) as quais foram alteradas pela quarta alteração à licença titulada pelo alvará de loteamento n° 28/86, aprovadas em reunião de câmara de 29-12-1992 (plasmadas na Planta de Loteamento, constante no processo a folha n° 332) e compará-las com as especificações plasmadas no alvará¹⁶ de loteamento n° 28/86¹⁷, em virtude de estas serem as únicas objeto de registo na Conservatória do Registo Predial de Chaves.-----

2- ANTECEDENTES-----

No seguimento do acordo referido no anterior capítulo, foram produzidos os seguintes pareceres e documentos internos:-----

2.1-INFORMAÇÃO N° 890/SCOU/2016, de 23-08-2016, com despacho superior favorável, na qual foi proposto remeter o processo registado com o n° 11/94, à Divisão de Obras Públicas, afim de serem iniciados os procedimentos tendentes à promoção da realização das obras de urbanização em falta e das obras que careciam de correcção, nos termos do disposto no artigo 84° do Decreto Lei n° 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 136/2014, de 9/9.-----

2.2-INFORMAÇÃO N° 371/SCOU/2017, de 10-03-2017, com despacho superior favorável de 05-05-2017, através da qual a sociedade por quotas, José da Silva e Sá, Lda, tomou conhecimento dos seguintes factos:-----

2.2.1-Os encargos com as obras executadas pela Câmara Municipal de Chaves de acordo com o disposto no artigo 84° do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e no âmbito do estabelecido na Cláusula 1ª da referida TRANSAÇÃO, ascenderam ao montante de € 36 273,78 (trinta e seis mil duzentos e setenta e três euros e setenta e sete cêntimos).

2.2.2-Da realização da receção provisória da Empreitada, designada "Trabalhos de Reparação - Quinta do Calvário - Alvará de Loteamento N° 28/86" e Conta Final, cujo AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA, foi lavrado no dia 3 de fevereiro de 2017, documentos constantes no processo a folhas n° 821 à n° 823.-----

¹⁵ Aprovado, por unanimidade pela Câmara Municipal em 27-05-2016.----

¹⁶ Pese embora a interessada tivesse solicitado quatro alterações ao alvará de loteamento n° 28/86, não foram emitidos os respectivos aditamentos (1°, 2°, 3° e 4° Aditamento ao alvará n° 28/86), em virtude de a promotora não ter solicitado a emissão dos mesmos.-----

¹⁷ O sublinhado é nosso.-----

2.3-INFORMAÇÃO N° 1287/SCOU/2017, elaborada no seguimento do despacho praticado via email, no dia 9 de junho de 2017, pelo Chefe de Divisão de Gestão e de Ordenamento do Território, Sr° Eng° João Geraldês, sem despacho superior, na qual foram propostas as seguintes diligências:-

2.3.1-A interessada proceder ao pagamento do montante de € 36 273, 78 (trinta e seis mil duzentos e setenta e três euros e setenta e oito cêntimos), conforme mencionado na INFORMAÇÃO N° 371/SCOU/2017.-----

2.3.2-Logo que a câmara municipal se mostre reembolsada das despesas efectuadas nos termos do artigo 84° do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, com posteriores alterações, o Executivo delibera sobre a emissão oficiosa do novo alvará, o qual ressuscitará a disciplina urbanística plasmada na quarta alteração à licença do Alvará de Loteamento N° 28/86, licenciado em reunião de câmara de 29 de dezembro de 1992, cuja Planta de Loteamento consta no processo a folha n° 332.-----

2.3.3-Dar a conhecer à interessada a Minuta do novo alvará, o qual ressuscitará a disciplina urbanística plasmada na quarta alteração à licença do Alvará de Loteamento N° 28/86.-----

2.4-INFORMAÇÃO N° 53/SPMOT/2017, de 18-10-2017, presente em reunião de Câmara de 16-11-2017, sobre a qual recaiu deliberação do Executivo conducente à notificação da firma, José da Silva e Sá, Lda, para tomar conhecimento essencialmente dos factos e condições para a emissão oficiosa do novo alvará, já descritos nos itens 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3, da presente informação técnica.-----

2.5-Alvará de Loteamento N° 1/2018, emitido no dia 1 de agosto de 2018.-----

2.6-Através do Documento de Receita N° DRI 00/2973, de 01 de agosto de 2018, a promotora procedeu ao pagamento, em numerário do valor referido no item 2.3.1, da presente informação técnica.-----

2.7-INFORMAÇÃO N° 1423/SCOU/2018, de 10-09-2018, presente em reunião de câmara de 20-09-2018, na qual o Executivo tomou as seguintes resoluções:-----

2.7.1-Deliberar autorizar a formalização das correcções indispensáveis, nos termos do disposto no artigo 174° do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n° 4/2015, de 7/1, em vista a colmatar as incorrecções/erros materiais detetados no alvará de loteamento n° 1/2018, emitido oficiosamente em 1 de agosto de 2018.-----

2.7.2-Promover a liberação da caução, prestada mediante garantia bancária N° 2-2, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral em 13 de dezembro de 1994, no valor de € 45 555,89 (quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimos), nos termos do disposto na cláusula 3ª do Acordo de TRANSAÇÃO, realizado entre o Município de Chaves e a firma José da Silva e Sá, Lda.-----

2.7.3-Comunicar à Conservatória do Registo Predial de Chaves, a caducidade do alvará de loteamento n° 28/86, promovido pela firma José da Silva e Sá, Lda - deliberação praticada em reunião do Executivo de 11 de abril de 1995, sob proposta da informação técnica de 27-03-1995.

2.7.4-Notificar a promotora das resoluções do Executivo que recaíram sobre a INFORMAÇÃO N° 1423/SCOU/2018.-----

2.8-INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°46/SPMOT/2018, de 7-11-2018, presente em reunião de câmara de 15-11-2018, na qual o Executivo, entre outras resoluções, aprovou um novo quadro sinótico a anexar ao Alvará de Loteamento, a emitir oficiosamente, designado por QUADRO I-A, onde constam todas as correcções a levar a efeito e destinadas ao suprimento de erros materiais, constantes no Alvará de Loteamento N° 1/2018, nos termos do disposto no artigo 174° do Decreto-Lei n° 4/2015, de 7 de janeiro, o qual aprovou o novo Código de Procedimento Administrativo.-

2.9-Retificação do Alvará de Loteamento N° 1/2018, emitida no dia 3 de dezembro de 2018.-----

2.10-Por despacho praticado via email no dia 27 de dezembro de 2018, pelo Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, Sr° Eng° João Geraldês, foi-me solicitado dar resposta às questões colocadas pela Srª Adjunta do Conservador, Drª Maria Antonieta de Bessa Pereira, no dia 3 de dezembro de 2018¹⁸, com o Assunto - Suprimento de Deficiências, para registo do Alvará de Loteamento n° 1/2018 (Retificação).-----

2.11-No dia 28 de dezembro de 2018, via email, às 15:20 h, comuniquei ao meu superior hierárquico o seguinte parecer técnico:-----
 "Tendo em vista dar resposta ao seu despacho, datado de 27 de dezembro de 2018, às 15:16 h, ontem estudei o processo registado com o n° 11/94, o qual culminou com a Retificação ao Alvará de Loteamento N° 1/2018, e no dia de hoje desloquei-me à Conservatória do Registo Predial de Chaves e após diálogo com a Adjunta, em substituição legal, Drª Maria Antonieta de Bessa Pereira, constatei que, na presente data, não é possível suprir as deficiências apontadas em tempo útil, pelo que proponho que o Sr° Eng° João Geraldês, requeira a desistência dos pedidos formulados pelas Apresentações n° 3429 e n° 3399, ambas de 12 de outubro de 2018, sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n° 766, da freguesia de Santa Maria Maior, do concelho de Chaves".-----

2.12-No dia 1 de fevereiro do corrente ano, desloquei-me à Conservatória do Registo Predial de Chaves e anexei ao processo n° 11/94 a Planta de Loteamento anexa ao Alvará n° 28/86, objeto de registo predial, o qual incidiu sobre o prédio rústico inscrito na anteriormente designada freguesia de Chaves com os artigos 971° e 974°, designado por Quinta do Calvário, descrito na CRPC com o n° 00690/030287.-----

3-PARECER-----

3.1-Atenta ao acordo celebrado sobre a forma de "TRANSAÇÃO", entre o Município de Chaves e o gerente da sociedade por quotas, Sr° José da Silva e Sá, com vista a por termo ao Processo n° 295/05.3BEMDL e à necessidade de comparar as especificações previstas na quarta alteração à licença titulada pelo alvará de loteamento n° 28/86 (aprovadas em reunião de câmara de 29-12-1992), com as especificações tituladas pelo alvará inicial, aprovadas em reunião do Executivo de 24-03-1986, propõe-se a emissão de um novo título, a emitir oficiosamente pela Câmara Municipal de Chaves, com as seguintes alterações às especificações plasmadas no Alvará de Loteamento N° 28/86¹⁹:-----

- Alterações da configuração do polígono de implantação dos lotes pertencentes aos conjuntos B1 e B2, numerados de 9 a 15, com manutenção das especificações constantes no alvará de loteamento n° 28/86.-----
- A substituição da construção prevista no lote n° 16 por uma zona de lazer com um anfiteatro.-----
- A construção no lote n° 16, de uma área destinada a estacionamento no subsolo, referenciada na planta de síntese com a letra "C", cuja cobertura se destina a uso público.-----
- A transferência do equipamento previsto no R/C do lote n° 16 para os espaços comerciais já construídos no lote n° 8.-----

¹⁸ Também via email.-----

¹⁹ O sublinhado é nosso.-----

- Aumento da área dos lotes em 400,00 m2, passando de 8 002,00 m2, para 8 402,00 m2.-----
 - Diminuição da área de cedência ao domínio público para Arruamentos e Passeios em 400,00 m2, passando de 4 676,00 m2 para 4 276,00 m2.-----
 - Diminuição da área de Habitação em 1 486,00 m2, passando de 21 523,00 m2 para 20 037,00 m2.-----
 - Aumento da área de Comércio em 1 876,00m2, passando de 790,00 m2 para 2 666,00 m2.-----
 - Aumento da área de Estacionamento em 1 250,00 m2, passando de 3 172,00 m2 para 4 422,00 m2.-----
 - Aumento da área total de Construção em 1 640,00 m2, passando de 25 485,00 m2 para 27 125,00 m2.-----
 - Aumento da área de construção para efeito de índice de construção em 390,00 m2, passando de 22 313,00 m2 para 22 703,00 m2.-----
- 3.2**-A emissão do novo alvará de loteamento, terá como especificações para cada lote as resultantes da quarta alteração à licença titulada pelo alvará de loteamento nº 28/86, conforme estabelecido nos pontos nº 5 e nº 7, da referida TRANSAÇÃO:-----
- LOTE Nº 1**-----
- Previsão da área de 220,00 m2, destinada a Comércio, ao nível do Rés-do-Chão.-----
 - Diminuição do número de fogos, de 8 para 6.-----
- LOTE Nº 2**-----
- Previsão da área de 220,00 m2, destinada a Comércio, ao nível do Rés-do-Chão.-----
 - Diminuição do número de fogos, de 8 para 6.-----
- LOTE Nº 7**-----
- Aumento do número de pisos, passando de 3 para 4 e consequente aumento da área de construção destinada a habitação, passando de 780,00 m2 para 1002,00 m2 e do número de fogos que passa para 10. De referir que estas duas últimas especificações estavam omissas no quadro sinóptico do alvará inicial.-----
- LOTE Nº 9 AO LOTE Nº 15 (CONJUNTOS B1 e B2)**-----
- Há alterações da configuração dos polígonos de implantação dos lotes e dos edifícios, mas com manutenção dos parâmetros urbanísticos constantes no alvará de loteamento nº 28/86.-----
- LOTE Nº 16**-----
- Diminuição da área de implantação, passando de 467,00 m2 para 225,00 m2.-----
 - Eliminação da área de habitação, em 3 736,00 m2.-----
 - Criação de cave com a área de 225,00 m2, destinada a estacionamento e com cobertura de uso público.-----
 - Diminuição dos 6 pisos acima da cota de soleira.-----
 - Extinção de 24 fogos no imóvel.-----
 - Alteração ao uso, passando de habitação para estacionamento -----
- LOTE Nº 27**-----
- Aumento da área do lote, passando de 240,00 m2 para 264,00 m2.-----
 - Aumento da área de implantação, passando de 240,00 m2 para 264,00 m2.-----
 - Aumento da área de habitação, passando de 720,00 m2, para 960,00 m2.-
 - Alteração ao uso no Rés-do-Chão, passando de habitação para comércio.-----
 - Previsão da área de 216,00 m2, de comércio, ao nível do Rés-do-Chão.-
 - Criação de cave, com a área de 216,00 m2, destinada a estacionamento.-
 - Aumento de um piso no imóvel, passando de 4 para 5.-----

-Aumento de 2 fogos no imóvel, passando de 6 para 8.-----

LOTE N° 28-----

-Aumento da área do lote, passando de 192,00 m2 para 384,00 m2.-----

-Aumento da área de implantação, passando de 192,00 m2 para 384,00 m2.-----

-Aumento da área de habitação, passando de 576,00 m2, para 960,00 m2.-

-Previsão da área de 336,00 m2, de comércio, ao nível do Rés-do-Chão.-

-Aumento da área da cave, passando de 195,00 m2, para 336,00 m2.-----

-Aumento de um piso no imóvel, passando de 4 para 5.-----

-Aumento de 2 fogos no imóvel, passando de 6 para 8.-----

LOTE N° 29-----

-Aumento da área do lote, passando de 216,00 m2 para 400,00 m2.-----

-Aumento da área de implantação, passando de 216,00 m2 para 400,00 m2.-----

-Aumento da área de habitação, passando de 648,00 m2, para 960,00 m2.-

-Aumento da área da cave, passando de 216,00 m2, para 400,00 m2.-----

-Previsão da área de 400,00 m2, de comércio, ao nível do Rés-do-Chão.-

LOTE N° 30-----

-Aumento da área de implantação, passando de 180,00 m2 para 484,00 m2.-----

-Aumento da área de habitação, passando de 360,00 m2, para 1 452,00 m2.-----

-Alteração ao uso no Rés-do-Chão, passando de habitação para comércio.-----

-Previsão da área de 484,00 m2, de comércio, ao nível do Rés-do-Chão.-

-Criação de cave, com a área de 484,00 m2.-----

-Aumento de 2 pisos no imóvel, passando de 2 para 4.-----

-Aumento de 14 fogos no imóvel, passando de 1 fogo de habitação unifamiliar para 15 fogos de habitação coletiva -----

4-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 136/2014, de 9/9 e no acordo de TRANSAÇÃO, realizado entre a autarquia e a firma José da Silva e Sá, Lda, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

4.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo, que delibere **emitir oficiosamente novo alvará de loteamento**, com as correcções ora sugeridas, nos termos do expresso na 5ª cláusula do acordo de TRANSAÇÃO, supra mencionado e de acordo com disposto no n° 4 do artigo 84° e artigo 74°, ambos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, em nome da firma José da Silva e Sá, Lda, através do qual é reposta a disciplina urbanística consignada no quarto pedido de alteração à licença titulada pelo alvará de loteamento n° 28/86, entretanto caducado (mantendo-se válidos e por consequente em vigor os lotes n° 1 ao lote n° 15, o lote n° 17 ao lote n° 26 e o lote n° 30), aprovado em reunião de câmara de 29 de dezembro de 1992, mediante pareceres da Comissão de Coordenação da região Norte e da anteriormente designada Divisão de Urbanismo, de 07-12-1992, e de 29-12-1992, respectivamente.-----

O quadro sinótico a constar no novo título será o constante no ANEXO II - QUADRO SINÓTICO 2 - 4ª ALTERAÇÃO À LICENÇA TITULADA PELO ALVARÁ N° 28/86.-----

4.2-Caso a Câmara Municipal delibere emitir oficiosamente novo alvará, nos termos referidos no anterior parágrafo, propõem-se as seguintes obrigações/comunicações:-----

4.2.1-De acordo com a cláusula 8ª da supracitada TRANSAÇÃO, em simultâneo com a emissão oficiosa do novo alvará, a firma José da Silva e Sá, Lda, obriga-se a outorgar no Notário Privativo do Município de Chaves a favor da Câmara Municipal de Chaves escritura²⁰ de dação em cumprimento de quatro fracções - lojas designadas pelas letras, "A", "B", "C", e "D", que integram o lote nº 8, sito no loteamento titulado pelo alvará nº 28/86, das quais a requerente é dona e legítima proprietária, sendo que os encargos com essa escritura serão por conta da loteadora.-----

4.2.2-O Presidente da Câmara dar conhecimento da deliberação praticada pelo Executivo, para a emissão oficiosa do novo alvará de loteamento, à Direção Geral do Território, para efeitos cadastrais e à Conservatória do Registo Predial de Chaves, pelo exposto no nº 4 do artigo 84º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na sua versão final.--

4.2.3-Notificar a promotora das resoluções do Executivo que irão recair sobre a presente informação técnica, bem como da deliberação do Executivo que recaiu sobre a INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 46/SPMOT/2018, presente em reunião de câmara de 15 de novembro de 2018.-----

4.2.4-Nos termos do disposto no artigo 78º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a emissão do alvará de loteamento deverá ser publicitada pela Câmara Municipal.-----

Em Anexo:-----

-ANEXO I - QUADRO SINÓTICO 1 - LICENÇA INICIAL TITULADA PELO ALVARÁ Nº 28/86.-----

-ANEXO II - QUADRO SINÓTICO 2 - 4ª ALTERAÇÃO À LICENÇA TITULADA PELO ALVARÁ Nº 28/86.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11.02.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito circunstanciadamente invocadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos preconizados nos itens "3-PARECER" e "4-PROPOSTA DE DECISÃO" deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 665/18 - FERNANDO MANUEL ALVES SILVA - RUA MADRE MARIA DO AQUINO 5, LOTE N.º 12, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 17.01.2019. -----

²⁰ Refira-se que na presente data, tais diligências já se encontram concretizadas, mediante a outorga, junto do Cartório Privativo Municipal das respectivas escrituras.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1748/18, referente ao processo n.º 665/18, o Sr.º Fernando Manuel Alves Silva, na qualidade de proprietário, solicita, um pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de ampliação²¹ de uma habitação unifamiliar, com alvará de licença n.º 359/89 e da construção²² de anexos, localizados no lote 12, do loteamento titulado pelo Alvará n.º 21/87 e ulteriores alterações - rua Madre Maria do Aquino, União das freguesias de Santa Cruz7Trindade e Sanjurge no concelho de Chaves.--

1.2- O lote de terreno tem a área total de 440,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1407 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 609/20090309, da freguesia de Santa Cruz/Trindade, é parte integrante do alvará de loteamento 21/1987.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1 - Loteamento titulado pelo Alvará n.º 21/87.-----

2.2 - Alvará de Licença n.º359/89, para "construção de uma habitação unifamiliar", de r/chão e andar, com a área de 269,07 m².-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º- A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio;-----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização à escala 1:5.000;-----
- Levantamento fotográfico;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declarações do técnico, comprovativa de inscrição em associação pública de carater profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----
- Quadro de áreas/Ficha de medição;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades e respetivo plano;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Planta de arranjos exteriores à escala de 1:200; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----

²¹ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cércea ou do volume de uma edificação existente;-----

²² «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenho de alterações;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Estudo de comportamento térmico;-----
- Projeto acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto acústico;-----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto de arranjos exteriores;-----
- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A, do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar de um procedimento de legalização de obras de ampliação de uma habitação unifamiliar e da construção de um anexo.-----

4.2.1- Do alvará de loteamento 21/1987, constam as seguintes indicações, relativas ao lote:-----

- Área do lote = 440,00 m²;-----
- Área coberta = 100,00 m²;-----
- Número de pisos = 2;-----
- Utilização prevista = habitação unifamiliar; -----

4.2.2- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o lote de terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) e no artigo 33.º (Anexos e construções secundárias) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O presente pedido diz respeito, à legalização das obras de ampliação na habitação unifamiliar, com aumento de área do r/chão e aproveitamento do vão da cobertura. Há ainda modificações na compartimentação interior, vãos e escadas interiores. -----

5.2- As alterações a legalizar na habitação unifamiliar implicam um aumento da área bruta de construção de 37,68 m², relativamente ao licenciado ao abrigo da licença n.º 359/89. Relativamente ao anexo a legalizar, possui uma área bruta de construção de 42,00 m².-----

5.3 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-10-25, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 81/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

5.4 - Da vistoria realizada, resultou parecer, no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar e anexo, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação e construção.-----

5.5 - O loteamento no qual, se insere o lote de terreno, tem as especificações indicadas no anterior ponto 4.2.1. Nas referidas

especificações é prevista para o lote 12, uma área coberta de 100,00 m².-----

5.6- Neste contexto, tratando-se as regras urbanísticas, consignadas no alvará de loteamento de verdadeiras especificações, regulando, ao pormenor, as chances urbanísticas conferidas aos respetivos lotes de terrenos, emergentes da operação de loteamento, então, nessa perspetiva, a operação urbanística, que se pretende legalizar viola as especificações do alvará de loteamento, ao contemplar uma área coberta de 170, 95 m².-----

6 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1- Considerando, que se trata de obras de ampliação e de construção, de uma habitação unifamiliar e de anexo de apoio, que foram levadas a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.--

6.2- Constatou-se que o edifício principal e anexo de apoio, situa-se em local, onde predominam esta tipologia de construções, o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.---

6.3- Pese embora, a edificação, se integre no meio envolvente, onde a moda da cércea, na frente urbana em que se insere e os alinhamentos dominantes, existentes e a manter na frente urbana, em que se insere o prédio, a área coberta que o mesmo contempla e que se pretende legalizar, não cumpre as especificações do alvará loteamento 21/1987.-

7 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que não se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de licença especial de legalização;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere indeferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar e da construção de anexo, dever-se-á ainda notificar o requerente nos termos do disposto no artigo 114.º e seguintes, do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 121º e seguintes, no que respeita à audiência prévia dos interessados, mediante o estabelecimento de um prazo de 10 dias para, querendo, virem a processo, dizer o que se lhes oferecer sobre o presente sentido de decisão.-----

6.3-Sem prejuízo, do que vem a ser dito, poderá o requerente, solicitar, um pedido de alteração á licença titulada pelo alvará de loteamento n.º 21/1987, nos termos do disposto no artigo.º27, do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro. -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 05.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos

competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa, em razão do facto de a mesma consubstanciar a violação das especificações do alvará de loteamento n.º 21/87.-----

Neste contexto, e caso superiormente seja proferida decisão administrativa consonante com o recomendado no anterior parágrafo, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido do projecto de decisão acima pré-anunciado.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE VALA NO PASSEIO - PROCESSO N.º 5/04 - EDP, DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A. - LUGAR DE SERRINHA, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 11.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I-Pretensão-----

A EDP, Distribuição de Energia, S.A., através do requerimento n.º 317/19, vem apresentar elementos, em complemento do requerimento n.º 2153/18.-----

II-Antecedentes-----

A EDP, Distribuição de Energia, S.A., através do requerimento n.º 2343/18, de 8 de Novembro, vem comunicar e solicitar a obtenção da respetiva licença de ocupação de espaço público, com a realização de trabalhos na via pública, designadamente proceder à modificação da linha subterrânea, na Proximidade do Posto de Transformação designado por Sanjurge-Loteamento Industrial 3, n.º 288/CHC, em Chaves, sobre o qual recaiu a informação técnica de 13/11/2018.-----

A EDP, Distribuição de Energia, S.A., através do requerimento n.º 2513/18, de 3 de Dezembro, veio apresentar os elementos solicitados na informação técnica de 13/11/2018.-----

III - Localização da Vala para Infraestruturas Elétricas-----

Freguesia	Localização/Arruamentos	Extensão (ml)
Outeiro Seco	Via de acesso à Feira do gado	80,00

IV- Enquadramento Urbanístico-----

4.1 Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A operação urbanística em causa, construção de infraestruturas elétricas, estão isentos de controlo prévio, enquadra-se no

preceituado na alínea e) do n.º 1 do artigo 7º²³ do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).-----

4.1.2- No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada, tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2º²⁴ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

V - Análise Processual-----

De acordo com o artigo 7º, n.º 1 alínea e) do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, estão isentas de controlo prévio/ licença ou autorização as obras de edificação ou de demolição e os trabalhos promovidos por entidades concessionárias de obras ou serviços públicos, quando se reconduzam à prossecução do objeto da concessão; No entanto, de acordo com, n.º 2 do artigo 7º²⁵ do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, apesar de estar isentas de controlo prévio/ licença ou autorização as obras de edificação ou de demolição e os trabalhos promovidos por entidades concessionárias de obras de serviços públicos, ficam sujeitas a parecer vinculativo da Camara Municipal.-----

A pretensão enquadra-se, ainda, no disposto no n.º 1 do artigo 2º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, as obras e trabalhos, necessários à construção, alteração, substituição, manutenção ou reparação de redes elétricas e outar no concelho de Chaves.-----

Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º²⁶ Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, os trabalhos a realizar no subsolo do domínio publico municipal do concelho de Chaves, carece de licença municipal, devendo estar instruído ainda com os elementos constantes no artigo 4.º²⁷ do retrocitado diploma.-----

²³ **Artigo 7.º Operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública**-----

1 - Estão igualmente isentas de controlo prévio-----

e) As obras de edificação ou de demolição e os trabalhos promovidos por entidades concessionárias de obras ou serviços públicos, quando se reconduzam à prossecução do objeto da concessão;-----

²⁴ **Artigo 2º. Âmbito de aplicação**-----

1. O presente Regulamento aplica-se às obras e trabalhos a realizar no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves, com vista à instalação, construção, alteração, substituição, manutenção ou reparação de redes eléctricas, **de comunicações electrónicas**, de gás e águas, esgotos domésticos, pluviais e outras no concelho de Chaves.-

²⁵ 2 - A execução das operações urbanísticas previstas no número anterior, com exceção das promovidas pelos municípios, fica sujeita a parecer prévio não vinculativo da câmara municipal, que deve ser emitido no prazo de 20 dias a contar da data da receção do respetivo pedido.-----

²⁶ **Artigo 3º. Licença Municipal**-----

1. A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com excepção do disposto no artigo 13º. do presente Regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

²⁷ **Artigo 4º Instrução do pedido de licenciamento**-----

O processo em causa encontra-se **instruído nos termos da legislação em vigor** com as necessárias adaptações conforme o disposto n.º 6.º²⁸ da Portaria 216/2008, de 22 de 3 de Março. -----

VI - Considerações da Proposta de Decisão-----

Para cumprimento do solicitado, foram analisados os elementos instrutórios do processo de modo a se poder quantificar os trabalhos resultantes das intervenções, quer no subsolo, quer ao nível dos pavimentos. -----

Da análise efetuada, verifica-se que a intervenção solicitada consiste na abertura e tapamento de vala, e reposição dos pavimentos.-----

Os aterros devem ficar devidamente compactados, de modo a prevenir e evitar qualquer assentamento no pavimento e garantir ou melhorar, assim as condições inicialmente existentes. Os remates de ligação com as zonas não intervencionadas devem ser devidamente executados, bem nivelados e com cortes retos, de modo a que o acabamento final fique o mais perfeito e enquadrado possível com o existente. -----

Neste sentido, devem ser respeitadas todas as normas e decretos existentes sobre a forma de execução de cada um dos trabalhos, assegurar a validade dos respetivos seguros, bem como a forma de sinalização e segurança dos locais a intervir. -----

VII - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, e atendendo às razões de fato e de direito, julgo, salvo melhor que a decisão deverá ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo, para a emissão de competente decisão administrativa referente:-----

1- Deferimento do pedido de licenciamento referente à ocupação de espaço público, com a realização de trabalhos na via pública, designadamente proceder à modificação da linha subterrânea, a 15KV na

1. O pedido de licenciamento é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves, sob a forma de requerimento e é instruído com os seguintes elementos:-----

- a) Planta de localização;-----
- b) Projecto da obra a efectuar, apresentado em quadruplicado;-----
- c) Declaração e termo de responsabilidade dos técnicos autores dos projectos;-----
- d) Plano de segurança da obra que incluirá, sempre que necessário, plano de alteração da circulação rodoviária;-----
- e) Orçamento correspondente ao valor da obra a efectuar.-----

2. No requerimento previsto no número anterior deverão obrigatoriamente constar:-----

- a) O prazo previsto para a execução dos trabalhos;-----
- b) O faseamento dos trabalhos, quando se justifique;-----
- c) A data do início e conclusão da obra.-----

3. No caso em que seja exigível o prévio pagamento de taxas, o pedido de licenciamento deve ainda ser acompanhado das seguintes indicações:

- a) Pavimentos afectados: dimensões (comprimento e largura) e número de dias;-----
- b) Tubagens: diâmetro e extensão;-----
- c) Armários: área e número de meses da ocupação.-----

²⁸ 6.º **Alvará de outras operações urbanísticas**-----

O pedido de emissão de alvará referente a outras operações urbanísticas deve ser instruído com os elementos constantes dos números anteriores que se mostrem adequados ao tipo de operação.-----

Proximidade do Posto de Transformação designado por Sanjurge-Loteamento Industrial 3, n.º 288/CHC, em Chaves.-----

VIII - Das Taxas Devidas pela Ocupação de Espaço Público-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 68 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

OBRAS NO SUBSOLO EM ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL				
	Descrição	Un./ML	Taxa	Valor
Capítulo I Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos				
Secção III	Ocupação do Espaço Aéreo, solo e Subsolo de Domínio Público e Privado Municipal			
ARTIGO 17º	Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público-regime geral de ocupação de espaço público	1,00	55,60 €	55,60 €
ARTIGO 18.º	Pela emissão de licença de ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo de domínio Municipal	1,00	11,10 €	11,10 €
Subsecção III	Ocupação do Solo e Subsolo			
ARTIGO 21º	Ocupação da Via Pública por motivos de obras			
Alínea a)	Por cada período de 30 dias	1,00	4,55 €	4,55 €
TOTAL				71,25 €

IX - Calculo da Caução-----

De modo a garantir a reposição das condições existentes, e reparação de eventuais danos causados na sequência dos trabalhos propostos, foi objeto de estimado o valor de caução nos seguintes termos:-----

ESTIMATIVA PARA APRESENTAÇÃO DE CAUÇÃO					
Interligação do cabo de Média Tensão - lugar da Serrinha-Outeiro Seco					
Art.	DESIGNAÇÃO	UN	QUANT.	P.UNIT.	TOTAL
1.	Reposição de pavimento, remate e todos os acabamentos necessários, incluindo prévio levantamento do pavimento reposto, com cortes verticais, reconstituição do aterro da vala, todos os trabalhos, materiais e meios necessários. (Passeio)	m2	80,00	40,00 €	3.200,00 €
2.	Limpeza geral de todos os materiais sobranes e não removidos, a vazadouro, no ponto de intervenção	vg	1,00	100,00 €	100,00 €
3.	Reparação de infra-estruturas que eventualmente sofram danos, com a execução dos trabalhos, incluindo todos os materiais, trabalhos e meios necessários para a reposição das condições existentes	vg	1,00	200,00 €	200,00 €
TOTAL					3.500,00 €

Assim, foi estimado o valor de 3 500,00€ (Três mil e quinhentos euros), não incluindo o IVA, para apresentação de caução por parte do requerente. -----

Serviu como base, para cálculo da respetiva caução, a natureza dos trabalhos, a especificidade dos mesmos e ainda a fórmula e critérios que se utilizam em pedidos com obras similares.-----

X - Considerações após a Emissão do Título-----

Deverá o requerente, proceder à liquidação das taxas, previstas no n.º 10 do art.º 6 do Decreto-Lei 11/2003 de 18 de Janeiro, no valor de **71,55 €**.-----

Deverá o requerente deve apresentar uma caução no valor de 3 500,00€, não incluindo o IVA de acordo com o referido no artigo 11º e ponto 2 do artigo 5º do "Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Publico Municipal";-----

Dê-se conhecimento da presente informação à **Divisão de Obras Publicas** dos trabalhos a levar a efeito pela **EDP, Distribuição de Energia, S.A.**, para fiscalização da obra.-----

Deverá, ainda dar-se conhecimento à **Polícia de Segurança Pública** da via que vai ser intervencionada com a passagem de cabos elétricos subterrâneos, e que a empresa dará conhecimento do início e prazo para a sua execução. -----

Comunique-se à empresa **EDP, Distribuição de Energia, S.A.**, que no fim de cada ano civil, deverá apresentar em suporte informático devidamente georreferenciados ao Datum ETRS 89, nos termos do n.º 3 do artigo 13²⁹º do RMUE, a fim de ser remetido ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respetiva renda anual a ser paga pela empresa, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11.02.2019:-----

29 - Os elementos indicados no número anterior (peças escritas e desenhadas) deverão também ser apresentados em suporte digital-----

- CD - nos seguintes termos:-----

c) O levantamento topográfico e a planta de implantação (obras de edificação) ou a planta de síntese (operações de loteamento e obras de urbanização) também deverão ser apresentadas no formato DWG (extensão dos arquivos da Autodesk), gravados na versão de AUTOCAD 2000, de forma a compatibilizar -se com os principais aplicativos em uso na autarquia, incluindo software livre (OpenSource), ou de código aberto, devendo ainda estar georreferenciados, com ligação à rede geodésica nacional, recorrendo ao Sistema de referência PT - TM06/ETRS89, de acordo os parâmetros de projeção disponibilizados pela DGT no seu site na Web:

http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/geodesia/sistemas_de_referencia/portugal_continental/pt_tm06_etrs89_european_terrestrial_reference_system_1989_2;-----

d) As plantas de Implantação/Síntese deverão ser elaboradas sobre levantamento topográfico, contendo ainda informação sobre a área envolvente da parcela, representando elementos físicos identificáveis no local e/ou edificações que permitam definir os parâmetros de edificabilidade;-----

SIG - Levantamento topográfico e planta de implantação ou a planta de síntese (formato DWG);-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito expressos na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos preconizados nos itens VI, VII, VIII IX e X, deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A COMÉRCIO E SERVIÇOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 761/18 – JOSÉ MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS – LUGAR DE FREI JANEIRO, FREGUESIA DE VALE DE ANTA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 23.01.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 2003/18, referente ao processo n.º 761/18, o Sr.º José Manuel Rodrigues dos Santos, na qualidade de proprietário, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção³⁰ de um edifício destinado a comércio e/ou serviços e a demolição³¹ de um anexo de apoio, situada no lugar de Frei Janeiro - Valdanta, freguesia de Valdanta no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 2.060,00 m², está inscrito na matriz urbana com o n.º 2245 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2143/20130813, da freguesia de Valdanta.

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Processo n.º 631/16, para legalização das obras de construção de um edifício destinado a comércio e/ou serviços. O requerente solicitou através do requerimento n.º 60/17, anulação do referido processo, foi o pedido deferido por despacho superior datado de 2017/02/15.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;-----

- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local da obra;-----

- Planta de localização à escala 1:2. 000;-----

³⁰ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

³¹ g) «Obras de demolição» as obras de destruição, total ou parcial, de uma edificação existente;-----

- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional dos técnicos;-----
- Quadro de áreas;-----
- Ficha de medição;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades e respetivo plano;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Planta de localização desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 1000;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 250;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Desenho de alterações;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;-----
- Termo de responsabilidade do estudo de comportamento térmico;-----
- Termo de responsabilidade do projeto acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de arranjos exteriores;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de águas pluviais;-----
- Fatura da luz;-----
- Fatura do telefone;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de construção de um edifício destinado a comércio e/ou serviços.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com as Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, a parcela de terreno está inserida, em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal, na categoria 4.3 - espaço agroflorestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agroflorestais comuns e na categoria 4.2 - espaços agrícolas, na subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (Reserva Agrícola Nacional).-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de um edifício destinado a comércio e/ou serviços e a demolição de um anexo de apoio. O edifício, levado a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, possui um piso: r/chão, preconiza uma área bruta de construção de 246,77 m². O anexo de apoio que pretende demolir, foi igualmente levado a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio e possui uma área de 25,00 m².-----

5.2- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º- C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-12-06, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 95/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.3- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício principal, destinado a comércio e serviços e objeto de pedido de legalização das obras levadas a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio. -----

5.4- Resultou ainda da vistoria realizada e relativamente, ao edifício secundário (anexo de apoio), destinado arrumos, que o requerente propõe demolir e a área impermeabilizada de logradouro existente, que se situam em área de Reserva Agrícola Nacional, não são passíveis de legalização, pelo facto de, no processo, não constar o parecer favorável da entidade com jurisdição sobre o local, necessário para o licenciamento das obras de demolição e construção respetivamente, designadamente, da Entidade Regional de Reserva Agrícola.-----

5.5- De acordo com a planta de implantação apresentada, o imóvel, está implantado na categoria 4.3 - espaços agroflorestais e na subcategoria 4.3. A - espaços agroflorestais comuns.-----

5.6-Face ao uso pretendido, destinado a "comércio e/ou serviços", há a referir que, se enquadra no disposto no n.º 1 do artigo 54.º³² do Regulamento do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que é possível a localização de instalações destinadas a atividades de comércio e/ou serviços em espaço agroflorestal comum.-----

5.7- Face as duas subcategorias de espaços, em que se insere a parcela de terreno, julgo ser de considerar, para cálculo do índice de construção, toda a área do terreno, salvaguardada que está, com a implantação do edifício principal, destinado a comércio e serviços, a restrição do regime de Reserva Agrícola Nacional (RAN).-----

5.8-De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 58.º³³, do Plano Diretor Municipal, o índice de construção é nestes casos de 0.25 m²/m², aplicado

³² Artigo 54º - Instalações para comércio ou serviços-----

1 - É admissível a localização de instalações destinadas exclusivamente a actividades comerciais ou de serviços fora dos espaços pertencentes à classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, desde que se situem em espaços industriais ou em espaços agro-florestais comuns.-----

³³ Artigo 58º - Edificabilidade-----

1 - As componentes edificadas referentes a armazéns de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos, a instalações industriais, a armazéns e afins ou a instalações comerciais ou de serviços cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo 28º relativas à instalação avulsa de unidades industriais,

á área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = $2.060,00 \text{ m}^2 \times 0.25 \text{ m}^2/\text{m}^2 = 515,00 \text{ m}^2$ (máxima área bruta de construção permitida) > $246,77 \text{ m}^2$ (área bruta de construção proposta).-----

5.9- O projeto apresentado, está de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 58.º do P.D.M., onde dispõe que, as componentes edificadas referentes a comércio e serviços, cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo 28.º, ou seja:-----

5.9.1- A parcela confronta numa extensão de 14 metros com a estrada que delimita o espaço, o que é inferior ao mínimo de 20 metros, mas que poderá ser uma das adaptações referidas no artigo 28.º, pelo facto de não se tratar de um espaço industrial;-----

5.9.2- Tem uma forma em planta que permite a inscrição de um retângulo com as dimensões de 20 m x 30 m, com o seu lado maior sobreposto á berma da referida via; -----

5.9.3 - Tem como alinhamento da fachada virada á via com que confronta a parcela o afastamento estabelecido para o local, o qual é superior a 30 m;-----

5.9.4- Não tem um afastamento mínimo de 5 metros às extremas da parcela, o qual, se julga poder ser aceite, face à altura da edificação de 4,20 e não se tratar de um edifício destinado ao uso industrial; -

5.9.5- No interior da parcela existem espaços destinados ao movimento de cargas e descargas e ao estacionamento próprio, com dimensão suficiente, para que não seja prejudicada a normal fluência de tráfego na via pública.-----

5.10- Face as dimensões da parcela de terreno, o projeto cumpre o especificado na alínea d) do n.º 3 do art.12³⁴ do Plano Diretor Municipal, ou seja, o mínimo de 5 lugares de estacionamento no interior do lote.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do autor do plano de acessibilidades e dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com a alínea c) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 498,94 euros.-----

salvo no que diz respeito ao I_c , que passa a adoptar o valor de $0,25 \text{ m}^2/\text{m}^2$.-----

³⁴ Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos-----

3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento:-----

a) Um lugar por cada fogo;-----

b) Um lugar por cada 200 m^2 de área bruta de construção em moradias unifamiliares;-----

c) Um lugar por cada 120 m^2 de área bruta de construção destinada a habitação colectiva;-----

d) Um lugar por cada 50 m^2 de área bruta de construção destinada a comércio ou serviços;-----

e) Um lugar por cada 100 m^2 de área bruta de construção destinada a indústrias ou armazéns;-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 236,45 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 735,39 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, destinada a comércio e serviços, que foi levada a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

8.2- Constatando-se, que o edifício principal a legalizar, se destina a "comércio e/ou serviços", pelo que o uso da edificação, cumpre o disposto no n.º 1 do artigo 54.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe, ser admissível a localização de instalações destinadas exclusivamente a atividades comerciais em espaços agroflorestais comuns.-----

8.3- O projeto apresentado, enquadra-se no disposto no n.º 1 do artigo 58.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, as componentes edificadas referentes a instalações de comércio e/ou serviços cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo art.º 28, sem prejuízo do cumprimento dos condicionamentos legalmente estipulados para cada atividade comercial e de serviços concreta.-----

8.4- Considerando, que não é apresentado o parecer da entidade com jurisdição sobre o local de implantação do anexo de apoio, identificada no ponto 5.4., da presente informação, a aprovação para obras de demolição, desta edificação secundária, ficará dependente da apresentação do referido parecer, sendo certo, que se trata de uma edificação de génese ilegal. Do parecer, a solicitar à Entidade Regional de Reserva Agrícola, deverá ainda constar, autorização para a impermeabilização da área do logradouro do prédio, que levou a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio. -----

8.5- Constatando-se, que a edificação principal, destinada a comércio e serviços, não está dependente da edificação secundária, destinada a anexo de apoio, a qual, diga-se, não pode ser ainda objeto de licenciamento das obras de demolição solicitadas, face à necessidade de obtenção do parecer da Comissão Regional de Reserva Agrícola Nacional, sendo certo, que se trata de uma construção levada a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

8.6- Verificando-se, que a edificação principal destinada a comércio e serviços, pode ser utilizada sem a zona impermeabilizada do logradouro do prédio, obras que levou a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio e que carecem do parecer favorável da Comissão Regional de Reserva Agrícola Nacional, para o seu licenciamento.-----

8.7- Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos e acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído recentemente. -----

8.8 - A edificação principal destinada a comércio e serviços é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.9- Considerando, que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, no edifício principal destinado a "comércio e serviços", o titulo a emitir será, o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção do edifício principal, destinado a "comércio e serviços", o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 1	246,77				246,77
TOTAL	246,77	0,00	0,00	0,00	246,77

Cércea - 4,20 ml

Volume - 1.160,00 m³

QUADRO I

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem						
	- Semipenetração betuminosa		0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso		4		19,33	77,32	€/m
	- Granito (calçada a cubos)		0		13,08	0,00	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)		0		8,53	0,00	€/m
	- Betão		0		13,08	0,00	€/m
	Passeios						
	- Lancil (Betão)	0		17,63		0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0		39,80		0,00	€/m

	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	<div></div>	0		15,92	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	<div></div>	0		25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	<div></div>	21,61		21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		1	<div></div>	34,12		34,12	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	<div></div>	45,49		0,00	€/m
		C - custo das obras existentes na via pública / m				133,05	€/m
		m - frente do terreno que confronta com a via pública				15	
		N - número de pisos				1	
		Edifícios destinados exclusivamente a fins comerciais e/ou industriais e armazéns - alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º					
		T = C x m x [0.25 + 0.05 (N-1)]				T =	498,94 €

QUADRO II**- Cálculo das taxas administrativas**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 4	Para comércio, serviços, acresce ao valor referido em 1., por unidade de ocupação			
a)	Até 300 m2 de área bruta de construção	1	106,00 €	106,00 €
b)	De 301 m2 a 2000 m2 de área bruta de construção	0	211,95 €	0,00 €
c)	Superior a 2000 m2 de área bruta de construção	0	529,95 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,60 €	11,60 €
Artigo 76.º				
N.º 6	Vistoria		54,00 €	54,00 €
	TOTAL			236,45 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 498,94 € +236,45 € = 735,39 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 31.01.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação, englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio, que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (edificação destinada a comércio e

serviços, sita no Lugar de Frei Janeiro, da aldeia de Valdanta) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. ESTABELECIMENTO TURÍSTICO NA CATEGORIA DE HOTEL, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA - PROCESSO N.º 106/19 - SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA. - RUA DE SANTA RITA, N.º 2, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 14.02.2019.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução / Antecedentes-----

1.1. A requerente acima referida, solicitou através de requerimento n.º289/19, a aprovação do projeto de arquitetura, referente à reconstrução/ampliação do antigo edifício do Solar dos Montalvões, num prédio urbano com uma área de 9.398,55m², a levar a efeito na Rua de Santa Rita n.º2, Outeiro Seco, concelho de Chaves, destinado a Empreendimento Turístico - Hotel, com a categoria de Hotel de 4*;----

2. Enquadramento Legal-----

2.1. No regime Jurídico de Urbanização e Edificação consagrado do DL 555/99 de 16/09 e ulteriores alterações-----

De acordo com o projeto apresentado, a proposta enquadra-se nas alíneas c) e e), do artigo 2.º, estando sujeito ao procedimento de licença administrativa conforme o artigo 4.º, do referido diploma;-----

2.2. Nos instrumentos de planeamento em vigor - PDM-----

De acordo com extrato da planta de ordenamento e condicionantes n.º34B do Plano Diretor Municipal, o prédio objeto do pedido localiza-se em duas classes de Espaços distintas:-----

- Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, Categoria 1.3 - Outros Aglomerados, -----

- Classe 4 - Espaços agrícolas e florestais, Categoria 4.3 - Espaços Agroflorestais, Subcategoria 4.3.A - categoria 4.3.B - espaços agro-florestais comuns;-----

2.2.1. No que diz respeito à aplicação das regras de edificabilidade, a categoria 1.3 rege-se pelo ponto iii), da alínea a1, do n.º2, do artigo 19.º do Regulamento do PDM;-----

2.2.2. Considerando que se entende, quer por razão do edifício existente, de cariz e imponência patrimonial e arquitetónica, quer nos termos do n.º 2A do mesmo artigo, que os valores atrás estabelecidos podem ser ultrapassados, nas seguintes condições:-----

2A - Os valores estabelecidos no número anterior poderão ser ultrapassados nas seguintes condições:-----

a) Quando se trate de edificações em parcelas situadas em áreas a submeter a planos de salvaguarda e valorização, em centros históricos ou em núcleos tradicionais dos aglomerados rurais, desde que o

município reconheça que tal se justifica por razões de integração na envolvimento ou de coerência formal da imagem urbana;-----

2.2.3. No que diz respeito à Categoria 4.3 - Espaços Agroflorestais, Subcategoria 4.3.A - categoria 4.3.B - espaços agroflorestais comuns, o Empreendimento torna-se viável face ao artigo 55.º, vertido nas Situações Especiais na Secção XI, que estabelece que a instalação de estabelecimentos hoteleiros, nesta categoria de espaço, é admissível desde que reconhecido o seu interesse público por parte do Município; -----

2.2.4. A estes estabelecimentos, aplicam-se os parâmetros de edificabilidade estabelecidos no artigo 58.º do Regulamento do PDM;--

2.3. No Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação-----

2.3.1. No que concerne ao RMUE, a reconstrução/ampliação em causa enquadra-se, nas seguintes especificidades - Impacte Urbanístico Relevante - de acordo, com o n.º5³⁵, do artigo 44.º, do DL 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, em articulação com a alínea c)³⁶, do n.º1, do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;-----

2.3.2. De acordo com o exposto no n.º3 do mencionado artigo, no caso de obras de ampliação e desde que haja alteração do uso da edificação existente, o cálculo do valor da compensação, incidirá sobre a totalidade da área construída, decorrendo de um elemento quantitativo; -----

2.3.3. Deste modo a operação estará sujeita ao regime de cedências ou compensações (elemento substantivo) previstas no artigo 44.º do RJUE e no artigo 21.º do Regulamento do PDM, seguindo a fórmula constante no Regulamento Municipal de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, de acordo com a fórmula estabelecida no artigo 30.º:-----

$$C = \frac{LK \times A \text{ (m2)} \times V}{37}$$

³⁵ Artigo 44.º----- Cedências-----

5 - O proprietário e demais titulares de direitos reais sobre prédio a sujeitar a qualquer operação urbanística que nos termos de regulamento municipal seja considerada como de impacte relevante ficam também sujeitos às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento.-----

³⁶ Artigo 24.º ----- Impacte urbanístico relevante-----

1. Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 44.º do RJUE, consideram-se com impacte relevante as operações urbanísticas de que resulte: -----

c) Uma área de construção superior a 1.500m2 na sequência de ampliação de uma edificação existente; -----

3. No caso de obras de ampliação, o cálculo do valor de compensação incidirá apenas sobre a área ampliada, exceto nas situações de alteração de uso da edificação existente nas quais o cálculo daquele valor incidirá sobre a totalidade da área construída. -----

³⁷

L - Fator de localização -----

K - Coeficiente urbanístico do loteamento -----

A - Valor em metros quadrados da área não cedida.-----

V - 482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018-----

C - Valor da Compensação devida ao Município.-----

2

2.3.4. Por aplicação das alíneas b) e c), do n.º2, do referido artigo 21.º, a operação em análise daria origem à cedência de 3.176,01m² (25% da Área bruta de construção destinada a Equipamentos públicos ou de utilidade pública, acrescidos de 15% da Área total do terreno objeto da operação, destinada a Espaços públicos: espaços verdes ou de utilização coletiva, arruamentos viários e pedonais e estacionamento);-----

2.3.5. De acordo com a supra referida fórmula, o valor a pagar pelas áreas não cedidas será o que consta no quadro anexo:-----

PORTARIA 379/2017 DE 19 DE DEZEMBRO									
482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018								482,40	
				482,4					
VALOR DA COMPENSAÇÃO									
C	L	K	A'	V				C1	
1	0,50	0,15	3.176,61	482,40				57.464,87 €	

2.3.6. Assim, a compensação devida ao município pela Empresa requerente, relativa às áreas não cedidas para integração no domínio municipal é de € 57.464,87 (cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos) resultante do descrito nos pontos anteriores;-----

3. Servidões e Restrições de Ordem Pública-----
Sobre o terreno não impende qualquer servidão ou restrição de ordem pública.-----

4. PIM - Projeto de Interesse Municipal-----
O Empreendimento turístico - Hotel - em apreciação foi reconhecido como Projeto de Interesse Público Municipal, e estabelecido Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais entre o Município do Concelho de Chaves, e a Promotora "Solar Investment Imobiliária, Lda.", datado de 24 de julho de 2018;-----

5. Análise do Pedido-----

5.1. O projeto apresentado diz respeito à reconstrução/ampliação de um edifício Solarengo com capela, dos séculos XVII e XVIII, de linguagem arquitetónica rica, e grande riqueza decorativa;-----

5.2. A proposta do requerente é reconstruir o edifício existente e ampliá-lo com uma construção nova, destinando-o a hotel, incluindo as valências de um SPA com um extenso programa que se irá desenvolver numa parcela de terreno anteriormente denominada eira, que o requerente adquiriu e anexou, e por onde se estende todo o programa funcional;-----

5.3. O programa destinado a SPA é vasto, e distribui-se pelo formato longitudinal do novo edifício, no sentido de criar fluxos independentes entre funcionários e hóspedes, tal como também é explicado em memória descritiva;-----

5.4. O "ponto" fulcral de distribuição do empreendimento é o Solar de três pisos, onde se encontra a receção, a capela, a zona social de chegada e acesso ao SPA com piscina interior, zonas de tratamento com água e instalações sanitárias;-----

5.5. A ampliação contemplará no piso de entrada a sala polivalente, bar, restaurante e zonas de serviço de apoio e piscina interior e respetivos balneários de apoio;-----

5.6. Os pisos superiores da ampliação destinar-se-ão à zona de quartos, distribuída pelos dois pisos, zonas de terapias de relaxamento, ginásio e parte administrativa no último piso;-----

5.7. No exterior, o Hotel disporá de outra piscina, enquadrada nos arranjos exteriores que se irão adaptar à topografia original "obrigando" a alguns trabalhos de remodelação do terreno. Os materiais a empregar no exterior serão permeáveis e versáteis, conforme refere o Técnico autor do projeto, e as áreas de circulação automóvel serão contidas, de forma a não interferirem com as demais áreas pedonais e verdes envolventes. -----

5.8. São propostos os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

– Área do terreno - 9.398,55m² (3.663,90m² em categoria 1.3 + 5.734,65m² em categoria 4.3)-----

– Área de Implantação total - 3.442,03m²-----

– Área de construção total - 7.067,34m²-----

– N.º Pisos - 3 pisos acima cota soleira -----

– Cércea - 11,80m-----

– Unidade de alojamento - 38 -----

– Total de camas - 96-----

– Estacionamento Privativo - 35-----

– Ic - 0,75m²/m²-----

– Índice de Implantação - 0,366m²/m²-----

– Índice Impermeabilização Solo - 77,02%-----

6. Instrução -----

6.1. O pedido formulado encontra-se instruído, de acordo com descrito no n.º 15 da Portaria 113/2015 de 22/04 em articulação com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, e ainda com:-----

– Parecer favorável, datado de 12 de fevereiro de 2019, do SNS - Serviço Nacional de Saúde, ACES ATB;-----

– Parecer técnico favorável da ANPC datado 13 de fevereiro de 2019;-----

– Auditoria de Classificação do Turismo de Portugal, IP - Hotel de 4 Estrelas* (previamente requerida pelo promotor)-----

7. Responsabilidade-----

São apresentados os termos de responsabilidade de todos os autores dos projetos de arquitetura, da coordenação de projeto, do projeto de acessibilidades e arranjos exteriores, e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

8. Considerações fundamentadoras da proposta de decisão /Proposta de decisão-----

8.1. O presente projeto de arquitetura cumpre as regras de gestão urbanística, aplicáveis à zona onde se insere e é entendimento destes Serviços que se pode ultrapassar a cércea e o números de pisos previstos para a categoria de espaço onde se insere, tal como refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 19.º do Regulamento do PDM, dado o carácter do edifício existente e o seu valor arquitetónico e patrimonial;-----

8.2. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, deverá no entanto a Câmara deliberar reconhecer tal justificação, conforme acima citado;-----

8.3. Em caso afirmativo encontram-se reunidas as condições para propor deliberação favorável ao projeto de arquitetura apresentado através de requerimento n.º 289/19 de 04 de fevereiro de 2019, de acordo com o descrito no artigo 20.º, do DL 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações,-----

8.4. Nos termos do n.º4 do supra referido artigo, em articulação com a Portaria n.º 113/2015 de 22/04, o requerente dispõe de um prazo de seis meses para apresentar todos os projetos das especialidades descritos no n.º 16 da mencionada portaria, incluindo o projeto de segurança contraincêndios visado pela ANPC.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2019.02.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO N.º 1. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS DENOMINADO: CENTRO CÍVICO (PARU 2.3). ARTIGO 290.º-A DO CCP. -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I- Elementos Identificadores: -----

- Identificação do objeto do contrato: CENTRO CÍVICO (PARU 2.3) ---
- Identificação do gestor do contrato: Vítor Joaquim Fernandes Pereira -----
- Data de designação do gestor do contrato: 04/10/2018 -----
- Identificação do coordenador do projeto de execução: Arq. César Gonçalves -----
- Identificação do revisor do projeto: Não aplicável -----
- Identificação do diretor técnico da empreitada: Eng. Isaque Reguenga (Edibarra, S.A.) -----
- Identificação do diretor de fiscalização: Eng.ª Maria Madalena de Sousa Durão Branco -----

II- Antecedentes Relevantes do Procedimento de Contratação Pública: -

- Data da decisão de contratar e aprovação das peças do procedimento: 09/08/2018 -----
- Tipo de procedimento adjudicatório: Concurso público -----
- Data de adjudicação do contrato: 01/10/2018 -----
- Valor do contrato: 228.917,02€ (Sem IVA) -----
- Prazo de execução: 180 dias -----
- Valor e identificação da caução: -----
- 11.445,85€, depósito de garantia efetuado na Tesouraria Municipal no dia 08/11/2018. Guia n.º 2018/1/256, correspondente a 5% do valor do contrato. -----
- Retenção nos pagamentos a efetuar ao cocontratante: -----
- 5% do valor dos pagamentos a efetuar. -----
- Data da celebração do contrato: 16/11/2018 -----

- Identificação do cocontratante: "EDIBARRA - Engenharia e Construção, S.A." -----
- Fiscalização prévia do tribunal de contas - data do visto prévio: Não aplicável -----

III- Condições Relevantes de Execução do Contrato -----

- a) Execução Física da Empreitada: -----
- Data de consignação dos trabalhos e respetivo plano: 03/12/2018 -
 - Data do início dos trabalhos: 03/12/2018 -----
 - Data de aprovação do plano de segurança fase obra: 05/12/2018 ---
 - Identificação do plano de trabalhos e respetivas medições efetuadas: -----

Nesta data estão em fase de conclusão as demolições. -----
No edifício existente estão executadas as paredes interiores, estão em execução as infraestruturas elétricas, telecomunicações, rede de água e saneamento. Foram iniciados os trabalhos na cobertura. -----
Relativamente aos trabalhos na zona da ampliação do edifício, os mesmos encontram-se ainda por iniciar. -----

- Avaliação técnica dos trabalhos executados e medidos, em conformidade com o caderno de encargos: -----

Os trabalhos estão executados e medidos de acordo com o previsto no projeto e caderno de encargos, no Auto de Medição n.º 1 e n.º 2. ----

- b) Prazo de Execução da Empreitada: -----

- Cumprimento do plano de trabalhos e dos respetivos prazos parcelares da empreitada: -----

Em relação ao plano de trabalhos aprovado, verifica-se atrasos relativamente aos trabalhos de Betão em Fundações e Estruturas, na zona de ampliação do edifício. -----

Estes atrasos devem-se à necessidade da equipa de arqueologia do Município ter que executar duas sondagens arqueológicas nesta zona. -
As sondagens ainda não tiveram início devido a se estar a aguardar autorização da Direção Regional da Cultura. (apresenta-se em anexo comprovativo do pedido à DRC submetido em 07/01/2019. -----

- Identificação de eventuais desvios ao prazo de execução da empreitada e respetivas causas: -----

Verificam-se desvios no capítulo dos trabalhos de Betão em Fundações e Estruturas. -----

De acordo com o plano de trabalhos aprovado o prazo parcelar do capítulo Betão em Fundações e Estruturas é aproximadamente 6 semanas, terminando o mesmo na semana n.º 10, de 4 a 8 de Fevereiro. -----

- Identificação de eventuais autos de suspensão dos trabalhos da empreitada e respetivas causas: Sem ocorrência -----

- Prorrogação legal do prazo de execução da empreitada e implicações na realização da mesma: Sem ocorrência -----

- c) Modificações Objetivas ao Contrato: -----

Trabalhos complementares de natureza não prevista: -----

- Causas: Sem ocorrência -----
- Natureza dos trabalhos: -----
- Quantidade dos trabalhos: -----
- Data da decisão Administrativa autorizadora dos trabalhos: -----
- Ordem de execução dos trabalhos: -----
- Prorrogação do prazo da empreitada: -----

Trabalhos complementares de natureza imprevisível: -----

- Causas: Sem ocorrência -----
- Natureza dos trabalhos: -----
- Quantidade dos trabalhos: -----
- Data da decisão Administrativa autorizadora dos trabalhos: -----
- Ordem de execução dos trabalhos: -----

• Prorrogação do prazo da empreitada: -----
Trabalhos a menos: -----
• Causas: Sem ocorrência -----
• Natureza dos trabalhos: -----
• Quantidade dos trabalhos: -----
• Data da decisão Administrativa autorizadora da supressão dos trabalhos: -----
• Ordem de supressão dos trabalhos: -----
• Eventual indenização: -----
d) Fiscalização da Empreitada -----
• Avaliação geral da atividade de fiscalização e identificação do modelo de fiscalização: -----
A fiscalização ocorre de forma regular. -----
• Identificação dos meios disponíveis (humanos, técnicos e operacionais) para o desenvolvimento das ações de fiscalização da empreitada: Técnica, Fiscal e viatura -----
• Identificação do número de ações de fiscalização e resultados obtidos: -----
São efetuadas as visitas necessárias, para acompanhamento da execução de todos trabalhos, havendo boa colaboração entre a entidade executante e fiscalização. -----
• Reservas e/ou reclamações apresentadas pelo cocontratante: Sem ocorrência -----
• Mérito das reservas e/ou reclamações apresentadas: -----
• Decisões tomadas, sobre a matéria: -----
• Aplicação de multas contratuais: -----
• Subcontratação: Sem ocorrência -----
e) Execução Financeira -----
• Plano de pagamentos: -----
Mês 1 8.698,79€ -----
Mês 2 17.351,78€ -----
Mês 3 23.449,02€ -----
Mês 4 52.243,79€ -----
Mês 5 95.144,92€ -----
Mês 6 32.028,75€ -----
Total 228.917,02€ -----
• Faturação: -----
Auto de Medição n.º 1 -----
1 de Janeiro de 2019 -----
4.284,00€ Aprovado em reunião de câmara do dia 21/01/2019 -----
Auto de Medição n.º 2 -----
25 de Janeiro de 2019 -----
8.274,65€ Em aprovação -----
Total Faturado 12.858.65€ -----
O desvio verificado deve-se, conforme referido, no atraso nos trabalhos do capítulo Betão em Fundações e Estruturas. -----
• Comparticipação financeira (fundos externos): -----
Investimento total: 263.556,00€ -----
Investimento elegível: 263.556,00€ -----
Comparticipação FEDER, à taxa de 85% de 224.022,60€ -----
• Revisão de preços: Sem ocorrência -----
• Conta da empreitada: Sem ocorrência -----
f) Receção dos Trabalhos da Empreitada, Liberação de Caução e Garantias: -----
Sem ocorrência -----
g) Identificação dos Principais Desvios ao Contrato e Aplicação de Medidas Corretivas: -----

Sem ocorrência -----

h) Considerações Finais e Propostas de Atuação: -----
 Sugere-se que os trabalhos de arqueologia de execução das duas sondagens arqueológicas sejam executados conforme acordado pela equipa de arqueologia do Município logo que possível, de modo a não causar constrangimentos nos prazos contratuais da empreitada. -----
 Após as sondagens executadas, deverá solicitar-se ao adjudicatário a atualização do plano de trabalhos e que sejam reforçadas as equipas de trabalhos de modo a recuperar os atrasos e não comprometer a data de conclusão da obra. -----

i) Periodicidade do Relatório: -----
 Mensal -----

j) Identificação de Documentação Complementar, em Anexo ao Relatório Pedido de trabalho arqueológico submetido à Direção Regional da Cultura. -----
 À consideração Superior. -----
 Divisão de Obras Públicas, 29 de janeiro de 2019. -----
 O Gestor do Contrato -----
 (Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2019.01.29. -
 À Consideração Superior para conhecimento. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.04. -----

Tomei bom conhecimento do presente relatório de gestão. Nos termos legais, para os devidos efeitos, o mesmo deverá ser levado ao conhecimento da entidade adjudicante, no caso, o Órgão Executivo Municipal (CM). À consideração superior. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.05. -----

Visto. À reunião de câmara para apreciação e deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. REMODELAÇÃO DO CAMPO DE TREINOS DE FUTEBOL DE 11 QUE INTEGRA O ESTÁDIO MUNICIPAL. RECEÇÃO DEFINITIVA. -----

Foi presente a informação nº 22/2019, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 115 de 13 de junho de 2012, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Remodelação do Campo de Treinos de Futebol de 11 que Integra o Estádio Municipal". -----
2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 13 de Agosto de 2012, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Edilages, Lda.", a execução da referida empreitada. -----
3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 21 de Setembro de 2012. ---
4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 244.994,77€ (Duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e quatro euros e setenta e sete cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor.
5. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 8 de Outubro de 2012. -----
6. Prazo de execução da obra, 30 dias. -----

7. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 18 de Fevereiro de 2013, o Município de Chaves aprovou trabalhos de suprimento de erros e omissões, no valor de 5.500,00€. -----

8. A receção provisória ocorreu no dia 2 de Abril de 2013. -----

9. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 18 de Julho de 2014, o Município de Chaves autorizou a liberação da caução prestada em 30% do total da caução, no valor de 7.514,48€, correspondente ao primeiro ano do prazo de garantia da obra. -----

10. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 16 de Novembro de 2017, o Município de Chaves autorizou a liberação da caução prestada em 60% do total da caução, no valor de 15.028,96€, correspondente ao segundo, terceiro e quarto anos do prazo de garantia da obra. -----

11. A entidade executante através de ofício que deu entrada nos serviços administrativos do Município de Chaves com o registo n.º 10359 do dia 9 de Outubro de 2018, vem solicitar a realização da receção definitiva. -----

II - Fundamentação -----

1. Decorridos cinco anos da data da Receção Provisória, de acordo com o estipulado no Artigo 394.º do Código dos Contratos Públicos, foi efetuada uma vistoria à obra, de acordo com Auto de Vistoria que se anexa, conjuntamente com o representante do empreiteiro na qual se verificou não haver anomalias técnicas e que os trabalhos se encontram executados dentro das condições técnicas previstas no projeto e em conformidade com as boas práticas de execução. -----

2. Solicitado parecer à Técnica responsável pela manutenção do relvado, Eng.ª Salomé Carneiro, a mesma refere não se detetarem atualmente anomalias que sejam da responsabilidade do adjudicatário. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Face ao exposto, sou a propor o seguinte: -----

a) Que numa primeira fase a presente proposta seja agendada para a próxima reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----

b) Que de acordo com o estipulado no Artigo 398.º do Código dos Contratos Públicos, dado que as obras não apresentam deficiências, seja efetuada a Receção Definitiva da Obra; -----

c) Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Órgão Executivo, sejam restituídos os valores ainda retidos e extintas as garantias bancárias ainda por liberar, conforme o seguinte: -----

Contrato	Tipo	Valor da Retenção	Extinção Garantia
Contrato Inicial	Apólice n.º 0080.10.003595 AXA Portugal, S.A. em 10/09/2012	12.249,74€	1.225,52€
Autos de Medição n.º 1, n.º 2, n.º 3 e n.º 4	Apólice n.º 4863-23530 , Em substituição dos décimos retidos	12.249,67€	1.225,45€
Contrato Adicional Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões	Guia de Deposito Santander Totta em 12/03/2013	275,00€	27,50€
Auto de Medição n.º 5	Retenção no Auto	275,00€	27,50€

À consideração Superior. -----

Chaves, 30 de Janeiro de 2019 -----
 O Técnico -----
 (Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----
 Em Anexo: Ofício do pedido -----
 Auto de vistoria -----
 Cópia de email da responsável pela manutenção do relvado -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2019.02.08. -
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
 regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO
DELGADO, DE 2019.02.12. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
 regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE
2019.02.13. -----
 À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar
 com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor
 da mesma. Notifique-se. -----

1.3. CENTRO CÍVICO (PARU 2.3) - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS. ----
 Foi presente a informação nº 41/2019, identificada em epígrafe, cujo
 teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário
 da Republica, 2.ª Série, n.º 162 de 23 de agosto de 2018, concurso
 público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada
 "CENTRO CIVICO (PARU 2.3)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião
 ordinária, do dia 1 de outubro de 2018, o Município de Chaves adjudicou
 à firma "Edibarra - Engenharia e Construção, S.A.", a execução da
 referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura
 do competente contrato administrativo de obras públicas, em 16 de
 novembro de 2018. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela
 firma adjudicatária, encontra-se fixado em 228 917,02 € (duzentos e
 vinte e oito mil novecentos e dezassete euros e dois cêntimos),
 acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando
 destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 180 dias -----
- O contrato foi celebrado no dia 16 de novembro de 2018; -----
- O auto de consignação é de 3 de dezembro de 2018; -----
- A aprovação do Plano de Segurança, foi comunicada a 5 de dezembro
 de 2018 -----

5. A empresa adjudicatária, EDIBARRA S.A., através de correio
 eletrónico, no dia 12/02/2019, apresenta o plano definitivo de
 trabalhos, com vista à sua aprovação por parte do dono de obra. ----

II - Fundamentação -----

1. O Plano de Trabalhos vem acompanhado com os respetivos, plano de
 mão de obra, plano de equipamentos e plano de pagamentos; -----

2. Após análise dos planos apresentados, cumpre-me informar que os
 mesmos se encontram em condições de serem aprovados, uma vez que estão
 de acordo com os requisitos definidos no artigo 361º do CCP, aprovado
 pelo Decreto-Lei nº 111/2017. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

1. Face ao exposto, ao abrigo dos referidos preceitos legais, não se vê qualquer inconveniente na aprovação do plano de trabalhos apresentado, propondo-se, que superiormente sejam adotados os seguintes procedimentos administrativos: -----

a) Que a presente proposta seja agendada para a próxima reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; --

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificado o adjudicatário da respetiva decisão. -----

À consideração Superior. -----

Divisão Obras Publicas, 12 de fevereiro de 2019 -----

A Técnica Superior -----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco) -----

Em Anexo: Plano de trabalhos -----

DESPACHO DA TÉCNICA RESPONSÁVEL, NA AUSÊNCIA DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. FERNANDA SERRA, DE 2019.02.12. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE VIDAGO- JARDIM DE INFÂNCIA - LIBERAÇÃO DE CAUÇÕES (1º ANO). -----

Foi presente a informação nº 43/2019, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 241 de 19 de dezembro de 2016, concurso público tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE VIDAGO - JARDIM DE INFANCIA". -

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 31 de março de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "SENSETEC TECHNICAL SERVICES UNIPessoal LDA.", a execução da referida empreitada. -----

3. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 164 122,76 € (cento e sessenta e quatro mil cento e vinte e dois euros e setenta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 60 dias; -----
- O contrato é de 22 de maio de 2017; -----
- O auto de consignação é de 19 de junho de 2017; -----
- O Plano de Segurança e saúde foi aprovado na reunião de 9 de junho de 2017. -----

4. A receção provisória foi elaborada no dia 15 de dezembro de 2017.

5. Para cumprimento das obrigações contratuais, o adjudicatário, apresentou a garantia bancária nº nº0693.003056.793 da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 16.412,28€ (dezasasseis mil quatrocentos e

doze euros e vinte e oito cêntimos), valor correspondente a 10% do valor do contrato, tendo tal proposta, sido aprovada, em reunião de camara realizada no dia 18/08/2017. -----

6. De harmonia com a deliberação de camara tomada na reunião realizada, no dia 15/09/20, foram aprovados, os trabalhos de suprimento de erros e omissões no valor de 10.178,00€, e o Trabalhos a menos no valor de 5.868,00€, ambos, não incluindo o IVA. -----

7. Para garantia do cumprimento das obrigações contratuais, 10% do contrato do 1º Adicional- Suprimentos de Erros e Omissões, o adjudicatário prestou a favor do Município de Chaves, depósito de garantia, efetuado na tesouraria municipal, através da guia nº 264/2017, no valor de 431,00€, correspondente à diferença no valor proporcional dos trabalhos a menos e trabalhos de suprimento de erros e omissões. -----

II - Fundamentação -----

1. A entidade executante através de ofício que deu entrada no expediente geral do Município de Chaves com o registo n.º 824 do dia 25/01/2019, vem solicitar a liberação de 30% do valor da caução, visto já ter decorrido, o primeiro ano do prazo de garantia da obra. -----

2. Face ao exposto, a fiscalização efetuou uma visita ao local onde se executaram os trabalhos, no dia 30/01/2019, verificando-se não haver anomalias técnicas, que os trabalhos se encontram executados dentro das condições técnicas previstas no projeto e em conformidade com as boas práticas de execução. -----

3. Visto já ter decorrido um ano após a data da receção provisória da obra, não se vê qualquer inconveniente na redução, em 30% do valor total da garantia bancária, no montante de 5.052,98€, de acordo com o estabelecido na alínea a) do ponto 5 do artigo 295º do CCP, conforme o seguinte: -----

Autos	Valor do Auto
1	45.538,03 €
2	111.035,63€
3	1.681,10€
Auto 1 Erros Omissões	10.178,00€
TOTAL EXECUTADO	168.432,76€

Valor do Contrato 164.122,76 €	Garantia Bancária (10%) 16.412,28€	Liberação do Valor da Caução	
Trabalhos Erros e missões 10.178,00€	Depósito garantia (10%) Guia nº264/2017 431,00€	1º ano, 30%	4.923,68€
			<u>129,30€</u>
			5.052.98€
Trabalhos a Menos 5.868,00€			

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, em coerência com as razões de facto e direito enunciadas, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido do requerente, pelo que se propõe a adoção do seguinte procedimento:

1. Levar a presente informação à próxima reunião de câmara, de modo a que superiormente seja pronunciada decisão conducente ao deferimento, da autorização da redução das referidas garantias; -----

2. Caso a proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, que seja autorizada a redução da Garantia bancária nº n°0693.003056.793 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de 5.052,98€; -----

3. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, por parte do órgão executivo, comunicar a mesma à entidade executante, de acordo com a alínea a) do ponto 5 do artigo 295º do CCP. -----

À consideração Superior. -----

Divisão Obras Publicas, 12 de fevereiro de 2019 -----

A técnica superior -----

(Madalena Branco) -----

DESPACHO DA TÉCNICA RESPONSÁVEL, NA AUSÊNCIA DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. FERNANDA SERRA, DE 2019.02.12. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA MARGEM DIREITA, ENTRE O JARDIM DO TABOLADO E A PONTE DE SÃO ROQUE - RELATÓRIO FINAL. -----

Foi presente a informação nº 46/2019, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ª. Série, nº 245, de 20 de dezembro de 2018 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Qualificação do Espaço Público da Margem Direita, entre o Jardim do Tabolado e a Ponte de São Roque". -----

II - Fundamentação -----

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A." pelo valor 848.988,00 € (Oitocentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito Euros). -----

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita, e esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão, nenhum dos concorrentes apresentou, qualquer sugestões quanto ao sentido da decisão, conforme melhor se comprova pelo relatório final, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere no sentido de: -----

1. Aprovação do relatório final da empreitada "Qualificação do Espaço Público da Margem Direita, entre o Jardim do Tabolado e a Ponte de São Roque"; -----

2. A adjudicação da empreitada à empresa, "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A." pelo valor 848.988,00

€ (Oitocentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito Euros), IVA não incluído, com um prazo de execução de 365 dias, remetendo-se o mesmo relatório final à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal. -----

De salientar que o valor total da proposta (848.988,00 €) tem enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo - 2.4.2. 0102/07030301/0328/2017 I 15, sendo a previsão de execução financeira para o ano de 2019, no valor de 693.953,20 €, e para o ano de 2020 no valor de 155.034.80 €; -----

3. Propõe-se, dando concretização ao estipulado no artigo 290.º-A, do CCP, a nomeação do Sr.º Eng.º Vítor Pereira, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato e elaborar o relatório de avaliação no final de obra; -----

4. A aprovação da minuta do contrato em anexo, nos termos das disposições combinadas previstas na alínea d) do nº 2 do artigo 77º e do nº 1 do artigo 98º do CCP; -----

5. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 12 de fevereiro de 2019. -----

A Técnica Responsável na ausência da Chefe de Divisão -----
(Eng.ª Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----

Em Anexo: Relatório Final e Minuta do Contrato -----

RELATÓRIO FINAL -----

Aos 08 dias do mês de fevereiro 2019, na Divisão de obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente - Maria Madalena de Sousa Durão Branco, Técnica Superior da Divisão de Obras Públicas; -----

- 1.º Vogal - Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe de Divisão de Obras Públicas; -----

- 2.º Vogal - Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica Superior da Divisão de Obras Públicas; -----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do ato adjudicatário, no âmbito do presente procedimento. -----

No passado dia 28 de janeiro procedeu-se à notificação do projecto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo -----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão. -----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "Qualificação do Espaço Público da Margem Direita, entre o Jardim do Tabolado e a Ponte de São Roque" pelo valor 848.988,00 € (Oitocentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito Euros), IVA não incluído, à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.", com um prazo de execução de 365 dias, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal; -----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri. -----

O Júri -----

O Presidente -----

Maria Madalena de Sousa Durão Branco -----

Os Vogais -----

Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues -----

Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra -----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA MARGEM DIREITA, ENTRE O JARDIM DO TABOLADO E A PONTE DE SÃO ROQUE". -----

No dia ... de de 2019, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 848 988,00 (oitocentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos: -----

Como Primeiro Contratante, MUNICÍPIO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público N° 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chave, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----

Como Segundo Contratante, ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., com sede na, Chaves, Pessoa Coletiva n°, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de, titular do Alvará de Construção n° - PUB, com o capital social de euros, legalmente representada por, (estado civil), residente na, titular do Cartão do Cidadão número, válido até, emitido pelas entidades competentes da Republica Portuguesa na qualidade de conforme poderes constantes, na certidão permanente documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

Cláusula 1ª -----

(Objeto e preço contratual) -----

1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **"Qualificação do Espaço Público da Margem Direita, entre o Jardim do Tabolado e a Ponte de S. Roque"**, pelo preço de **€ 848 988,00** (oitocentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito euros), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada, foi adjudicada e aprovada a respetiva minuta do contrato pelo primeiro contratante ao segundo contratante, por deliberação camarária do dia .../.../2019, em conformidade com o Projeto, Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos, desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do dia .../.../2019, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----

(Prazo de Execução) -----

1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias, a contar da data do auto de

consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior, deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da consignação, nos termos e para os efeitos previstos no nº1, do Artigo 362º, do CCP. -----

3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o nº1 antecedente, encontra-se prevista para o dia ... de de 2019. ---

Cláusula 3ª -----
(Prazo de Garantia da Obra) -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

- a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; -----
- b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----
- c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável. ----

3. Excetuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

Cláusula 4ª -----
(Pagamentos) -----

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura. -----

Cláusula 5ª -----
(Revisão de Preços) -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F...** -
 - publicada no despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 08 de janeiro.

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

Cláusula 6ª -----
(Cabimento e Compromisso) -----

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica:; CAB nº/2019, de .../.../2019; -----

2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso Nº .../2019, de .../.../2019, em cumprimento do disposto no nº2, do artigo

9º e nº3, do artigo 5º, ambos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, nº3, alínea c) do D.L. nº 127/2012, de 21 de junho. -----

Cláusula 7ª -----
(Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante) -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária Nº, emitida pelo, no valor de € **42 449,40** (quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e nove euros e quarenta cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato.

Cláusula 8ª -----
(Designação do Gestor do Contrato) -----

Para efeitos de cumprimento do disposto, no n.º 1, do artigo 290º-A, do CCP, foi designado, como gestor do contrato, a Srª. Eng.º Vítor Pereira, da Divisão de Obras Públicas, mediante deliberação camarária do passado dia ... de de 2019, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato e elaborar o relatório de avaliação, no final da obra. -----

Cláusula 9ª -----
(Foro Competente) -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 10ª -----
(Prevalência) -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.
 2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto nº6, do artigo 96º, do CCP. -----

Cláusula 11ª -----
(Legislação aplicável) -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável. --

Cláusula 12ª -----
(Regulamento Geral de Proteção de Dados) -----

Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU 2016/679 do P.E. e do Conselho de vinte e sete de abril (RGPD), e depois de previamente informados acerca do conteúdo do RGPD, os contratantes prestam expressamente o seu consentimento à incorporação e tratamento dos seus dados pessoais nos ficheiros e documentos utilizados neste Município. -----

Cláusula 13ª -----
(Disposições finais) -----

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----
 2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2019; -----
 3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2019; -----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2019; -----
 5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----
 6 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: -----
 O Primeiro Contratante: -----
 O Segundo Contratante: -----
 Contrato nº .../19. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.6. LOTES 8 E 12 - REQUALIFICAÇÃO DAS AVENIDAS DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, XAVIER TEIXEIRA E RAPOSEIRA, DAS RUAS LINHA DO COMBOIO E AREGOS E DO VIADUTO DA RAPOSEIRA - PAMUS 1.5, 3.2 E 3.4 - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 01/DOP/2019 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 01/DOP/2019, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, HIGINO PINHEIRO & IRMÃO, S.A. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, no valor de 16.345,43 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €16.345,43 (Dezasseis mil, trezentos e quarenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. LOTES 8 E 12 - REQUALIFICAÇÃO DAS AVENIDAS DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, XAVIER TEIXEIRA E RAPOSEIRA, DAS RUAS LINHA DO COMBOIO E AREGOS E DO VIADUTO DA RAPOSEIRA - PAMUS 1.5, 3.2 E 3.4 - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 02/DOP/2019 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 02/DOP/2019, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, HIGINO PINHEIRO & IRMÃO, S.A. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, no valor de 2.550,08 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €2.550,08 (Dois mil, quinhentos e cinquenta euros e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. REVISÃO DE PREÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS. -----

Foi presente a informação nº14/DAR/2019, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -

I - Enquadramento-----

A 28 de dezembro de 2018, a empresa AGS, Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A., vem requer ao abrigo do Decreto-Lei nº6/2004 de 6 de Janeiro, a revisão de preços relativa ao contrato de "Prestação de Serviços de Operação, Manutenção e Conservação de Estações Elevatórias e Estações de Tratamento de Águas".-----

II - Fundamentação-----

1 - O contrato da prestação de serviços em causa, indica na cláusula 5ª que, "O regime de prestação de serviços objeto do presente contrato é em termos anuais, sujeito a revisão de preços, desde que o valor da atualização exceda o valor de 2%, em relação ao valor anteriormente considerado e com a seguinte fórmula:-----

-Ct = Ir/I0-----

Os conceitos utilizados na fórmula atrás descrita, são os seguintes:-
Ir - Índice de preços no consumidor, sem habitação referente ao mês da revisão de preços-----

I0 - Índice de preços no consumidor, sem habitação referente ao mês da proposta-----

3 - Após a aplicação da fórmula de cálculo pela concessionária, confirmam-se os valores dos coeficientes de atualização para a revisão de preços relativo aos meses de junho de 2018 até outubro de 2018,

sendo que o valor do mês de novembro, por não ter sido publicado à data da emissão da fatura, foi considerado para efeitos de cálculo da revisão de preços, o valor do mês anterior (outubro), de acordo com o disposto no artigo 16º do decreto-lei 6/2004 de 6 de janeiro.-----
Tendo em conta que o valor final do coeficiente de novembro (103.578) é inferior ao valor constante na revisão de preços da AGS (104.076), deverá a AGS deduzir a diferença apurada na próxima revisão de preços.

Mês	I ₀ (base 2012) Dez/15	I _r (base 2012)	>2%	Ct	Faturação	Revisão
Jun-18	100.383	104.012	3.6%	1.036152	8 888.89€	321.35€
Jul-18		103.311	2.9%	1.029168	8 888.89€	259.27€
Ago-18		102.930	2.5%	1.025373	8 888.89€	225.54€
Set-18		104.141	3.7%	1.037437	8 888.89€	332.77€
Out-18		104.076	3.7%	1.036789	8 888.89€	327.01€
Nov-18		104.076	3.7%	1.036789	8 888.89€	327.01€
					A faturar:	1 792.95€

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, tendo em conta o atrás descrito, verifica-se que o pedido de revisão de preços cumpre o disposto na cláusula 5ª do contrato de Prestação de Serviços, pelo que se propõe a aprovação dos coeficientes de atualização.-----

Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, para apreciação.-----

Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão Executivo Municipal, aos serviços municipais responsáveis, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

À consideração Superior.-----

Chaves, 21 de janeiro de 2019-----

(Paulo Jorge Rodrigues Branco, Eng.º)-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS, SR. ENG.º DELMAR FERNANDES, DE 29.01.2019. -----

Concordo. À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.01.30. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.01.31. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. CONCURSO PÚBLICO Nº1/SC/2019 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO - RELATÓRIO FINAL. INFORMAÇÃO Nº2/SC/2019 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de junho, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, no dia 07 de janeiro de 2019 autorizou a abertura de um procedimento por concurso público para

aquisição de serviços de segurança e vigilância do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso; -----

- Considerando que, no dia 12 de fevereiro de 2019, o júri responsável pela condução do presente procedimento elaborou o relatório final no qual propôs a adjudicação da prestação de serviço identificada em epígrafe ao concorrente "Black Force - Segurança Privada, S.A.", pelo valor de 190.530,00€ (cento e noventa mil, quinhentos e trinta euros);

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos, o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: ----

a) Que se remeta, para aprovação, o relatório final, à entidade competente para autorizar a despesa, no caso, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos; -

b) Nos termos do disposto no artigo 290º-A do CCP, que seja designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, o Técnico Superior, Arq.º Agostinho Pizarro. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 12 de fevereiro de 2019 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges)-----

Em anexo: Relatório final -----

Minuta do contrato -----

MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE "SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO EDIFÍCIO DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO". -----

No dia ... de de dois mil e dezanove, celebram o presente contrato de aquisição de serviços de "Segurança e Vigilância do Edifício do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso", pelo preço total de **€ 190 530,00 (cento e noventa mil, quinhentos e trinta euros)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----

Como segundo Contratante, **BLACK FORCE - SEGURANÇA PRIVADA, S.A.**, Pessoa Coletiva n.º, com sede na, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de euros, neste ato legalmente representada por, residente na Rua, titular do Cartão de Cidadão n.º, válido até, na qualidade de da mencionada sociedade, conforme documento arquivado junto ao processo. -----

Cláusula 1ª -----

Objeto -----

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de Segurança e Vigilância para o Edifício do Museu Nadir Afonso e toda a área envolvente, por um período de 12 meses, com início a 01/03/2019 com possibilidade de renovação automática anual até ao limite de 3 anos, se nenhuma das partes, o denunciar com antecedência mínima de 90 dias. -----

Cláusula 2ª -----

Local de prestação dos serviços -----

Os serviços serão prestados no Edifício do Museu Nadir Afonso e toda a área envolvente. -----

Cláusula 3ª -----

Prazo da prestação de serviços -----

A prestação de serviços objeto do presente contrato tem início no dia 01 de março de 2019, por um período de 12 meses, com possibilidade de renovação automática anual até ao limite de 3 anos, se nenhuma das partes, o denunciar com antecedência mínima de 90 dias. -----

Cláusula 4ª -----

Preço e condições de pagamento -----

1. O encargo total do presente contrato, é de € 190 530,00 (cento e noventa mil, quinhentos e trinta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

2. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 60 dias em relação à data do respetivo vencimento.

Cláusula 5ª -----

Sigilo -----

O segundo outorgante garantirá sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade do primeiro outorgante. -----

Cláusula 6ª -----

Cessão da posição contratual -----

O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato sem autorização do primeiro outorgante. -----

Cláusula 7ª -----

Desistência da execução dos serviços -----

Depois de adjudicada a execução dos serviços de segurança e vigilância, o segundo outorgante só poderá desistir de realizar os serviços com base em motivos de força maior, comunicados à Câmara Municipal com oito dias de antecedência da data prevista para o seu termo. -----

Cláusula 8ª -----

Penalidades -----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: -----

1 - O segundo outorgante não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos serviços; -----

2 - No caso de roubo ou vandalismo das instalações, por negligência ou ausência do segundo outorgante, este incorrerá na penalidade do pagamento dos danos causados. -----

Cláusula 9ª -----

Casos fortuitos ou de força maior -----

1 - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

Cláusula 10ª -----

Rescisão do contrato -----

1 - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso ou ausência da prestação do serviço. -----

Cláusula 11ª -----

Caução para garantir o cumprimento das obrigações -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária Nº, emitida pelo, no valor de € 9 526,50 (nove mil, quinhentos e vinte seis euros e cinquenta cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 89º, do CCP. -----

Cláusula 12ª -----

Designação do Gestor do Contrato -----

Para efeitos de cumprimento do disposto, no n.º 1, do artigo 290º-A, do CCP, foi designado, como gestor do contrato, o Técnico Superior, Arq.º Agostinho Pizarro, mediante deliberação camarária do passado dia ... de fevereiro de 2019, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato. -----

Cláusula 13ª -----

Foro competente -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. -----

Cláusula 14ª -----

Prevalência -----

1 - Consideram-se como condições a observar na prestação dos serviços, as expressas no contrato, no caderno de encargos e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto n.º 6, do artigo 96º, do CCP. -----

Cláusula 15ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e restante legislação aplicável. -----

Cláusula 16ª -----

Designação e características dos serviços -----

1 - As instalações do edifício do Museu estão equipadas com um sistema de videovigilância; -----

2 - Vigilância interna e externa das instalações e a segurança física das mesmas, especialmente contra depredação, roubo e prestação de outros serviços complementares no âmbito da Vigilância/Segurança; ---

3 - O número de vigilantes necessários para assegurar o serviço por parte do segundo outorgante, são os seguintes: -----

a) 1 vigilante 24h/dia, 7 dias/semana. -----

Cláusula 17ª -----

Regulamento Geral de Proteção de Dados -----

Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU 2016/679) do P.E. e do Conselho de vinte e sete de abril (RGPD), e depois de previamente informados acerca do conteúdo do RGPD, os contratantes prestam expressamente o seu consentimento à incorporação e tratamento dos seus dados pessoais nos ficheiros e documentos utilizados neste Município. -----

Cláusula 18ª -----

Disposições finais -----

1 - Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária do passado dia 07 de janeiro de 2019; -----

3 - A prestação serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária do passado dia 07 de janeiro de 2019; ----

4- A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação camarária do passado dia 07 de janeiro de 2019; -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob a rubrica orçamental com a classificação económica: 020218; Cabimento nº 271/2019 de 21 de janeiro de 2019; Compromisso n.º 439/2019 de 12 de fevereiro de 2019; -----

6- O contrato será elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contratantes. -----

7 - Foram apresentados pelo segundo contratante: -----

Pelo Primeiro Contratante, -----

Pelo Segundo Contratante, -----

Contrato n.º/19. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2019.02.12 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

De seguida, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, para apresentar, verbalmente, a seguinte declaração: -----

Em coerência com anteriores posições, por si, assumidas, neste Executivo, no âmbito do projeto relacionado com o "MACNA" e com a Fundação "Nadir Afonso" a sua posição, sobre o assunto, em apreciação, é de abstenção. -----

3. CONCURSO PÚBLICO Nº8/SC/2018 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, PARA A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO CONCELHO DE CHAVES, AO ABRIGO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA OPERACIONAL DO NORTE - NORTE2020 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. AVISOS N.º NORTE-03-2017-42, REPARTIDO DA SEGUINTE FORMA: LOTE 1 - LUMINÁRIAS VIÁRIAS; LOTE 2 - LUMINÁRIAS DECORATIVAS OU DE JARDIM - RELATÓRIO FINAL. INFORMAÇÃO Nº3/SC/2019 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de junho, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, no dia 29 de novembro de 2018 autorizou a abertura de um procedimento por concurso público para aquisição dos bens identificados em epígrafe; -----

- Considerando que, no dia 12 de fevereiro de 2019, o júri responsável pela condução do presente procedimento elaborou o relatório final no qual propôs a adjudicação do lote 1 e do lote 2 ao concorrente "P.E.E.I.E. - Projectos, Execução e Exploração de Instalações Eléctricas, Lda.", pelo valor global de 1.053.996,63€ (um milhão, cinquenta e três mil, novecentos e noventa e seis euros e sessenta e três cêntimos); -----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos, o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: ----

a) Que se remeta, para aprovação, o relatório final, à entidade competente para autorizar a despesa, no caso, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos; -

b) Nos termos do disposto no artigo 290º-A do CCP, que seja designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, o Técnico Superior, Eng.º José Figueiredo. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 12 de fevereiro de 2019 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges)-----

Em anexo: Relatório final -----

Minuta do contrato -----

MINUTA DO CONTRATO DE "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, PARA A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO CONCELHO DE CHAVES, AO ABRIGO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA OPERACIONAL DO NORTE - NORTE 2020 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. AVISOS Nº NORTE-03-2017-42, REPARTIDO DA SEGUINTE FORMA: LOTE 1 - LUMINÁRIAS VIÁRIAS; LOTE 2 - LUMINÁRIAS DECORATIVAS OU DE JARDIM". -----

No dia de de dois mil e dezanove, celebram o presente contrato de "aquisição de equipamentos elétricos, para a rede de iluminação pública do concelho de Chaves, o abrigo da Candidatura ao Programa Operacional do Norte - NORTE 2020 - Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local: Lote 1 - Luminárias Viárias; Lote 2 - Luminárias Decorativas ou de Jardim", pelo preço total de **€ 1 053 996,63 (um milhão, cinquenta e três mil, novecentos e noventa e seis euros e sessenta e três cêntimos)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----

Como segundo Contratante, **P.E.E.I.E. - PROJETOS, EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LDA.**, Pessoa Coletiva nº, com sede na, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de euros, neste ato legalmente representada

por, residente na Rua, titular do Cartão de Cidadão n.º, válido até, na qualidade de da mencionada sociedade, conforme documento arquivado junto ao processo. -----

Cláusula 1ª -----

Objeto -----

1. O objeto do presente contrato consiste no fornecimento e instalação de luminárias equipadas com módulos LED, com a designação "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local - Programa Operacional Regional do Norte - NORTE2020". -----

2. O fornecimento objeto do presente contrato, compreende luminárias viárias e de jardins, para diversos arruamentos do centro histórico e freguesias, perfazendo um total de 5.338 luminárias. -----

3. O presente fornecimento compreende dois lotes, com o seguinte agrupamento: -----

- Lote 1 - Luminárias viárias (4.074 unidades); -----

- Lote 2 - Luminárias decorativas ou de jardim (1.264 unidades). ---

4. O objeto do contrato abrange ainda os serviços de instalação das referidas luminárias nos locais indicados nas cláusulas técnicas especiais - Anexo I, do caderno de encargos, documentos que faz parte integrante do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----

Local do fornecimento e instalação -----

Os serviços serão prestados no local indicado nas cláusulas técnicas especiais - Anexo I, do caderno de encargos, documentos que faz parte integrante do presente contrato. -----

Cláusula 3ª -----

Prazo -----

O presente contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta dias), até à entrega dos bens ao primeiro contratante, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. -----

Cláusula 4ª -----

Preço e condições de pagamento -----

1. O encargo total do presente contrato, é de **€ 1 053 996,63** (um milhão mil, cinquenta e três mil, novecentos e noventa e seis euros e sessenta e três cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo o valor de **€ 731 095,07** (setecentos e trinta e um mil, noventa e cinco euros e sete cêntimos) ao **Lote 1**, e **€ 322 901,56** (trezentos e vinte e dois mil, novecentos e um euros e cinquenta e seis cêntimos) ao **Lote 2**. -----

2. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 60 dias em relação à data do respetivo vencimento.

Cláusula 5ª -----

Obrigações do segundo contratante -----

Sem prejuízo de outras obrigações contratuais previstas na legislação aplicável, da celebração do presente contrato decorrem para o segundo contratante, as obrigações previstas no caderno de encargos - da cláusula 13ª à cláusula 22ª - documento que faz parte integrante do presente contrato. -----

Cláusula 6ª -----

Sigilo -----

1. O segundo outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao primeiro contratante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente contrato. -----

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direta e exclusivamente à execução do contrato. -----

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a onformação e a docuemtação que fossem comprovadamente do docmínio público à data da respetiva obtenção pelo segundo contratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridfades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes. -----

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinitivamente, até autorização expressa do primeiro contratante, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do presente contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à preteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confinaça devidos às pessoas coletivas. -----

Cláusula 7^a -----

Responsabilidade das partes -----

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do presente contrato, o primeiro contratante pode exigir do segundo contratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos previstos na cláusula 27^a, do caderno de encargos, documento que faz parte integrante do presente contrato. --

Cláusula 8^a -----

Força maior -----

1. Não podem ser impostas penalidades ao segundo contratante, nem á havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratausi a cargo de quaisquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do presente contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. -----

2. Podem constituir força maior, se se verificarm os requisitos do número, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou adminustrativas injuntivas. -----

3. Não constituem força mior, designadamente, as circuntâncias previstas no n° 3, da cláusula 28°, do caderno de encragos. -----

Cláusula 9^a -----

Resolução por parte do primeiro contratante -----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o primeiro contratante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o segundo contratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que incumbem, designadamente nos casos discriminados na cláusula 29^a, do caderno de encargos. -----

Cláusula 10^a -----

Resolução por parte do segundo contratante -----

1. Sem prejuízo de outros fundamenteos de resolução previstso na lei, o segundo contratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses, excluindo juros. -----

2. Nos casos previstos no n°1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao primeiro contratnte, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir

as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar. -----

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo segundo contratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do CCP. -----

Cláusula 11ª -----

Caução para garantir o cumprimento das obrigações -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária Nº, emitida pelo, no valor de € 52 699,83 (cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e nove euros e oitenta e três cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 89º, do CCP. -----

Cláusula 12ª -----

Designação do Gestor do Contrato -----

Para efeitos de cumprimento do disposto, no n.º 1, do artigo 290º-A, do CCP, foi designado, como gestor do contrato, o Técnico Superior, Eng.º José Figueiredo, mediante deliberação camarária do passado dia ... de fevereiro de 2019, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato. -----

Cláusula 13ª -----

Seguros -----

1. O segundo contratante é responsável por todos e quaisquer riscos relativos à vida, à saúde e a integridade da pessoas a seu cargo, bem como por todos os danos que possam inviabilizar ou prejudicar o fornecimento e instalação do objeto do contrato, devendo para isso recorrer à cobertura através de contratos de seguros dos seguintes riscos: -----

- Responsabilidade civil; -----
- A obrigação de indemnizar terceiros; -----
- Relativos à vida, à saúde e à integridade física das pessoas a seu cargo. -----

2. O primeiro contratante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o segundo contratante fornecê-la dentro do prazo de 5 (cinco) dias. -----

Cláusula 14ª -----

Foro competente -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. -----

Cláusula 15ª -----

Prevalência -----

1 - Consideram-se como condições a observar na prestação dos serviços, as expressas no contrato, no caderno de encargos e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto n.º 6, do artigo 96º, do CCP. -----

Cláusula 16ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e restante legislação aplicável. -----

Cláusula 17ª -----

Regulamento Geral de Proteção de Dados -----

Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU 2016/679) do P.E. e do Conselho de vinte e sete de abril (RGPD), e depois de previamente informados acerca do conteúdo do RGPD, os contratantes prestam expressamente o seu consentimento à incorporação e tratamento dos seus dados pessoais nos ficheiros e documentos utilizados neste Município. -----

Cláusula 18ª -----

Disposições finais -----

1 - Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária do passado dia 29 de novembro de 2018; -----

3 - A prestação serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação camarária do passado dia ... de de 2019; -----

4- A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação camarária do passado dia ... de de 2019; -----

5-O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob a rubrica orçamental com a classificação económica: 07030304; Cabimento nº 275/2019 de 12 de fevereiro de 2019; Compromisso n.º .../2019 de ... de fevereiro de 2019; -----

6- O contrato será elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contratantes. -----

7 - Foram apresentados pelo segundo contratante: -----

Pelo Primeiro Contratante, -----

Pelo Segundo Contratante, -----

Contrato n.º/19. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2019.02.12 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS DESTINADO À EXCLUSIVA AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA DE OUTRO EMPRÉSTIMO EM VIGOR/. EQ – BEI – FUNDAÇÃO NADIR AFONSO/VALOR DE ATÉ 618.467,36€. RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 07/DGF/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I – Enquadramento Legal: -----

1- De acordo com o disposto na informação/proposta nº03/DGF/2019, de 05 de janeiro de 2019, procedeu a Divisão de Gestão Financeira à consulta para contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no montante até **618.467,36€**, com as seguintes condições: -----

. **Montante máximo a contratar:** até ao montante de 618.467,36€ (seiscentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e trinta e seis cêntimos), valor correspondente ao capital em dívida à data de 20 de janeiro 2019, do empréstimo a substituir e a seguir descrito: -----

Empréstimo	Contratado	Utilizado	Maturidade Remanescente	Taxa de Juro	Capital em dívida à data atual	Capital em dívida à data de 20/01/2019	Valor do empréstimo estimado para substituição de dívida
FDR - FINANCIAMENTO PROJECTOS DE ÍNDOLE COMUNITÁRIA (FINANCIAR, PARCIALMENTE, A CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO QREN POVT-09-0439-FEDER-000086)	1.000.000,00 €	1.000.000,00 €	5	3,901	667.087,34 €	618.467,36 €	618.467,36 €

. Prazo do Contrato20 anos; -----

. Período de Carência não aplicável; -----

. Reembolso.....Prestações trimestrais constantes, vencendo-se a primeira, um mês após o início do contrato; -----

. Taxa de juro indexada à **Euribor a 6 meses**, acrescida do respetivo spread; -----

. Garantias: as legais, de acordo com legislação em vigor, para a tipologia da operação em causa. -----

. Cláusula de amortização antecipada parcial ou integral, sem aplicação de penalização; -----

. Apresentação de planificação de encargos – serviço da dívida para o período integral, com previsão anual de juros; -----

. Prazo de validade das propostas. -----

. Exclusão de cláusula-travão ("floor"). -----

. No cumprimento do nº11, do artº51º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, não será admitida qualquer proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80% das amortizações médias, ou seja 24.738,70€, de acordo com a seguinte fórmula: -----

(1) Capital = **618.467,36€**; -----

(2) Prazo do contrato = 20 anos; -----

(3) Amortizações médias = (1)/(2) = **30.923,37€** -----

(4) Limite inferior às amortizações anuais previstas (80% das amortizações médias = (3) * 80% = **24.738,70€** -----

(nº 4 do artº 40 e nº 11 do artº 51, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão republicada pela lei nº 51/2018, de 16 de agosto) -----

2- Para o efeito, o Município entendeu consultar as seguintes instituições bancárias, domiciliadas no concelho, tendo em vista a apresentação de proposta tendente à adjudicação dos serviços financeiros pretendidos e de acordo com o documento preliminar

elaborado pelo Município, disciplinador das condições gerais e especiais do contrato a celebrar; -----

- a) Banco Montepio Geral; -----
- b) Banco Português de Investimento; -----
- c) Banco Bic Português, SA; -----
- d) Caixa Geral de Depósitos; -----
- e) Crédito Agrícola; -----
- f) Banco Millennium BCP; -----
- g) Bankinter; -----
- h) Banco Santander Totta; -----
- i) Novo Banco; -----

3 - De entre as instituições convidadas, o **banco Santander Totta**, a **Caixa de Crédito Agrícola**, a **Caixa Geral de Depósitos**, e o **Banco BPI, SA**, decidiram apresentar proposta, pelo que, em vista a garantir a adequada comparabilidade das mesmas, foi elaborado um quadro sinóptico comparativo, no qual se encontra vertida toda a informação financeira, tida como essencial, para permitir a determinação do seu mérito, para efeitos de adjudicação, documento que se encontra anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos. -----

4 - Face ao exposto, afigura-se a proposta do **Banco BPI, SA** como a mais vantajosa para o Município atendendo ao **spread** e restantes condições apresentadas, designadamente a total isenção de comissões, comparativamente às propostas apresentadas pelas outras instituições bancárias, de acordo com o quadro sinóptico apresentado. -----

II - Da Audiência Prévia dos interessados: -----

1 - No passado dia 24/01/2019, procedeu-se à notificação do projeto de decisão final dos concorrentes, tendo-lhes sido concedido o prazo legal para se pronunciarem sobre o mesmo. -----

2 - Dentro do prazo fixado para o efeito - audiência prévia escrita - , verificou-se a inexistência de qualquer manifestação, por parte dos concorrentes, relativa ao projeto de decisão final evidenciado no aludido relatório preliminar de audiência dos interessados. -----

III - Cumprimento dos requisitos consagrados no artº 51 e 52º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão republicada pela lei nº 51/2018, de 16 de agosto: -----

a) O valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente (para o efeito deve ser utilizada a taxa de desconto de 4%, a que se refere o nº3, do artº19, do Regulamento delegado (EU nº 480/2014, da Comissão Europeia, de 03 de março de 2014); -----

b) Não aumente a dívida total do município; -----

c) Diminua o serviço da dívida do município. -----
Consta, em quadro anexo (Quadro III), a evidência do grau de cumprimento de tais requisitos, traduzindo o benefício da contratualização da operação em causa, para substituição do "EQ BEI - Fundação Nadir Afonso", face ao comprovado grau de poupança. -----

IV - Proposta em sentido estrito: -----

1 - Face ao exposto e nos termos da alínea b), nº1 do artº4º e do artº 25º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à **Assembleia Municipal**, sob proposta da **Câmara Municipal**, autorizar a contratação de empréstimos, devendo ser acompanhada, de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos **três instituições de crédito**, bem como mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal. -----

2 - Neste contexto, partindo de tal enquadramento legal e da análise das propostas efetuada, sugere-se a adoção da seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja, superiormente, autorizada a adjudicação ao **Banco BPI** a contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no montante de até **618.467,36€ (Seiscentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e trinta e seis cêntimos)**, destinado à exclusiva amortização antecipada de outro empréstimo em vigor a 31 de dezembro de 2018, nos termos do previsto no artº 52, da Lei 73/2013, de 3 de setembro; ---

b) Caso a presente proposta mereça acolhimento superior, por parte do **Sr. Presidente da Câmara**, deverá a mesma ser apreciada, discutida e votada, em sede de próxima reunião do órgão executivo municipal, a ter lugar no corrente mês de **fevereiro**; -----

c) Por último, caso a presente proposta seja, administrativamente, aprovada pelo órgão executivo municipal, deverá a mesma, nos termos do artº25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ser sancionada pelo **órgão deliberativo municipal**, e, confirmando-se a aprovação de tais decisões administrativas, nos termos das anteriores alíneas a) e b), dever-se-ão remeter, às instituições bancárias interessadas, as competentes notificações, sobre a decisão final de adjudicação do respetivo contrato, acompanhadas do quadro sinóptico sintetizador da avaliação das propostas patentes, bem como mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal, tudo, em vista à celebração do respetivo contrato. -----

d) Após a devida e legal aprovação do clausulado do contrato de empréstimo a celebrar, com a entidade adjudicatária, no caso, **Banco BPI**, procedimento antecedido de prévia aprovação administrativa da respetiva minuta, por parte do executivo municipal, deverá, o senhor Presidente da Câmara, em representação da Autarquia, ficar legitimado a proceder à sua outorga, tendo em vista a ulterior submissão do mesmo, a visto prévio do Tribunal de Contas. -----

Chaves, 11 de fevereiro de 2019 -----

_____(Marcelo Delgado, Dr.)-----

_____(Márcia Santos, Dra.)-----

_____(Sandra Pereira, Dra.)-----

Anexo: -----

anexo I - quadro sinóptico de comparabilidade das propostas -----

anexo II - quadro validação dos critérios previstos no artº 51º da Lei 73/2013, de 3 de setembro -----

anexo III - quadro atualização de encargos taxa 4% - comparativo EMLP a amortizar e novo empréstimo -----

anexo IV - Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento -----

Dossier do processo administrativo: propostas das instituições bancárias, relatório preliminar de análise das propostas, audiência prévia. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.2. 1ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2019 - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº08/DGF/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Considerando, o artº40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe "Equilíbrio orçamental", prevê-se o seguinte: -----

1. Os orçamentos das entidades do setor local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. ----

3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. -----

II - Fundamentação -----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1 - No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, nº1, al. a), do RFALEI; -----

2 - Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação; ---

3 - Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art.º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual. -----

a) **Aquando da Elaboração/aprovação orçamento inicial - 2019:** -----

	Valor	Validação
(1) valor das receitas correntes brutas previstas para 2019	30.551.600,21 €	Situação de Cumprimento
(2) valor das despesas correntes brutas previstas para 2019	24.613.338,07 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.681.694,12 €	
Apuramento do saldo corrente		
(1) valor das receitas correntes brutas previstas para 2019	30.551.600,21 €	Situação de Cumprimento
(2) valor das despesas correntes brutas previstas para 2019	24.613.338,07 €	
Saldo Corrente (3) = (1) - (2)	5.938.262,14 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo (4)	2.681.694,12 €	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) = (3) - (4)	3.256.568,02 €	
Total das receitas correntes totais (6)	30.551.600,21 €	Não aplicável (Situação de Cumprimento)
5% das receitas correntes totais (7) = (6) x 5%	1.527.580,01 €	

b) **Em cada modificação orçamental/execução periódica:**

DATA: 11-02-2019		
REGRAS ORÇAMENTAIS		
<u>Artigo 40º</u>		
	Valor	Validação
receitas correntes brutas previstas para 2019	30.551.600,21 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga	2.118.885,11 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.681.694,12 €	

Apuramento do saldo corrente		
(1) valor das receitas correntes brutas previstas para 2019	30.551.600,21 €	Situação de Cumprimento
(2) Despesa corrente paga	2.118.885,11 €	
Saldo Corrente (3) = (1) - (2)	28.432.715,10 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo (4)	2.681.694,12 €	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) = (3) - (4)	25.751.020,98 €	
Total das receitas correntes totais (6)	30.551.600,21 €	Não aplicável (Situação de Cumprimento)
5% das receitas correntes totais (7) = (6) x 5%	1.527.580,01 €	

Chaves, 12 de fevereiro de 2019 -----
 A Chefe de Divisão, -----
 (Márcia Santos, Dra.) -----
 Anexo: Mapa da 1ª Modificação aos Documentos Previsionais 2019. ----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XII DIVERSOS

1. ANÁLISE DO 10º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "PREPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTAS POR OUTROS PROCESSOS" CLASSIFICADO COMO PIM - REQUERENTE: ISABEL GRILO UNIPESSOAL, LDA. -

MORADA: RUA DAS NOVAS TECNOLOGIAS, PARQUE EMPRESARIAL DE OUTEIRO SECO, 5400-885 OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO Nº 7/DSC/20119, DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 25.01.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO DA INFORMAÇÃO -----

1. A requerente acima referida, na qualidade de promotora do projeto de investimento "Preparação e Conservação de Frutas por outros processos" classificado como Projeto de Interesse Municipal (PIM), veio, através de correio eletrónico datado de 18/12/2018, apresentar informação semestral relativa à execução do referido projeto de investimento em conformidade com o disposto na alínea c) da Cláusula 5.ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais (CCBTM), outorgado em 18/02/2014. -----

2. Após receção dos elementos instrutórios que se encontravam em falta, a referida informação semestral foi objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF - PIM) ocorrida no dia 15/01/2019. -----

3. Com esta informação pretende-se: -----

(i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o 10º relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de interesse municipal, o qual se anexa; -----

(ii) Propor que seja acolhida a proposta de deliberação que o mesmo relatório preconiza. -----

II - PROPOSTA -----

Na qualidade de gestor do processo cumpre-me propor ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente a seguinte proposta: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a ser adotada deliberação, nos termos preconizados no Relatório produzido pela CTAAF-PIM, que segue em anexo; -----

b) Caso haja deliberação nos termos preconizados, para cumprimento do estabelecido no artigo 12º (Monitorização das condições de celebração e execução do contrato) do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM), recomenda-se que a presente informação, o relatório elaborado pela CTAAF-PIM, bem como a deliberação de Câmara referida na alínea anterior sejam submetidos a apreciação da Assembleia Municipal, na próxima sessão daquele órgão deliberativo, dando-se cumprimento ao estabelecido no nº 3 do artigo 13º do mencionado RPIM.-----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. ANÁLISE DO 1º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "SOLAR THERMAL INSTITUTE" CLASSIFICADO COMO PIM -

REQUERENTE: SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA.- MORADA: EDIF. PRAÇA DO BRASIL, LJ.4 E 11, 5400-123 CHAVES-- INFORMAÇÃO Nº 12/DSC/2019, DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 08.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO DA INFORMAÇÃO -----

1. A requerente acima referida, na qualidade de promotora do projeto de investimento "Solar Thermal Institute" classificado como Projeto de Interesse Municipal (PIM), veio, através de correio eletrónico datado de 19/01/2019, apresentar informação semestral relativa à execução do referido projeto de investimento em conformidade com o disposto na alínea c) da Cláusula 5.ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais (CCBTM), outorgado em 24/07/2018. -

2. Após receção dos elementos instrutórios que se encontravam em falta e prestação de esclarecimentos adicionais, a referida informação semestral foi objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF - PIM) ocorrida no dia 05/02/2019. -----

3. Com esta informação pretende-se: -----

(i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o 1º relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de interesse municipal, o qual se anexa; -----

(ii) Propor que seja acolhida a proposta de deliberação que o mesmo relatório preconiza. -----

II - PROPOSTA -----

Na qualidade de gestor do processo cumpre-me propor ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente a seguinte proposta: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a ser adotada deliberação, nos termos preconizados no Relatório produzido pela CTAAF-PIM, que segue em anexo; -----

b) Caso haja deliberação nos termos preconizados, para cumprimento do estabelecido no artigo 12º (Monitorização das condições de celebração e execução do contrato) do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM), recomenda-se que a presente informação, o relatório elaborado pela CTAAF-PIM, bem como a deliberação de Câmara referida na alínea anterior sejam submetidos a apreciação da Assembleia Municipal, na próxima sessão daquele órgão deliberativo, dando-se cumprimento ao estabelecido no nº 3 do artigo 13º do mencionado RPIM.-----

Em Anexo: 1º Relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de investimento "Solar Thermal Institute" e respetivos anexos.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. EDIFÍCIOS: EDIFÍCIO DOS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA" - CANDIDATURA NORTE-03-1203-FEDER-000047 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) -

NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº13/DSC/2019, DO ENGº PAULO VALOURA DE 08.02.2019 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 18/09/2018, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.2. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de decisão decorrente da Audiência Prévia dos Interessados, datada de 25/01/2019, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.3. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DA CANDIDATURA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local", o Município de Chaves apresentou, em 30 de abril de 2018, uma candidatura designada "Edifícios: Edifício dos Paços dos Duques de Bragança". -----

2.2. Esta operação consubstancia uma intervenção no edifício do Paço dos Duques de Bragança, propondo-se reconverter os seus sistemas energéticos, de forma a obter poupanças significativas em termos de consumo de energia, mantendo e melhorando os "outputs" de serviço e de segurança no abastecimento. Esta operação será implementada através de medidas que incidem sobre os principais "drivers" de consumo energético: a introdução de novos sistemas de AVAC com melhor eficiência, utilização de LED e novos envidraçados. -----

2.3. Para além da redução do consumo energético, a operação irá produzir também benefícios indiretos como sendo a poupança em manutenção, conforto dos utilizadores e segurança no abastecimento de energia. As medidas a implementar são de dois tipos, uma de carácter mais infraestrutural e que incide no exterior do edifício (envidraçados) e outra mais direccionada para os sistemas técnicos (AVAC e iluminação). Com estas intervenções será possível obter um aumento de classe na certificação energética do edifício em causa. -

2.4. Em resumo, a implementação da operação irá permitir: i) baixar consumos de energia; ii) baixar a fatura energética; iii) baixar emissões; iv) melhorar condições de conforto. -----

2.5. Por fim, interessa realçar os ganhos gerados com a execução da operação, e que estão essencialmente relacionados com a redução de consumo e de emissões e por outro lado o próprio benefício financeiro da operação, que no prazo de vida útil de uma intervenção deste tipo (25 anos) tem um payback positivo, como indicado no relatório de auditoria energética. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 273 541,72 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 273 541,72 euros; -----
- iii) Taxa de Cofinanciamento - 95% (do Investimento Elegível); -----
- iv) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 259 864,63 euros; -----
- v) Autarquia Local - 13 677,09 euros (5% do Investimento Elegível).

3. ANÁLISE AOS FUNDAMENTOS E CONDIÇÕES DE DECISÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA -----

3.1. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade

Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 18 de setembro de 2018. Em anexo à referida comunicação, para além do Parecer Global da candidatura, foi rececionada a minuta do Termo de Aceitação, a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

3.2. Analisado o conteúdo constante na Ficha de Análise da Candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 3,90 pontos. -----

3.3. De referir ainda, que tratando-se de uma subvenção reembolsável, conforme o regulamento específico da candidatura, foi apresentada, pela Autoridade de Gestão, em anexo à minuta do Termo de Aceitação, o respetivo Plano de Reembolsos, a ter início em janeiro de 2023. -----

3.4. Constatou-se ainda que, à proposta de aprovação estava subjacente a condição de ser assegurado o lançamento do concurso para a execução dos trabalhos até 60 dias após a contratação do apoio, em virtude de o grau de maturidade da operação equivaler a um anteprojecto, tendo em conta os elementos apresentados.-----

3.5. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, e dos esclarecimentos adicionais prestados pelo Município de Chaves resultaram reajustamentos ao valor do investimento total, bem como à elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação), tendo resultado numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

i) Custo Total - 274 929,49 euros; -----
 ii) Investimento Elegível - 273 022,86 euros; -----
 iii) Investimento Elegível Não Comparticipado - 1 906,63 euros; ----
 iv) Taxa de Cofinanciamento - 94,76% (do Investimento Elegível) ---
 v) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 253 160,20 euros; -----
 vi) Contribuição FEDER/FC Não Reembolsável - 5 557,67 euros; -----
 vii) Autarquia Local - 16.211,62 euros (parte do Investimento Elegível + Investimento Elegível Não Comparticipado). -----

3.6. Assim, registou-se uma ligeira diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação. -----

3.7. Perante estes factos, os serviços técnicos da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade (DSC) solicitaram que a Divisão de Projetos e Mobilidade procedesse, juntamente com a equipa projetista, à análise do Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que seria oportuno exercer o direito de pronúncia sobre a intenção de decisão proferida, em sede de Audiência Prévia dos interessados, uma vez que constituía convicção do Município de Chaves a não aplicabilidade da condição da regra dos 60 dias para a tomada de decisão de contratar, conforme previsto no ponto nº 2 da Deliberação Nº 20/2016, dado que as ações da componente 2 iriam ser realizadas mediante contratos de "aquisição de bens" que não carecem de qualquer projeto de execução. Neste sentido, na data de 11 de outubro de 2018, o Município de Chaves apresentou os argumentos em causa, junto da CIMAT. -----

3.8. Já em 25 de janeiro de 2019, foi remetida a decisão sobre as alegações apresentadas, tendo-se constatado, que a Comissão Diretiva do Norte 2020 manteve as condições de aprovação, conforme tinham sido apresentadas em 18 de setembro de 2018. -----

3.9. Tendo em conta o contexto e condições previstas na proposta de decisão e respetiva tomada de posição em sede de Audiência Prévia dos Interessados, consideram-se esclarecidas as questões aí suscitadas.

3.10. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 3.5 da presente informação. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando a importância que a intervenção a efetuar no edifício do Paço dos Duques de Bragança terá: -----

i) Na redução dos consumos de energia; -----

ii) Na redução da fatura energética; -----

iii) Na redução das emissões de gases com efeito de estufa; -----

iv) Na melhoria das condições de conforto. -----

4.2. Considerando que a proposta de aprovação da candidatura, vai de encontro às regras da tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra.

4.3. Considerando ainda que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação. -----

4.4. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;

ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO AQT. RODRIGO MOREIRA DE 11.02.2019 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.

Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Edifícios: Edifício dos paços dos Duques de Bragança" - Candidatura NORTE-03-1203-FEDER-000047, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local"; -----

ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. "EDIFÍCIOS: PISCINAS DA QUINTA DO REBENTÃO" - CANDIDATURA NORTE-03-1203-FEDER-000069 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO INFORMAÇÃO Nº15/DSC/2019, DO ENGº PAULO VALOURA DE 11.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 11/10/2018, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.2. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de decisão, decorrente da Audiência Prévia dos Interessados, datada de 25/01/2019, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.3. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DA CANDIDATURA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local", o Município de Chaves apresentou, em 01 de junho de 2018, uma candidatura designada "Edifícios: Piscinas da Quinta do Rebentão". -----

2.2. Esta operação consubstancia uma intervenção nas instalações da Quinta do Rebentão propondo-se reconverter os seus sistemas energéticos, de forma a obter poupanças significativas em termos de consumo de energia, mantendo e melhorando os "outputs" de serviço e de segurança no abastecimento. Esta operação será implementada através de medidas que incidem sobre os principais "drivers" de consumo energético: a introdução de novos sistemas de bombagem da piscina com melhor eficiência, a utilização de LED em toda a iluminação e a produção renovável. -----

2.3. Para além da redução do consumo energético, a operação irá produzir também benefícios indiretos como sendo a poupança em manutenção, conforto dos utilizadores e segurança no abastecimento de energia. As medidas a implementar são de dois tipos relacionadas com a produção de energia por base renovável e sistemas técnicos (bombas de piscina e iluminação). Com estas intervenções será possível obter um aumento de classe na certificação energética do edifício em causa. -----

2.4. Em resumo, a implementação da operação irá permitir: i) baixar consumos de energia; ii) baixar a fatura energética; iii) baixar emissões; iv) melhorar condições de conforto. -----

2.5. Por fim, interessa realçar os ganhos gerados com a execução da operação, e que estão essencialmente relacionados com a redução de consumo e de emissões e por outro lado o próprio benefício financeiro da operação, que no prazo de vida útil de uma intervenção deste tipo (25 anos) tem um payback positivo, como indicado no relatório de auditoria energética. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 129 538,93 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 129 538,93 euros; -----
- iii) Taxa de Cofinanciamento - 95% (do Investimento Elegível); -----
- iv) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 123 061,98 euros; -----
- v) Autarquia Local - 6 476,95 euros (5% do Investimento Elegível).

3. ANÁLISE AOS FUNDAMENTOS E CONDIÇÕES DE DECISÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA -----

3.1. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 16 de outubro de 2018. Em anexo à referida comunicação, para além do Parecer Global da candidatura, foi rececionada a minuta do Termo de Aceitação, a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

3.2. Analisado o conteúdo constante na Ficha de Análise da Candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 4,50 pontos. -----

3.3. De referir ainda, que tratando-se de uma subvenção reembolsável, conforme o regulamento específico da candidatura, foi apresentada, pela Autoridade de Gestão, em anexo à minuta do Termo de Aceitação, o respetivo Plano de Reembolsos, a ter início em janeiro de 2023. -----

3.4. Constatou-se ainda que, à proposta de aprovação estava subjacente a condição de ser assegurado o lançamento do concurso para a execução dos trabalhos até 60 dias após a contratação do apoio, em virtude de o grau de maturidade da operação equivaler a um anteprojecto, tendo em conta os elementos apresentados. -----

3.5. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, e dos esclarecimentos adicionais prestados pelo Município de Chaves resultaram reajustamentos ao valor do investimento total, bem como à elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação), tendo resultado numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 129 537,94 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 118 285,23 euros; -----
- iii) Investimento Elegível Não Participado - 11 252,71 euros; ---
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 94,66% (do Investimento Elegível) ---
- v) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 108 528,59 euros; -----
- vi) Contribuição FEDER/FC Não Reembolsável - 3 437,92 euros; -----
- vii) Autarquia Local - 17 571,43 euros (parte do Investimento Elegível + Investimento Elegível Não Participado). -----

3.6. Assim, registou-se uma diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação. -----

3.7. Perante estes factos, os serviços técnicos da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade (DSC) solicitaram que a Divisão de Projetos e Mobilidade procedesse, juntamente com a equipa projetista, à análise do Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que seria oportuno exercer o direito de pronúncia sobre a intenção de decisão proferida, em sede de Audiência Prévia dos Interessados, uma vez que constituía convicção do Município de Chaves a não aplicabilidade da condição da regra dos 60 dias para a tomada de

decisão de contratar, conforme previsto no ponto nº 2 da Deliberação Nº 20/2016, dado que as ações da componente 2 iriam ser realizadas mediante contratos de "aquisição de bens" que não carecem de qualquer projeto de execução. Neste sentido, na data de 04 de dezembro de 2018, o Município de Chaves apresentou os argumentos em causa, junto da CIMAT. -----

3.8. Já em 25 de janeiro de 2019, foi remetida a decisão sobre as alegações apresentadas, tendo-se constatado, que a Comissão Diretiva do Norte 2020 manteve as condições de aprovação, conforme tinham sido apresentadas em 16 de outubro de 2018. -----

3.9. Tendo em conta o contexto e condições previstas na proposta de decisão e respetiva tomada de posição em sede de Audiência Prévia dos Interessados, consideram-se esclarecidos as questões aí suscitadas. -

3.10. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 3.5 da presente informação. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando a importância que a intervenção a efetuar nas instalações da Quinta do Rebentão terá: -----

- i) Na redução dos consumos de energia; -----
- ii) Na redução da fatura energética; -----
- iii) Na redução das emissões de gases com efeito de estufa; -----
- iv) Na melhoria das condições de conforto. -----

4.2. Considerando que a proposta de aprovação da candidatura, vai de encontro às regras da tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra.

4.3. Considerando ainda que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação. -----

4.4. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

- i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;
- ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO AQT. RODRIGO MOREIRA DE 11.02.2019 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Edifícios: Piscinas da Quinta do Rebentão" - Candidatura NORTE-03-1203-FEDER-000069, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local"; ----

ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----
 Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----
 À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. "EDIFÍCIOS: EDIFÍCIO POLIS" - CANDIDATURA NORTE-03-1203-FEDER-000048 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº16/DSC/2019, DO ENGº PAULO VALOURA DE 11.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----
 - 1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 13/09/2018, nos termos do parecer que se anexa;
 - 1.2. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de decisão decorrente da Audiência Prévia dos Interessados, datada de 25/01/2019, nos termos do parecer que se anexa; -----
 - 1.3. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----
2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DA CANDIDATURA -----
 - 2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local", o Município de Chaves apresentou, em 30 de abril de 2018, uma candidatura designada "Edifícios: Edifício POLIS". -----
 - 2.2. Esta operação consubstancia uma intervenção no edifício Pólis propondo-se reconverter os seus sistemas energéticos, de forma a obter poupanças significativas em termos de consumo de energia, mantendo e melhorando os "outputs" de serviço e de segurança no abastecimento. Esta operação será implementada através de medidas que incidem sobre os principais "drivers" de consumo energético, como por exemplo a produção de eletricidade por painéis fotovoltaicos para autoconsumo, nova unidade VRV centralizada com melhor eficiência, utilização de LED em toda a iluminação e novos envidraçados para a zona da claraboia. -
 - 2.3. Para além da redução do consumo energético, a operação irá produzir também benefícios indiretos como sendo a poupança em manutenção, conforto dos utilizadores e segurança no abastecimento de energia. As medidas a implementar são de dois tipos, relacionadas com a produção de energia por base renovável e os sistemas técnicos (AVAC e iluminação). Com estas intervenções será possível obter um aumento de classe na certificação energética do edifício em causa. -----
 - 2.4. Em resumo, a implementação da operação irá permitir: i) baixar consumos de energia; ii) baixar a fatura energética; iii) baixar

emissões; iv) cumprir com as metas às quais o Estado está obrigado no âmbito das diretivas europeias. -----

2.5. Por fim, interessa realçar os ganhos gerados com a execução da operação, e que estão essencialmente relacionados com a redução de consumo e de emissões e por outro lado o próprio benefício financeiro da operação, que no prazo de vida útil de uma intervenção deste tipo (25 anos) tem um payback positivo, como indicado no relatório de auditoria energética. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 100 325,47 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 100 325,47 euros; -----
- iii) Taxa de Cofinanciamento - 95% (do Investimento Elegível); -----
- iv) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 95 309,20 euros; -----
- v) Autarquia Local - 5 016,27 euros (5% do Investimento Elegível).

3. ANÁLISE AOS FUNDAMENTOS E CONDIÇÕES DE DECISÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA -----

3.1. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 18 de setembro de 2018. Em anexo à referida comunicação, para além do Parecer Global da candidatura, foi rececionada a minuta do Termo de Aceitação, a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

3.2. Analisado o conteúdo constante na Ficha de Análise da Candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 4,10 pontos. -----

3.3. De referir ainda, que tratando-se de uma subvenção reembolsável, conforme o regulamento específico da candidatura, foi apresentada, pela Autoridade de Gestão, em anexo à minuta do Termo de Aceitação, o respetivo Plano de Reembolsos, a ter início em janeiro de 2023. -----

3.4. Constatou-se ainda que, à proposta de aprovação estava subjacente a condição de ser assegurado o lançamento do concurso para a execução dos trabalhos até 60 dias após a contratação do apoio, em virtude de o grau de maturidade da operação equivaler a um anteprojeto, tendo em conta os elementos apresentados. -----

3.5. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, e dos esclarecimentos adicionais prestados pelo Município de Chaves resultaram reajustamentos ao valor do investimento total, bem como à elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação), tendo resultado numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 100 325,47 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 99 420,19 euros; -----
- iii) Investimento Elegível Não Comparticipado - 905,28 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 94,64% (do Investimento Elegível) ---
- v) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 91 094,42 euros; -----
- vi) Contribuição FEDER/FC Não Reembolsável - 3 001,63 euros; -----
- vii) Autarquia Local - 6.229,42 euros (parte do Investimento Elegível + Investimento Elegível Não Comparticipado). -----

3.6. Assim, registou-se uma ligeira diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um

aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação. -----

3.7. Perante estes factos, os serviços técnicos da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade (DSC) solicitaram que a Divisão de Projetos e Mobilidade procedesse, juntamente com a equipa projetista, à análise do Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que seria oportuno exercer o direito de pronúncia sobre a intenção de decisão proferida, em sede de Audiência Prévia dos interessados, uma vez que constituía convicção do Município de Chaves a não aplicabilidade da condição da regra dos 60 dias para a tomada de decisão de contratar, conforme previsto no ponto nº 2 da Deliberação Nº 20/2016, dado que as ações da componente 2 iriam ser realizadas mediante contratos de "aquisição de bens" que não carecem de qualquer projeto de execução. Neste sentido, na data de 18 de outubro de 2018, o Município de Chaves apresentou os argumentos em causa, junto da CIMAT. -----

3.8. Já em 25 de janeiro de 2019, foi remetida a decisão sobre as alegações apresentadas, tendo-se constatado, que a Comissão Diretiva do Norte 2020 manteve as condições de aprovação, conforme tinham sido apresentadas em 18 de setembro de 2018. -----

3.9. Tendo em conta o contexto e condições previstas na proposta de decisão e respetiva tomada de posição em sede de Audiência Prévia dos Interessados, consideram-se esclarecidos as questões aí suscitadas.

3.10. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 3.5 da presente informação. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando a importância que a intervenção a efetuar no edifício do Paço dos Duques de Bragança terá: -----

- i) Na redução dos consumos de energia; -----
- ii) Na redução da fatura energética; -----
- iii) Na redução das emissões de gases com efeito de estufa; -----
- iv) Na melhoria das condições de conforto; -----
- v) No cumprimento das metas às quais o Estado está obrigado no âmbito das diretivas europeias. -----

4.2. Considerando que a proposta de aprovação da candidatura, vai de encontro às regras da tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra.

4.3. Considerando ainda que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação. -----

4.4. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

- i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;
- ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO AQT. RODRIGO MOREIRA DE 11.02.2019 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.

Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Edifícios: Edifício POLIS" - Candidatura NORTE-03-1203-FEDER-000048, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local"; -----

ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. "EDIFÍCIOS: EDIFÍCIO PRINCIPAL DA CMC" - CANDIDATURA NORTE-03-1203-FEDER-000049 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº17/DSC/2019, DO ENGº PAULO VALOURA DE 11.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 02/10/2018, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.2. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de decisão decorrente da Audiência Prévia dos Interessados, datada de 25/01/2019, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.3. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DA CANDIDATURA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local", o Município de Chaves apresentou, em 30 de abril de 2018, uma candidatura designada "Edifícios: Edifício Principal da CMC". -----

2.2. Esta operação consubstancia uma intervenção no edifício dos Paços do Concelho propondo-se reconverter os seus sistemas energéticos, de forma a obter poupanças significativas em termos de consumo de energia, mantendo e melhorando os "outputs" de serviço e de segurança no abastecimento. Esta operação será implementada através de medidas que incidem sobre os principais "drivers" de consumo energético, como por exemplo a produção de eletricidade por painéis fotovoltaicos para

autoconsumo, nova unidade VRV centralizada com melhor eficiência, recuperação de calor de ventilação, utilização de LED e novos envidraçados. -----

2.3. Para além da redução do consumo energético, a operação irá produzir também benefícios indiretos como sendo a poupança em manutenção, conforto dos utilizadores e segurança no abastecimento de energia. As medidas a implementar são de três tipos, relacionadas com uma componente mais infraestrutural, na parte exterior do edifício (envidraçados), produção renovável de energia (solar fotovoltaico) e finalmente os sistemas técnicos (AVAC e iluminação). Com estas intervenções será possível obter um aumento de classe na certificação energética do edifício em causa. -----

2.4. Em resumo, a implementação da operação irá permitir: i) baixar consumos de energia; ii) baixar a fatura energética; iii) baixar emissões; iv) cumprir com as metas às quais o Estado está obrigado no âmbito das diretivas europeias. -----

2.5. Por fim, interessa realçar os ganhos gerados com a execução da operação, e que estão essencialmente relacionados com a redução de consumo e de emissões e por outro lado o próprio benefício financeiro da operação, que no prazo de vida útil de uma intervenção deste tipo (25 anos) tem um payback positivo, como indicado no relatório de auditoria energética. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 207 174,19 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 207 174,19 euros; -----
- iii) Taxa de Cofinanciamento - 95% (do Investimento Elegível); -----
- iv) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 196 816,31 euros; -----
- v) Autarquia Local - 10 358,71 euros (5% do Investimento Elegível).

3. ANÁLISE AOS FUNDAMENTOS E CONDIÇÕES DE DECISÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA -----

3.1. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 02 de outubro de 2018. Em anexo à referida comunicação, para além do Parecer Global da candidatura, foi rececionada a minuta do Termo de Aceitação, a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

3.2. Analisado o conteúdo constante na Ficha de Análise da Candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 4,10 pontos. -----

3.3. De referir ainda, que tratando-se de uma subvenção reembolsável, conforme o regulamento específico da candidatura, foi apresentada, pela Autoridade de Gestão, em anexo à minuta do Termo de Aceitação, o respetivo Plano de Reembolsos, a ter início em janeiro de 2023. ----

3.4. Constatou-se ainda que, à proposta de aprovação estava subjacente a condição de ser assegurado o lançamento do concurso para a execução dos trabalhos até 60 dias após a contratação do apoio, em virtude de o grau de maturidade da operação equivaler a um anteprojecto, tendo em conta os elementos apresentados. -----

3.5. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, e dos esclarecimentos adicionais prestados pelo Município de Chaves resultaram reajustamentos ao valor do investimento total, bem como à elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das

Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação), de que se destaca a não consideração como elegível a substituição dos envidraçados. Desta análise resultou numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 132 644,18 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 130 795,37 euros; -----
- iii) Investimento Elegível Não Comparticipado - 1 752,75 euros; ----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 94,71% (do Investimento Elegível) ---
- v) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 120 592,71 euros; -----
- vi) Contribuição FEDER/FC Não Reembolsável - 3 277,33 euros; -----
- vii) Autarquia Local - 8 774,14 euros (parte do Investimento Elegível + Investimento Elegível Não Comparticipado). -----

3.6. Assim, registou-se uma diminuição significativa da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e conseqüentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação, caso se queira implementar a totalidade das ações inicialmente previstas.

3.7. Perante estes factos, os serviços técnicos da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade (DSC) solicitaram que a Divisão de Projetos e Mobilidade procedesse, juntamente com a equipa projetista, à análise do Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que seria oportuno exercer o direito de pronúncia sobre a intenção de decisão proferida, em sede de Audiência Prévia dos interessados, alegando: -----

- i) Que constituía convicção do Município de Chaves a não aplicabilidade da condição da regra dos 60 dias para a tomada de decisão de contratar, conforme previsto no ponto nº 2 da Deliberação Nº 20/2016, dado que as ações da componente 2 iriam ser realizadas mediante contratos de "aquisição de bens" que não carecem de qualquer projeto de execução; -----
- ii) Que dada a tipologia dos investimentos previstos, relacionados com a substituição da caixilharia, se entenderia estarmos perante um investimento elegível, ao contrário do que foi decidido pela Autoridade de Gestão; -----

3.8. Neste contexto, na data de 18 de outubro de 2018, o Município de Chaves apresentou os argumentos em causa, junto da CIMAT. -----

3.9. Já em 25 de janeiro de 2019, foi remetida a decisão sobre as alegações apresentadas, tendo-se constatado, que a Comissão Diretiva do Norte 2020 manteve as condições de aprovação, conforme tinham sido apresentadas em 02 de outubro de 2018. -----

3.10. Tendo em conta o contexto e condições previstas na proposta de decisão e respetiva tomada de posição em sede de Audiência Prévia dos Interessados, consideram-se esclarecidos as questões aí suscitadas.

3.11. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 3.5 da presente informação. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando a importância que a intervenção a efetuar no edifício dos Paços do Concelho terá: -----

- i) Na redução dos consumos de energia; -----
- ii) Na redução da fatura energética; -----
- iii) Na redução das emissões de gases com efeito de estufa; -----
- iv) Na melhoria das condições de conforto; -----

v) No cumprimento das metas às quais o Estado está obrigado no âmbito das diretivas europeias. -----

4.2. Considerando que a proposta de aprovação da candidatura, vai de encontro às regras da tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra.

4.3. Considerando ainda que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação. -----

4.4. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;
ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO AQT. RODRIGO MOREIRA DE 11.02.2019 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Edifícios: Edifício Principal da CMC" - Candidatura NORTE-03-1203-FEDER-000049, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local"; ----

ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. "EDIFÍCIOS: EDIFÍCIO DOS MAGISTRADOS (MAGISTRADOS I)" - CANDIDATURA NORTE-03-1203-FEDER-000050 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO -INFORMAÇÃO N°18/DSC/20119, DO ENG° PAULO VALOURA DE 11.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 18/09/2018, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.2. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de decisão decorrente da Audiência Prévia dos Interessados, datada de 25/01/2019, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.3. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DA CANDIDATURA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local", o Município de Chaves apresentou, em 30 de abril de 2018, uma candidatura designada "Edifícios: Edifício dos Magistrados (Magistrados I)". -----

2.2. Esta operação consubstancia uma intervenção no edifício designado de Magistrados I propondo-se reconverter os seus sistemas energéticos, de forma a obter poupanças significativas em termos de consumo de energia, mantendo e melhorando os "outputs" de serviço e de segurança no abastecimento. Esta operação será implementada através de medidas que incidem sobre os principais "drivers" de consumo energético, como por exemplo a uma nova unidade VRV centralizada com melhor eficiência, utilização de LED em toda a iluminação, novos envidraçados e reformulação das envolventes. -----

2.3. Para além da redução do consumo energético, a operação irá produzir também benefícios indiretos como sendo a poupança em manutenção, conforto dos utilizadores e segurança no abastecimento de energia. As medidas a implementar são de dois tipos principais, relacionadas com os sistemas técnicos (AVAC e iluminação) e envolvente opaca e envidraçada. Com estas intervenções será possível obter um aumento de classe na certificação energética do edifício em causa. --

2.4. Em resumo, a implementação da operação irá permitir: i) baixar consumos de energia; ii) baixar a fatura energética; iii) baixar emissões; iv) melhorar condições de conforto; e, v) cumprir com as metas às quais o Estado está obrigado no âmbito das diretivas europeias. -----

2.5. Por fim, interessa realçar os ganhos gerados com a execução da operação, e que estão essencialmente relacionados com a redução de consumo e de emissões e por outro lado o próprio benefício financeiro da operação, que no prazo de vida útil de uma intervenção deste tipo (25 anos) tem um payback positivo, como indicado no relatório de auditoria energética. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 51 950,35 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 51 950,35 euros; -----
- iii) Taxa de Cofinanciamento - 95% (do Investimento Elegível); -----
- iv) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 49 352,84 euros; -----
- v) Autarquia Local - 2 597,52 euros (5% do Investimento Elegível).

3. ANÁLISE AOS FUNDAMENTOS E CONDIÇÕES DE DECISÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA -----

3.1. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio

da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 18 de setembro de 2018. Em anexo à referida comunicação, para além do Parecer Global da candidatura, foi rececionada a minuta do Termo de Aceitação, a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

3.2. Analisado o conteúdo constante na Ficha de Análise da Candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 4,30 pontos. -----

3.3. De referir ainda, que tratando-se de uma subvenção reembolsável, conforme o regulamento específico da candidatura, foi apresentada, pela Autoridade de Gestão, em anexo à minuta do Termo de Aceitação, o respetivo Plano de Reembolsos, a ter início em janeiro de 2023. -----

3.4. Constatou-se ainda que, à proposta de aprovação estava subjacente a condição de ser assegurado o lançamento do concurso para a execução dos trabalhos até 60 dias após a contratação do apoio, em virtude de o grau de maturidade da operação equivaler a um anteprojecto, tendo em conta os elementos apresentados. -----

3.5. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, e dos esclarecimentos adicionais prestados pelo Município de Chaves resultaram reajustamentos ao valor do investimento total, bem como à elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação). Desta análise resultou numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

i) Custo Total - 51 950,36 euros; -----
 ii) Investimento Elegível - 51 418,04 euros; -----
 iii) Investimento Elegível Não Comparticipado - 532,32 euros; -----
 iv) Taxa de Cofinanciamento - 94,78% (do Investimento Elegível) --
 v) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 47 754,24 euros; -----
 vi) Contribuição FEDER/FC Não Reembolsável - 977,85 euros; -----
 vii) Autarquia Local - 3 218,27 euros (parte do Investimento Elegível + Investimento Elegível Não Comparticipado). -----

3.6. Assim, registou-se uma ligeira diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município.

3.7. Perante estes factos, os serviços técnicos da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade (DSC) solicitaram que a Divisão de Projetos e Mobilidade procedesse, juntamente com a equipa projetista, à análise do Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que seria oportuno exercer o direito de pronúncia sobre a intenção de decisão proferida, em sede de Audiência Prévia dos interessados, alegando: -----

i) Que constituía convicção do Município de Chaves a não aplicabilidade da condição da regra dos 60 dias para a tomada de decisão de contratar, conforme previsto no ponto nº 2 da Deliberação Nº 20/2016, dado que as ações da componente 2 iriam ser realizadas mediante contratos de "aquisição de bens" que não carecem de qualquer projeto de execução; -----

ii) Que dada a tipologia dos investimentos previstos, não se considerava como obrigatória a apresentação de Projeto de Execução, à data da entrega do Termo de Aceitação; -----

3.8. Neste contexto, na data de 18 de outubro de 2018, o Município de Chaves apresentou os argumentos em causa, junto da CIMAT. -----

3.9. Já em 25 de janeiro de 2019, foi remetida a decisão sobre as alegações apresentadas, tendo-se constatado, que a Comissão Diretiva

do Norte 2020 manteve as condições de aprovação, conforme tinham sido apresentadas em 18 de setembro de 2018. -----

3.10. Tendo em conta o contexto e condições previstas na proposta de decisão e respetiva tomada de posição em sede de Audiência Prévia dos Interessados, consideram-se esclarecidos as questões aí suscitadas. -

3.11. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 3.5 da presente informação. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando a importância que a intervenção a efetuar no edifício dos Magistrados I terá: -----

- i) Na redução dos consumos de energia; -----
- ii) Na redução da fatura energética; -----
- iii) Na redução das emissões de gases com efeito de estufa; -----
- iv) Na melhoria das condições de conforto; -----
- v) No cumprimento das metas às quais o Estado está obrigado no âmbito das diretivas europeias. -----

4.2. Considerando que a proposta de aprovação da candidatura, vai de encontro às regras da tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra.

4.3. Considerando ainda que, de acordo como previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação. -----

4.4. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

- i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;
- ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO AQT. RODRIGO MOREIRA DE 11.02.2019 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Edifícios: Edifício dos Magistrados (Magistrados I)" - Candidatura NORTE-03-1203-FEDER-000050, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local"; -----

- ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. "EDIFÍCIOS: EDIFÍCIO DOS MAGISTRADOS (MAGISTRADOS II)" - CANDIDATURA NORTE-03-1203-FEDER-000051 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO -INFORMAÇÃO Nº19/DSC/20119, DO ENGº PAULO VALOURA DE 11.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 02/10/2018, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.2. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de decisão decorrente da Audiência Prévia dos Interessados, datada de 25/01/2019, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.3. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DA CANDIDATURA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local", o Município de Chaves apresentou, em 30 de abril de 2018, uma candidatura designada "Edifícios: Edifício dos Magistrados (Magistrados II)". -----

2.2. Esta operação consubstancia uma intervenção no edifício designado Magistrados II propondo-se reconverter os seus sistemas energéticos, de forma a obter poupanças significativas em termos de consumo de energia, mantendo e melhorando os "outputs" de serviço e de segurança no abastecimento. Esta operação será implementada através de medidas que incidem sobre os principais "drivers" de consumo energético, como por exemplo a uma nova unidade VRV centralizada com melhor eficiência, utilização de LED em toda a iluminação, novos envidraçados e reformulação das envolventes. -----

2.3. Para além da redução do consumo energético, a operação irá produzir também benefícios indiretos como sendo a poupança em manutenção, conforto dos utilizadores e segurança no abastecimento de energia. As medidas a implementar são de dois tipos principais, relacionadas com os sistemas técnicos (AVAC e iluminação) e envolvente opaca e envidraçada. Com estas intervenções será possível obter um aumento de classe na certificação energética do edifício em causa. --

2.4. Em resumo, a implementação da operação irá permitir: i) baixar consumos de energia; ii) baixar a fatura energética; iii) baixar emissões; iv) melhorar condições de conforto; e, v) cumprir com as metas às quais o Estado está obrigado no âmbito das diretivas europeias. -----

2.5. Por fim, interessa realçar os ganhos gerados com a execução da operação, e que estão essencialmente relacionados com a redução de

consumo e de emissões e por outro lado o próprio benefício financeiro da operação, que no prazo de vida útil de uma intervenção deste tipo (25 anos) tem um payback positivo, como indicado no relatório de auditoria energética. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 54 254,35 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 54 254,35 euros; -----
- iii) Taxa de Cofinanciamento - 95% (do Investimento Elegível); -----
- iv) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 51 513,59 euros; -----
- v) Autarquia Local - 2 712,72 euros (5% do Investimento Elegível).

3. ANÁLISE AOS FUNDAMENTOS E CONDIÇÕES DE DECISÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA -----

3.1. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 18 de setembro de 2018. Em anexo à referida comunicação, para além do Parecer Global da candidatura, foi rececionada a minuta do Termo de Aceitação, a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

3.2. Analisado o conteúdo constante na Ficha de Análise da Candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 3,90 pontos. -----

3.3. De referir ainda, que tratando-se de uma subvenção reembolsável, conforme o regulamento específico da candidatura, foi apresentada, pela Autoridade de Gestão, em anexo à minuta do Termo de Aceitação, o respetivo Plano de Reembolsos, a ter início em janeiro de 2023. -----

3.4. Constatou-se ainda que, à proposta de aprovação estava subjacente a condição de ser assegurado o lançamento do concurso para a execução dos trabalhos até 60 dias após a contratação do apoio, em virtude de o grau de maturidade da operação equivaler a um anteprojecto, tendo em conta os elementos apresentados. -----

3.5. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, e dos esclarecimentos adicionais prestados pelo Município de Chaves resultaram reajustamentos ao valor do investimento total, bem como à elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação), não tendo sido considerada elegível a despesa relacionada com a superfície opaca do edifício. Desta análise resultou numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 47 296,03 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 46 700,71 euros; -----
- iii) Investimento Elegível Não Participado - 595,32 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 94,77% (do Investimento Elegível) ---
- v) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 43 335,10 euros; -----
- vi) Contribuição FEDER/FC Não Reembolsável - 922,10 euros; -----
- vii) Autarquia Local - 3 038,83 euros (parte do Investimento Elegível + Investimento Elegível Não Participado). -----

3.6. Assim, registou-se uma ligeira diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município. -----

3.7. Perante estes factos, os serviços técnicos da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade (DSC) solicitaram que a Divisão de Projetos e Mobilidade procedesse, juntamente com a equipa projetista, à análise do Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que seria oportuno exercer o direito de pronúncia sobre a intenção de decisão proferida, em sede de Audiência Prévia dos interessados, alegando: -----

i) Que constituía convicção do Município de Chaves a não aplicabilidade da condição da regra dos 60 dias para a tomada de decisão de contratar, conforme previsto no ponto nº 2 da Deliberação Nº 20/2016, dado que as ações da componente 2 iriam ser realizadas mediante contratos de "aquisição de bens" que não carecem de qualquer projeto de execução; -----

ii) Que dada a tipologia dos investimentos previstos, se consideravam como elegíveis os investimentos relacionados com a superfície opaca do edifício. -----

3.8. Neste contexto, na data de 18 de outubro de 2018, o Município de Chaves apresentou os argumentos em causa, junto da CIMAT. -----

3.9. Já em 25 de janeiro de 2019, foi remetida a decisão sobre as alegações apresentadas, tendo-se constatado, que a Comissão Diretiva do Norte 2020 manteve as condições de aprovação, conforme tinham sido apresentadas em 02 de outubro de 2018. -----

3.10. Tendo em conta o contexto e condições previstas na proposta de decisão e respetiva tomada de posição em sede de Audiência Prévia dos Interessados, consideram-se esclarecidos as questões aí suscitadas. -

3.11. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 3.5 da presente informação. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando a importância que a intervenção a efetuar no edifício dos Magistrados II terá: -----

i) Na redução dos consumos de energia; -----

ii) Na redução da fatura energética; -----

iii) Na redução das emissões de gases com efeito de estufa; -----

iv) Na melhoria das condições de conforto; -----

v) No cumprimento das metas às quais o Estado está obrigado no âmbito das diretivas europeias. -----

4.2. Considerando que a proposta de aprovação da candidatura, vai de encontro às regras da tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra.

4.3. Considerando ainda que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação. -----

4.4. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;

ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO AQT. RODRIGO MOREIRA DE 11.02.2019 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Edifícios: Edifício dos Magistrados (Magistrados II)" - Candidatura NORTE-03-1203-FEDER-000051, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local"; -----

ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

9. "EDIFÍCIOS: BIBLIOTECA MUNICIPAL" - CANDIDATURA NORTE-03-1203-FEDER-000052 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº20/DSC/20119, DO ENGº PAULO VALOURA DE 11.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 02/10/2018, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.2. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de decisão decorrente da Audiência Prévia dos Interessados, datada de 25/01/2019, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.3. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DA CANDIDATURA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local", o Município de Chaves apresentou, em 30 de abril de 2018, uma candidatura designada "Edifícios: Biblioteca Municipal". -----

2.2. Esta operação consubstancia uma intervenção no edifício da Biblioteca Municipal de Chaves propondo-se reconverter os seus sistemas energéticos, de forma a obter poupanças significativas em termos de consumo de energia, mantendo e melhorando os "outputs" de

serviço e de segurança no abastecimento. Esta operação será implementada através de medidas que incidem sobre os principais "drivers" de consumo energético, como por exemplo a produção de eletricidade por PV para autoconsumo, novo chiller com melhor eficiência, recuperação de calor de ventilação, utilização de LED e novos envidraçados. -----

2.3. Para além da redução do consumo energético, a operação irá produzir também benefícios indiretos como sendo a poupança em manutenção, conforto dos utilizadores e segurança no abastecimento de energia. As medidas a implementar são de três tipos principais, relacionadas com o exterior do edifício (envidraçados), outro grande grupo que incide sobre a produção renovável de energia (solar fotovoltaico) e finalmente os sistemas técnicos (AVAC e iluminação). Com estas intervenções será possível obter um aumento de classe na certificação energética do edifício em causa. -----

2.4. Em resumo, a implementação da operação irá permitir: i) baixar consumos de energia; ii) baixar a fatura energética; iii) baixar emissões; iv) melhorar condições de conforto; e, v) cumprir com as metas às quais o Estado está obrigado no âmbito das diretivas europeias. -----

2.5. Por fim, interessa realçar os ganhos gerados com a execução da operação, e que estão essencialmente relacionados com a redução de consumo e de emissões e por outro lado o próprio benefício financeiro da operação, que no prazo de vida útil de uma intervenção deste tipo (25 anos) tem um payback positivo, como indicado no relatório de auditoria energética. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 148 174,35 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 148 174,35 euros; -----
- iii) Taxa de Cofinanciamento - 95% (do Investimento Elegível); -----
- iv) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 140 765,63 euros; -----
- v) Autarquia Local - 7 408,73 euros (5% do Investimento Elegível).

3. ANÁLISE AOS FUNDAMENTOS E CONDIÇÕES DE DECISÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA -----

3.1. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 02 de outubro de 2018. Em anexo à referida comunicação, para além do Parecer Global da candidatura, foi rececionada a minuta do Termo de Aceitação, a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

3.2. Analisado o conteúdo constante na Ficha de Análise da Candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 4,50 pontos. -----

3.3. De referir ainda, que tratando-se de uma subvenção reembolsável, conforme o regulamento específico da candidatura, foi apresentada, pela Autoridade de Gestão, em anexo à minuta do Termo de Aceitação, o respetivo Plano de Reembolsos, a ter início em janeiro de 2023. -----

3.4. Constatou-se ainda que, à proposta de aprovação estava subjacente a condição de ser assegurado o lançamento do concurso para a execução dos trabalhos até 60 dias após a contratação do apoio, em virtude de o grau de maturidade da operação equivaler a um anteprojecto, tendo em conta os elementos apresentados. -----

3.5. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, e dos esclarecimentos adicionais prestados pelo Município de Chaves resultaram reajustamentos ao valor do investimento total, bem como à elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação). Desta análise resultou numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 152 327,32 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 152 007,29 euros; -----
- iii) Investimento Elegível Não Comparticipado - 3 840,65 euros; ----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 94,54% (do Investimento Elegível) ---
- v) Contribuição FEDER/FC Reembolsável - 134 605,42 euros; -----
- vi) Contribuição FEDER/FC Não Reembolsável - 5 777,25 euros; -----
- vii) Autarquia Local - 11 944,66 euros (parte do Investimento Elegível + Investimento Elegível Não Comparticipado). -----

3.6. Assim, registou-se um aumento da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, um aumento da contribuição FEDER proposta. -----

3.7. Perante estes factos, os serviços técnicos da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade (DSC) solicitaram que a Divisão de Projetos e Mobilidade procedesse, juntamente com a equipa projetista, à análise do Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que seria oportuno exercer o direito de pronúncia sobre a intenção de decisão proferida, em sede de Audiência Prévia dos interessados, alegando que constituía convicção do Município de Chaves a não aplicabilidade da condição da regra dos 60 dias para a tomada de decisão de contratar, conforme previsto no ponto nº 2 da Deliberação Nº 20/2016, dado que as ações da componente 2 iriam ser realizadas mediante contratos de "aquisição de bens" que não carecem de qualquer projeto de execução. -----

3.8. Neste contexto, na data de 18 de outubro de 2018, o Município de Chaves apresentou os argumentos em causa, junto da CIMAT. -----

3.9. Já em 25 de janeiro de 2019, foi remetida a decisão sobre as alegações apresentadas, tendo-se constatado, que a Comissão Diretiva do Norte 2020 manteve as condições de aprovação, conforme tinham sido apresentadas em 02 de outubro de 2018. -----

3.10. Tendo em conta o contexto e condições previstas na proposta de decisão e respetiva tomada de posição em sede de Audiência Prévia dos Interessados, consideram-se esclarecidos as questões aí suscitadas. -

3.11. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 3.5 da presente informação. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando a importância que a intervenção a efetuar no edifício da Biblioteca Municipal de Chaves terá: -----

- i) Na redução dos consumos de energia; -----
- ii) Na redução da fatura energética; -----
- iii) Na redução das emissões de gases com efeito de estufa; -----
- iv) Na melhoria das condições de conforto; -----
- v) No cumprimento das metas às quais o Estado está obrigado no âmbito das diretivas europeias. -----

4.2. Considerando que a proposta de aprovação da candidatura, vai de encontro às regras da tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra.

4.3. Considerando ainda que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação

do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação. -----

4.4. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;
ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO AQT. RODRIGO MOREIRA DE 11.02.2019 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Edifícios: Biblioteca Municipal" - Candidatura NORTE-03-1203-FEDER-000052, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local"; ----

ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2019.02.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

10. PROCEDIMENTO PÚBLICO CONCURSAL PARA ALIENAÇÃO/LOCAÇÃO DE LOTES NO "PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES" E "PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA". RELATÓRIO DE ANÁLISE DA 3ª FASE DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS. (16-setembro-2018 a 16-dezembro-2018). RELATÓRIO Nº 3. -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1- No dia onze de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, no Gabinete do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, reuniu a Comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento supramencionado, constituída pelo Presidente, Dr. Marcelo Delgado, pelo 1º Vogal efetivo, Arq. Rodrigo

Moreira, e pelo 2º Vogal efetivo, Dra. Marcia Santos, tendo como coadjuvante e relatora Arq.^a Carla Joana. -----

2- A reunião visou a realização das diligências inerentes à abertura e análise das propostas recebidas no âmbito da 3ª fase de candidaturas para adjudicação do direito de propriedade/locação de lotes integrados no "Parque de Atividades de Chaves" e "Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega", que decorreu desde o dia 16-09-2018 até ao dia 16-12-2018. -----

3- A reunião teve início com a apresentação do procedimento pelo Presidente da Comissão, Dr. Marcelo Delgado e com a identificação dos requerentes por ordem de entrada das respetivas propostas, a saber:--

1- : -----

Número atribuído à cand.	Requerente	Empresa	Nº entrada	Data entrada	Pretensão	Atividade a desenvolver
1	Maria da Conceição F. L. Cardoso (socia gerente - unipessoal)	DRACKSERTRANS, UNIPESSOAL, LDA.	9533	19.09.2018	Lote B8 do Parque de Atividades de Chaves (PAC)	Serviços de transportes internacionais via terrestre e limpeza e lavagens de veículos pesados CAE da empresa: 49410-Transporte rodoviário de mercadorias; 45200-Manutenção E reparação de veículos automóveis
2	Sabina Reis Rodrigues (Gerente)	PRISMA TENTACÃO LDA.	9729	25.09.2018	Lote A2 do Parque de Atividade de Chaves (PAC)	Fabricação de outros produtos alimentares diversos, N.E. CAE da empresa: 10893 - Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n. e.
3	José António Fernandes Junqueira (sócio gerente)	BIOCASCA, LDA.	10809	19.10.2018	Lote 2 da Plataforma Logística (PL)	Distribuição de equipamentos de climatização CAE da empresa: principal: 32996-123 - Outras indústrias transformadoras diversas, n. e.; secundário: 43222-123 - Instalação de climatização. 46740-123- Comércio por grosso de ferragens, ferramentas manuais e artigos para canalizações e aquecimento
4	Marta Alexandra	SIGMACOMETA-TRANSPORTES	12749			Transportes rodoviários de mercadorias

	Martins Fernandes (sócia gerente - sociedade unipessoal por cotas)	UNIPESSOAL, LDA.		04.12.2018	Lote 2 da Plataforma Logística (PL)	/Plataforma logística de armazenagem frigorífica, com parqueamento de camiões, escritórios e oficina CAE da empresa: 49410 - Transportes rodoviários de mercadorias (CAE principal) 45320- Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis; 22112- Reconstrução de pneus; 45200- Manutenção e reparação de veículos automóveis.
4a	Marta Alexandra Martins Fernandes	SIGMACOMETA- TRANSPORTES UNIPESSOAL, LDA.	1113	07.02.2019	Parcela A do Parque Empresarial de Chaves	Tratamento e revestimento de metais. Fabricação de portões, portas, janelas, grades e automatismos em alumínio. CAE da empresa: 25610 - Tratamento e revestimento de metais.
5	José António Teixeira Pimenta (sócio gerente)	TUDOPORTA, LDA.	12630	10.12.2018	Lote A6 do Parque de Atividade de Chaves (PAC)	Fabrico e comércio de artigos em alumínio CAE da empresa: 25120 - Fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal.
6	Daniel António M. da Costa (sócio gerente)	GARDENGATE SA	13375	19.12.2019	Lote 2 da Plataforma Logística (PL)	

4- Identificados os requerentes e respetiva pretensão, usou da palavra a coadjuvante da comissão, no sentido de informar os presentes de que a candidatura nº 6, apresentada pela empresa GARDENGATE, SA, deu entrada nos serviços municipais três dias após o prazo estabelecido para término desta fase de análises de candidaturas, colocando à consideração da Comissão a eventual aceitação da mesma.-----

5- Em resposta à questão colocada, usou da palavra o Presidente da Comissão, Dr. Marcelo Delgado, que esclareceu que a apreciação trimestral que é efetuada às candidaturas, mencionada no ponto 6 da Proposta nº 06/GAP/2018, que esteve na base da abertura do procedimento público concursal que está a decorrer, constitui um prazo meramente ordenador e não imperativo. -----

6- Por essa razão, para efeitos de economia processual, tendo em conta que a candidatura deu entrada logo após o término do prazo estipulado e que até à presente data não deram entradas mais candidaturas, não comprometendo, por isso, o princípio de igualdade

entre todas elas, o processo em causa poderia ser analisado nesta fase. -----

7- Ultrapassada esta questão, e confirmada a receção de seis candidaturas nesta 3ª fase de apresentação de candidaturas, a Comissão promoveu a apreciação formal das propostas, no que diz respeito à verificação da regularidade da instrução das mesmas, bem como no que diz respeito à compatibilidade do uso pretendido com as especificações dos alvarás dos loteamentos onde tais pedidos recaem, tendo verificado o seguinte: -----

7.1. A candidatura nº1 apresentada pela empresa DRACKSERTRANS, UNIPESSOAL, LDA. reporta-se à aquisição do lote B8 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, para efeitos de instalação de serviços de transporte internacionais via terrestre e para lavagem de veículos (CAE 49410-Transporte rodoviário de mercadorias e 45200- Manutenção e reparação de veículos automóveis). -----

7.2. Segundo as especificações contantes no alvará do respetivo loteamento, para o lote em causa apenas é admitido o uso industrial, pelo que a atividade pretendida colide com as especificações do referido alvará do loteamento, em conformidade o parecer técnico emitido pela Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, via mensagem de correio eletrónico, datada de 22 de janeiro de 2019.

7.3. Face a esta constatação, independentemente do mérito da candidatura em questão, é entendimento da Comissão, que a candidatura não pode ser admitida, pelo que se propõe a rejeição liminar da mesma, não obstante de se informar o requerente, da possibilidade de apresentar nova candidatura para outro lote, no qual o uso pretendido seja admitido; -----

7.4. A candidatura nº4, apresentada pela empresa SIGMACOMETA-TRANSPORTES UNIPESSOAL, LDA., inicialmente reportada à aquisição do lote 2 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves para instalação de um empresa de transportes rodoviários, foi entretanto alterada pelo requerente, que veio a processo, no dia 07 de fevereiro de 2019, apresentar novo requerimento a solicitar que a candidatura em causa seja analisada para a Parcela A do Parque Empresarial de Chaves, parcela essa que não faz parte dos lotes constantes do presente procedimento de hasta pública. -----

7.5. Pelo efeito, a comissão decidiu propor a rejeição liminar desta candidatura apresentada para o Lote 2 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, devendo tal candidatura ser posteriormente analisada para a nova parcela de terreno que foi solicitada.

7.6. Relativamente à candidatura nº2, apresentada pela empresa PRISMA TENTACÃO LDA. para fabricação de produtos alimentares no lote A2 do loteamento do Parque de Atividades de Chaves; à candidatura nº3 apresentada pela empresa BIOCASCA, LDA. para distribuição de equipamentos de climatização e produção de biomassa no lote 2 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves; à candidatura nº5 apresentada pela empresa TUDO PORTA, Lda., para fabricação de porões no lote A6 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves e à candidatura nº6, apresentada pela empresa GARDENGATE SA, para fabrico e comércio de produtos de alumínio no lote 2 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, constatou-se que todas elas se apresentam instruídas, com os documentos mínimos necessários para o efeito, e cumprem as especificações dos alvarás de loteamento onde se projetam , estando em condições de serem admitidas e submetidas à respetiva análise substantiva; -----

8- Seguidamente, a Comissão procedeu à análise de mérito destas 4 candidaturas que foram admitidas e à respetiva ponderação dos

critérios de seleção em cada uma delas, em conformidade com o modelo de avaliação estipulado no artigo 13º do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", em articulação com o Anexo III da Proposta nº 06/GAP/2018"; -----

9- Analisados todos os fatores a classificar e preenchida a respetiva grelha de aferição dos critérios de seleção, foram obtidas as seguintes pontuações, as quais resultaram na ordenação mencionada na tabela seguinte: -----

Candidatura	Lote pretendido	Pontuação atribuída	Nível de projeto
candidatura nº5 TUDO PORTA, Lda.,	A6 do PAC	14,81	Bom
candidatura nº6 GARDENGATE SA	Lote 2 da PL	13,75	Médio
candidatura nº3 BIOCASCA, LDA.		13,00	Médio
candidaturas nº2 PRISMA TENTAÇÃO LDA.	A2 do PAC	11,44	Razoável

10- Face às pontuações obtidas e respetiva ordenação das candidaturas, a comissão constatou o seguinte: -----

□ a candidatura nº5, apresentada para o Lote A6 do Parque de Atividades de Chaves, obteve a pontuação final de 14.81 valores, pelo que foi admitida com nível de projeto "Bom"; -----

□ a candidaturas nº 6, apresentada para o Lote 2 da Plataforma Logística de Chaves, obteve a pontuação de 13,75 valores, pelo que foi admitida, com um nível de projeto "Médio". -----

Contudo, relativamente a esta candidatura, a Comissão ressalva o facto de que a classificação obtida pelo projeto, a qual resulta do somatório de 8 subfactores, inclui a pontuação de 0 valores no subfactor relativo à "análise da viabilidade económico-financeira do projeto de investimento", uma vez que o processo de candidatura não apresentou todos os documentos necessários para se proceder a essa análise (balanço, demonstração de resultados e fluxos de caixa, previsionais para 5 anos de investimento). Por esse facto, e para garantir a igualdade entre todos os projetos rececionados, a comissão entende que o requerente deverá ser notificado, aquando da assinatura da outorga da respetiva escritura, para apresentar os referidos documentos em falta, juntamente com os restantes documentos de habilitação obrigatórios. -----

□ a candidatura nº 3 também apresentada para o Lote 2 da Plataforma Logística de Chaves, obteve a pontuação de 13,00 valores, pelo que foi admitida também com um nível de projeto "Médio", mas tendo atingido uma pontuação inferior à candidatura nº 6, a comissão não irá propor a atribuição do lote, uma vez que a atribuição dos lotes é efetuada a partir das melhores classificações obtidas, de acordo com o estipulado no suprarreferido nº1 do artigo 13º do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", em articulação com o Anexo III da Proposta nº 06/GAP/2018". -----

□ a candidatura nº2 apresentada para o lote A2 do Parque de Atividades de Chaves, obteve a pontuação final de 11.44 valores, pelo que foi admitida com nível de projeto "Razoável". -----

11- Relativamente a todas estas candidaturas admitidas, e após a análise dos documentos que se reportam aos aspetos ambientais da indústria subjacente às pretensões em causa, a Comissão entende ainda registar neste relatório, em forma de alerta preventivo, que o licenciamento das instalações das atividades industriais em causa pelas autoridades competentes para o efeito, deverá acautelar o cumprimento de todas as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, de forma a neutralizar qualquer impacte ambiental decorrente do seu funcionamento. -----

12- Nada mais havendo a referir, a Comissão deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

12.1. Propor a rejeição liminar da candidatura apresentada pela empresa DRACKSERTRANS, UNIPESSOAL, LDA. reportada à aquisição do lote B8 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves por razões de violação das especificações do alvará de loteamento em vigor, devendo, no entanto, notificar-se o requerente de que poderá apresentar nova candidatura para outro lote compatível com o uso pretendido; -----

12.2. Propor a rejeição liminar da candidatura apresentada pela empresa SIGMACOMETA-TRANSPORTES UNIPESSOAL, LDA., reportada à aquisição do lote 2 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, devido à alteração do objeto da candidatura que, entretanto, foi efetuada pelo requerente, a solicitar que a mesma seja analisada para outra parcela de terreno, a qual não está integrada no presente procedimento de Hasta Pública; -----

12.3. Propor a adjudicação do Lote A6 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, pelo valor de 3.503,43€, à empresa TUDO PORTA, LDA., representada pelo Sr. José António Teixeira Pimenta, uma vez que a respetiva candidatura obteve a pontuação necessária para ser admitida, atingindo um nível de projeto "Bom", salvaguardando, no entanto, a condição referida no ponto 11, relacionada com o cumprimento de todas as regras de controlo ambiental que sejam aplicáveis à unidade industrial a instalar; -----

12.4. Propor a adjudicação do Lote 2 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, pelo valor de 11.282,00€, à empresa GARDENGATE, S.A., representada pelo Sr. Daniel António M. da Costa, uma vez que foi a candidatura que obteve a pontuação mais elevada para este lote (em detrimento da candidatura apresentada pela empresa BIOCASCA, LDA. que obteve pontuação inferior), atingindo um nível de projeto "Médio", salvaguardando, no entanto, a condição referida no ponto 11, relacionada com o cumprimento de todas as regras de controlo ambiental que sejam aplicáveis à unidade industrial a instalar, bem como a necessidade de apresentação, aquando a eventual outorga da escritura do lote, dos documentos de natureza económico-financeiras em falta.

12.5. Propor a adjudicação do Lote A2 do Parque de Atividades de Chaves, pelo valor de 2.681,82€, à empresa PRISMA TENTAÇÃO LDA. representada pela Sra. Sabina Reis Rodrigues, enquanto gerente da empresa, uma vez que a respetiva candidatura obteve a pontuação necessária para ser admitida, atingindo um nível de projeto "Razoável", salvaguardando, no entanto, a condição referida no ponto 11, relacionada com o cumprimento de todas as regras de controlo ambiental que sejam aplicáveis à unidade industrial a instalar. -----

12.6. Submeter o presente relatório à próxima Reunião de Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----

12.7. Por fim, caso haja deliberação nos termos preconizados, adotar a seguinte estratégia procedimental: -----

12.7.1. Proceder à notificação dos 6 requerentes sobre as decisões tomadas; -----

12.7.2. Encaminhar os processos de candidatura, das empresas "TUDO PORTA, LDA.", "GARDENGATE, S.A.", e "PRISMA TENTACÃO LDA.", para o Gabinete de Notariado e Expropriações, a fim deste encetar os procedimentos necessários à formalização dos respetivos Contrato-promessa de Compra e Venda dos Lotes A6 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, Lote 2 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves e Lote A2 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, respetivamente, em conformidade com o estipulado no artigo 15º (Preço e condições de venda e ou locação dos lotes) do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", com as devidas adaptações, em articulação com a "Proposta nº 06/GAP/2018", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves do dia 08 de fevereiro de 2018. -----
Chaves, 12 de fevereiro de 2019, -----
O Presidente da Comissão -----
Dr. Marcelo Delgado -----
O 1º Vogal efetivo, -----
Arq. Rodrigo Moreira -----
O 2º Vogal Efetivo -----
Dra. Márcia Santos -----
O coadjuvante da Comissão -----
Arq. Carla Joana -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.13. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

11. INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE DE ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES, PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL - PROCESSO N.º 791/17 - NOS TOWERING - GESTÃO DE TORRES DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A. - QUINTA DA TRINDADE, LOTE 51, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 12.02.2019.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o nº 2045/17, em 16-11-2017, a sociedade anónima, NOS Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações S.A, representada neste pedido pelo Srº Jorge Manuel de Pinho Ferreira, na qualidade de procurador, solicita a autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, no edifício, destinado a habitação coletiva e comércio, construído no lote nº 51 do Loteamento titulado pelo alvará nº 9/97, com posteriores alterações, situado na Quinta da Trindade, localizado na freguesia de Santa Maria Maior.-----

1.2-Sob o requerimento registado com o nº 121/18, a promotora apresenta os seguintes elementos:-----

-Certidão da Conservatória do Registo Predial do prédio urbano, descrito com o nº 578/20071217 e inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Maria Maior sob o artigo 4102º.-----

-Calendarização.-----

-Planta de Ordenamento e de Condicionantes com a localização do edifício, onde será instalada a antena.-----

-Certidão permanente da sociedade anónima, NOS TOWERING - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.-----
-CD.-----

1.3-Mediante o email enviado no dia 16 de janeiro de 2019, registado com o nº 142/19, a interessada apresenta as Certidões da Conservatória do Registo Predial de Chaves de todas as fracções habitacionais e comerciais, constituintes do referido edifício, destinado a habitação coletiva e comércio.-----

2-ANTECEDENTES-----

O presente pedido de autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, no edifício, destinado a habitação coletiva e comércio, construído no lote nº 51 do Loteamento titulado pelo alvará nº 9/97, com posteriores alterações, constante no processo administrativo registado com o nº 791/17, possui os seguintes antecedentes:-----

2.1-Processo registado com o nº 566/17, referente a um pedido de informação sobre os instrumentos de desenvolvimento e de gestão territorial em vigor para duas possíveis localizações destinadas à construção de Estações de telecomunicações que a Nos, Comunicações, S.A, ponderava vir a instalar na cidade de Chaves, designadas por "C5 - CHAVES _OESTE_552N3" e A2 - CHAVES _ESTE_571 N3".-----
A instalação da Antena C5, com a referência "C5 - CHAVES _OESTE_552N3", é aquela que mais se relaciona com o presente pedido, registado com o nº 2045/17 porque se localiza no topo do edifício, destinado a habitação coletiva e comércio, construído no lote nº 51 do Loteamento titulado pelo alvará nº 9/97, com posteriores alterações, situado na Quinta da Trindade, confinante com a rua do Emigrante, localizado na freguesia de Santa Maria Maior.-----

No processo registado com o nº 566/17, consta a INFORMAÇÃO Nº 48/PMOT/2017, sancionada pelo então Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Arqtº Castanheira Penas, em 01-09-2017, a qual se reproduz na presente informação técnica, para todos os efeitos legais.

2.2-INFORMAÇÃO Nº 1691/SCOU/2017, de 11-12-2017, sobre a qual recaiu despacho do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Engº Victor Santos, de 22-12-2017, para aperfeiçoamento do pedido, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 108º do Código de Procedimento Administrativo, conjugado com o expresso na alínea a9 do nº 2 e nº 3, ambos do artigo 11º do Regime Jurídico da Urbanização e ad Edificação.-

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20/7 e adota mecanismos para fixação dos níveis de referência relativos à exposição da população a campos electromagnéticos (0 Hz - 300 GHz)

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1.-----

4-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido de autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

-Fotocópia da REVOGAÇÃO e PROCURAÇÃO, da NOS Comunicações, S.A e da NOS Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A, emitida em 01-12-2015, através da qual revogam individualmente e consideram sem efeito a partir da presente data, as Procurações que vieram a emitir a favor de Jorge Manuel de Pinho Ferreira, Paulo Manuel Moura Ribeiro, José Augusto de Sá Joice Chalupa, Paulo Bruno Montez Abrantes, Luís

João do Rosário Ferreira Ribeiro de Carvalho, ambas devidamente autenticadas e registadas no portal do Registo Online dos Atos dos solicitadores (ROAS), pela Solicitadora Marie Claire Abreu, portadora da cédula profissional número 3205 sob os números, respectivamente, ROAS 1870807 e ROAS 1870818 em 20-12-2013, CONSTITUI como procuradores:-----

GRUPO A:-----

Jorge de Pinho Ferreira e Paulo Manuel Moura Ribeiro, ambos com domicílio profissional na rua Actor António Silva, número 9, Campo Grande, 1600- 404-Lisboa;-----

GRUPO B:-----

José Augusto de Sá Joice Chalupa, Paulo Bruno Montez Abrantes, Luís João do Rosário Ferreira Ribeiro de Carvalho, -----

Aos quais são conferidos os poderes para em nome e representação da mandante, nos termos que entenderem mais convenientes, praticarem os atos mencionados nos capítulos I, II, III e IV, do referido documento, constante no processo a folhas nº 40 à 44.-----

-Pedido de instalação da NOS Comunicações, S.A à NOS Towering Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A, nos termos e para os efeitos do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1.-----

-Memória Descritiva da instalação.-----

-Estudo de Estabilidade.-----

-Termo de responsabilidade do engenheiro técnico civil, António Soares Vieira, para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, que o estudo de verificação de estabilidade de que é autor, relativo à estação de radiocomunicações denominada de CHAVES_OESTE C5-552N3, localizada na Quinta da Trindade Lote 51, 5400 - 181- Chaves, pertencente à NOS TOWERING - GESTÃO DE TORRES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A, observa as normas técnicas gerais e específicas de instalação, bem como as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o Regulamento de Segurança e Aç para Estruturas de edifícios e Pontes e o Eurocódigo 3, acompanhado do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE.-----

-Termo de responsabilidade do Engenheiro Eletrotécnico, José Narciso Faria Azevedo, para efeito do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, que assume a responsabilidade pela execução do projeto a nível elétrico, a realizar na Estação de radiocomunicações de CHAVES_OESTE C5-552N3, propriedade da NOS TOWERING - GESTÃO DE TORRES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A, de acordo com o projeto da firma proprietária e das disposições regulamentares em vigor, bem como a legislação aplicável, acompanhado da Declaração da Ordem dos Engenheiros, da fotocópia do cartão de cidadão.-----

-Declaração de Conformidade, certificando que a infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações a instalar na Quinta da Trindade, no Lote 51 - 5400-181 - Chaves, foi projetada e será instalada garantindo a conformidade com os níveis de referência de radiações aplicáveis, de acordo com o disposto na Portaria nº 1421/2004, de 23/11, que adotou os níveis de referência fixados na Recomendação do Concelho 1999/519/CE, de 12/07/99, no que se refere os limites de exposição pública Campos Eletromagnéticos (0 Hz a 300 GHz), tendo em conta, nomeadamente as orientações emanadas pelo ICNIRP " International Commission on Non-Ionizing Radiation".-----

--Fotografia do edifício, construído no lote nº 51, do loteamento titulado pelo alvará nº 9/97.-----

-Planta de Localização à escala 1/25 000;-----

-Planta de Localização à escala 1/500;-----

-Planta de Localização à escala 1/100;-----

-Planta de Implantação, à escala 1/200.-----
 -Planta da Implantação do Equipamento, à escala 1/100;-----
 -Alçado Principal da Estação, à escala 1/100;-----
 -Alçado Lateral Direito, à escala 1/100;-----
 -Alçado Lateral Esquerdo, à escala 1/100;-----
 -Alçado Posterior, à escala 1/100;-----
 -Pormenores Construtivos, sem escala;-----
 -Ata N° 7 do Condomínio de 16-10-2017, do edifício destinado a habitação coletiva, erigido no lote n° 51, do loteamento titulado pelo alvará n° 9/97 e posteriores alterações.-----

4-PARECERES INTERNOS E EXTERNOS-----

No presente processo registado com o n° 791/17, constam os seguintes pareceres favoráveis, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

4.1-INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 81/DPM/2016, de 08-03-2018, do Sr° Eng° eletrotécnico Nuno Bento, a exercer funções na Divisão de Projeto e de Mobilidade, emitida em 08-03-2018, a folhas n° 134 à n° 136. ---

4.2-INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°8/SPMOT/2018, da Srª Arqtª Ana Isabel Augusto, a exercer funções no Sector de Planos Municipais de Ordenamento do Território desta unidade orgânica, emitida em 29-03-2018, a folhas n° 137 à n° 139.-----

4.3-INFORMAÇÃO N° 48/DCG/2016, do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Sr° Dr° Marcelo Delgado, emitida em 02-11-2018, a folhas n° 149 à n° 150. -----

4.4-Parecer favorável da Direção de Infraestruturas do Exército, à instalação da referida infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, no edifício, destinado a habitação coletiva e comércio, construído no lote n° 51 do loteamento supra referido, respeitante à Servidão Militar do Quartel R19 (ofício com a referência DIERGP-2018-003452, de 11 de maio de 2018), a folha n° 142.-----

5-PARECER-----

5.1-Pretende a requerente autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, no edifício, destinado a habitação coletiva e comércio, construído no lote n° 51 do Loteamento titulado pelo alvará n° 9/97, com posteriores alterações, situado na Quinta da Trindade, localizado na freguesia de Santa Maria Maior.-----

5.2-A estação base de telecomunicações, ocupa uma área aproximada de 16,00 m2, possuindo as seguintes características: -----

-Escada de acesso.-----

-Interface com Diâmetro de 76mm, com 3 ma instalar e respetivo castelo200.-----

-Antena.-----

-Escoras reguláveis a instalar.-----

-Mastro com diâmetro de 115 mm, com 5 m, fraccionado a instalar com base.-----

-Varandim a instalar.-----

-Passadiço em grade, a instalar fixo à parede.-----

-Iluminação da área de acesso.-----

-RRU GSM a instalar.-----

-RRU LTE, a instalar-----

-Quadro eléctrico outdoor a instalar.-----

-Projector de luz a instalar.-----

6-TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

A taxa administrativa prevista na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização

desta operação urbanística, corresponde ao valor de **€ 1 593,79 (mil quinhentos e noventa e três euros e setenta e nove cêntimos)**.-----

7-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----

Considerando os elementos instrutórios descritos, no capítulo 3 da presente informação técnica e apresentados sob os requerimentos nº 2045/17, nº 121/18 e nº 142/19;-----

Considerando os pareceres favoráveis vertidos nas informações técnicas e no parecer favorável da Direção de Infraestruturas do Exército, todos referido no capítulo 4, da presente informação técnica, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais;-----

Considerando que o pedido em causa não contraria restrições previstas no Plano Diretor Municipal, medidas preventivas, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.-----

Considerando ainda que, não se vislumbram razões objectivas e fundamentadas relacionadas com a protecção do ambiente, do património cultural e da paisagem rural que impeçam o deferimento da presente pretensão.-----

8-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20/7 e no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

8.1-Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de autorização, **sob reserva de direitos de terceiros**, para a instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, na cobertura do edifício, destinado a habitação coletiva e comércio, construído no lote nº 51 do Loteamento titulado pelo alvará nº 9/97, com posteriores alterações, situado na Quinta da Trindade, localizado na freguesia de Santa Maria Maior, solicitado sob os requerimentos nº 2045/17, nº 121/18 e nº 142/18, nos termos do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, uma vez que não se verificam as razões de indeferimento expressas nas alíneas a), b) e c) do artigo 7º daquele dispositivo legal, **desde que apresente os seguintes elementos**:-----

- a) Apólice de seguro de construção, quando legalmente exigível;-----
- b) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei nº 100/97, de 13/9;-----
- c) Termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela direcção técnica;-----
- d) Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----
- e) Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----
- f) Plano de segurança e saúde.-----

8.2-Após o pagamento das taxas devidas, propõe-se que seja emitido o respectivo alvará de autorização nos termos do disposto no nº 3 do artigo 74º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

8.3-Notifique-se a requerente, bem como os proprietários das fracções habitacionais e comerciais e entidades bancárias credoras mencionados

no Anexo 2, da presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos e externo supra referidos.-----
 À Consideração Superior-----

ANEXO 1-----**CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----**

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Cálculo das taxas de licenciamento-----**Dados Gerais:-----**

-Instalação de Infraestruturas de suporte da estação base de telecomunicações. -----

Quadro I -TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DE ALVARÁ-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo I	LICENCIAMENTO E ATIVIDADES DIVERSAS			
Secção V	ATIVIDADES DIVERSAS			
Artigo 5.º	Infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios			
nº 1	Apreciação dos pedidos de aprovação dos projectos de instalação de infraestruturas de suporte das estações radiocomunicações, por unidade	1	55,60 €	55,60 €
nº 2	Autorização de instalação de infraestruturas de suporte das estações radiocomunicações, por un, até 5metros de altura		1 113,15 €	1 113,15 €
nº 3	Por cada metro linear superior a 5 metros, acresce ao valor anterior	1,2	278,20 €	333,84 €
Subsecção IV	Emissão de Título			
Artigo 66º	Licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			
nº 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)		66,80 €	66,80 €
nº 16	Prazo de execução da obra, por cada mês, ou fração	2	12,20 €	24,40 €
	TOTAL			1 593,79 €

ANEXO 2

FRAÇÃO	PROPRIETÁRIOS / MORADA	HIPOTECADA A FAVOR DE:
A	<i>Carlos Luís Barreira Teixeira, residente na Urbanização Vila Paraíso, Lote 64, 1º andar - 5400 -CHAVES. Nélia Maria Barreira Teixeira dos Santos, residente na rua São Francisco Xavier, 80, 1º Dir - 5400 - CHAVES</i>	
B	<i>Alfredo dos Santos, residente na rua Jerónimo de Ataíde, nº 28, Campo de Cima, Madalena, 5400 - CHAVES</i>	
C	<i>António Martins da Costa, residente na Rue Dutir au Canon, 1227, Suíça</i>	
D	<i>Benvinda do Céu Pereira Fernandes Mota, residente na Quinta do Calvário, lote 14, 3º Dir, frente, 5400 - CHAVES</i>	
E	<i>Inês Maria de Sousa Esteves, residente na rua General Humberto Delgado, nº 15, Sanfins - VALPAÇOS</i>	
F	<i>Adolfo Alves, residente na Estrada Nacional, nº 73 Vila Verde da Raia - 5400 CHAVES</i>	
G	ESTADO	<i>Rua da Alfândega, nº 51, 1149-008 1149-LISBOA</i>

H	Manuel Pereira Gomes, residente - 4 Rue Pelouee 75008, Paris, França	
I	António Rufino de Carvalho, residente no Bairro do Operário - 5400- CHAVES	
J	ESTADO	Rua da Alfândega, n° 51, 1149-008- 1149-LISBOA
K	Maria Júlia de Moraes Monteiro, residente na Avenida do Calvário, Vila Frade - 5400-CHAVES	NOVO BANCO, S.A com Sede na Avenida da Liberdade, n° 195 - 1250-LISBOA
L	Ramiro Torrão Chapouto, residente - 4, rue Chernoviz, 75016 Paris França	
M	Maria Eduarda Fernandes Pereira, lugar de Quintela, Friões - Valpaços	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro C.R.L., com Sede na Avenida João da Cruz n° 94/98 5300-178-BRAGANÇA
N	António Maia dos Santos, residente na Quinta da Trindade, lote 51, 6° Direito, 5400 - CHAVES	
O	Eusébio Martins Serra, residente - 18 Old StoW Road Hudson, Massachuusete Estados Unidos da América	
P	Marco José Azevedo Magalhães, residente na Rua António Teixeira Moraes, n° 13, Santa Cruz/Trindade - CHAVES	
Q	José Lino Nogueira Fernandes, residente na Rua Condessa de Alverca, 6, Santa Maria Maior, CHAVES	
R	Américo de Jesus Alves Draque, residente na Quinta da Trindade, lote 51, 2° Direito, 5400 - CHAVES	
S	Aires Rogério Ferreira Câncio, residente - 9 Margareth Circle Hudson, Massachusete, Estadios Unidos da América	
T	Carlos Teixeira, residente em Adães, Chaves	
U	Armando Monteiro Cabelreira, residente em Calvão, Chaves	
V	Maria Carlota Leite da Silva, residente em Ervededo, Chaves	
W	Maria Batista do Adro Pires, residente na Rua Paulo Flaviense Lusitano, n° 18, Santa Cruz/Trindade - Chaves	Caixa Económica Montepio Geral, com Sede na Rua Áurea, n° 219 a 241 - 1100-LISBOA
X	Francisco José Pinto, residente no Bairro da Cortinha, n° 15, Faiões, Chaves	
Y	António Maia dos Santos, residente na Rua das Laranjeiras, 371, ap.213, Rio de Janeiro, Brasil	
Z	Aurisa Maria Batista, Rue de delibes	

AA	Anabela Pires Dias, residente na Quinta da Trindade, lote 51, 5º A - 5400 - CHAVES	Banco Comercial Português, S.A., com Sede na Praça D. João I, 28 - 4049-PORTO
AB	AE Maria Clara Gomes Carneiro, residente - 36 Rue de La Glaciense, 75013 Paris	
AC	Amândio Jorge Lopes, residente na Quinta dos Machados, Vivenda 34, Chaves	
AD	Manuel Ferreira dos Santos, residente na Quinta da Trindade, lote 51, 5º Direito, Chaves	
AE	Carla Marina Carvalho Brás, residente na Travessa da Eira, nº 4, Vilarinho da Mò, Beça, Boticas	NOVO BANCO; S:A:, com Sede na Avenida da Liberdade, 195, 1250-LISBOA
AF	Francisco António Tomáz Delgado, residente no Edifício Varandas do Sol, Bloco III, R/C A, Chaves	
AG	Arminda Alves Santos Lavouras, residente na Praceta Aida Falcão, Vivenda 16, Cinchaves, 5400 -Chaves	BPN - Banco Português de Negócios, S.A, com Sede na Avenida de França - 680-694-4250-PORTO
AH	António Maia dos Santos, residente na Quinta da Trindade, lote 51, 6º Direito, 5400-Chaves	
AI	Fernando Perez do Rio, residente na Avenida da Raposeira, Edifício Grécia, 1º C, 5400-Chaves	Banco Santander Totta, S.A, com Sede na Rua Áurea, nº 88, 1100-LISBOA
AJ	João Cláudio Duarte Damásio, residente na Quinta da Trindade, lote 51, 7º B, Chaves	

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 13.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações, num edifício de habitação colectiva e comércio, sito na Quinta da Trindade, em Chaves, nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 7 e 8, deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.15. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.18. -----

Defiro o pedido nos termos constantes da informação técnica infra. --
À reunião de câmara para efeitos de ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 18.02.2019. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir, na presente reunião, nos termos do

disposto do n.º 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Usou da palavra, a Senhora Ana Maria Garcês, tendo interpelado, o Senhor Presidente da Câmara, sobre a possibilidade de, a curto/médio prazo, a Cidade de Chaves poder voltar a beneficiar de transporte ferroviário - comboio -. -----

Tal solução seria benéfica para os utentes, bem como, para o transporte de mercadorias. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

A sugestão apresentada, pela senhora Ana Maria Garcês, constitui um sonho que deve ser estimulado. -----

"O sonho comanda a vida!" -----

A ligação da linha do Tâmega à linha do Douro seria uma solução muito interessante para o desenvolvimento da região do Alto Tâmega. -----

E é, nessa perspetiva, que, tal proposta, irá ser apresentada, junto do "RIET". -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dezasseis horas e quarenta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

